

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**

CRISTINA BELL NILES

**A ATUAÇÃO DOS ASSISTENTES SOCIAIS EM ORGANIZAÇÕES DA
SOCIEDADE CIVIL: REFLEXÕES DE SUA DIMENSÃO ÉTICO-POLÍTICA**

DEPTO. SERVIÇO SOCIAL
DEFENDIDO E APROVADO
EM: 17/10/07


Rosana Maria Gaio
Depto de Serviço Social / CSE

FLORIANÓPOLIS

2007/1

CRISTINA BELL NILES

**A ATUAÇÃO DOS ASSISTENTES SOCIAIS EM ORGANIZAÇÕES DA
SOCIEDADE CIVIL: REFLEXÕES DE SUA DIMENSÃO ÉTICO-POLÍTICA**

Trabalho de conclusão de Curso
apresentado como requisito parcial para a
obtenção do título de Bacharel em
Serviço Social, Departamento de Serviço
Social, Universidade Federal de Santa
Catarina.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Vera Herweg
Westphal

FLORIANÓPOLIS

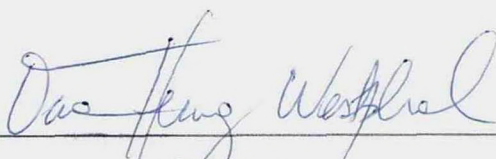
2007/1

CRISTINA BELL NILES

**A ATUAÇÃO DOS ASSISTENTES SOCIAIS EM ORGANIZAÇÕES DA
SOCIEDADE CIVIL: REFLEXÕES DE SUA DIMENSÃO ÉTICO-POLÍTICA**

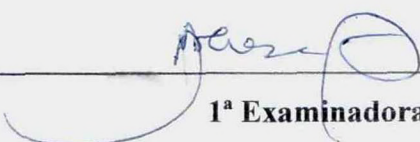
**Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da
Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito para obtenção do título de
Bacharel em Serviço Social.**

BANCA EXAMINADORA:



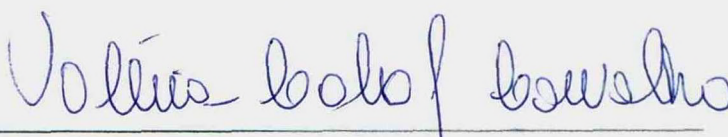
Orientadora

Prof^ª. Dr^ª. Vera Herweg Westphal – Universidade Federal de Santa Catarina



1ª Examinadora

Prof^ª. Dr^ª. Maria Teresa dos Santos – Universidade Federal de Santa Catarina



2ª Examinadora

Ms^a. Valéria Cabral Carvalho

Florianópolis, Julho de 2007

À todos que fazem parte de minha vida, dedico
este trabalho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente aos meus pais, **Gilda e Santos**, pessoas a quem dedico meu eterno amor. A minha mãe por estar sempre comigo nos momentos mais difíceis, me dando carinho e ao meu pai que sempre me deu força para lutar e correr atrás dos meus objetivos.

Ao meu namorado **Tony**, que mesmo sabendo que as horas de estudos e estresse seriam longas, permanecia ao meu lado me ajudando, me dando força e principalmente amor. Foi a pessoa que mais me incentivou a continuar, mesmo nos momentos em que tive dúvida se queria mesmo Serviço Social. Sem esta pessoa, o caminho percorrido até aqui teria sido muito mais difícil.

À professora **Vera**, com quem tive o grande prazer de conviver durante a realização do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), pessoa carinhosa, paciente e muito dedicada, que conseguiu tornar a produção do TCC, algo menos difícil. Realmente fui privilegiada em ter como orientadora uma profissional excepcional e uma pessoa muito querida.

À supervisora de campo e assistente social **Cléa** da Associação Beneficente dos Militares Estaduais de Santa Catarina (ABEPOM), pessoa com quem criei fortes laços de amizade. A ela dedico grande carinho, pois me ensinou muito como profissional e como ser humano. Graças a ela me sinto preparada para atuar como assistente social, pois sempre confiou na minha capacidade e no meu trabalho, incentivando o meu desenvolvimento tanto teórico quanto prático.

A todos da ABEPOM, pois foram mais do que colegas de trabalho, foram verdadeiros amigos. Em especial aos profissionais de Serviço Social, que contribuíram para a construção da pesquisa apresentada neste trabalho.

Ao pessoal do Conselho Regional de Serviço Social do estado de Santa Catarina que foram prestativos e atenciosos na realização da pesquisa documental apresentada neste trabalho.

Aos meus quatro irmãos, **Luiziane, Junior, Luciano e Maicom**, cada um à sua maneira me ajudou a chegar até aqui. Aos meus cinco sobrinhos que adoro e a todos da minha família que se orgulharam quando disse que estava estudando para ser assistente social.

Às eternas amigas, **Chinha, Fernanda e Jennifer**, que acompanharam minhas dificuldades durante o período da graduação e entenderam a minha ausência. As minhas queridas amigas que fiz durante o curso de Serviço Social, **Priscila e Maria**, amigas que adoro. **Adriana, Michelle, Dayna, e Dilceane**, colegas que tornaram mais alegres e descontraídos os momentos de estresse causados pelo excesso de estudo.

Às professoras **Edálea e Iliane**, que me ensinaram muito durante o período que estive na monitoria. Aos colegas do Departamento de Serviço Social, que no meu período de monitoria sempre me atenderam muito bem.

A todas as pessoas que de alguma forma participaram da minha vida e que me ajudaram a realizar o meu objetivo de me formar em Serviço Social.

A TODOS, MUITO OBRIGADA.

“O principal é nos sentirmos todos como militantes na construção de um novo mundo, e usarmos o melhor de nossa capacidade de elaboração teórica, da nossa capacidade de acreditar que um outro mundo é possível e absolutamente necessário”.

Emir Sader

NILES, Cristina Bell. **A atuação dos assistentes sociais em organizações da sociedade civil: reflexões de sua dimensão ético-política.** Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007, 117 f.

RESUMO

Este estudo problematiza a atuação do profissional de Serviço Social em organizações da sociedade civil. O trabalho visa: refletir sobre a nova relação vivenciada pelo Estado e pela sociedade civil e as consequências desta nova relação para o profissional de Serviço Social; identificar as organizações da sociedade civil enquanto espaços contraditórios para a atuação do assistente social; levantar as organizações da sociedade civil enquanto espaços que permitem ao profissional de Serviço Social emancipar e garantir direitos para os sujeitos sociais; verificar a possibilidade do assistente social agir em conformidade com o código de ética atuando em uma organização da sociedade civil para, no final, apurar as organizações da sociedade civil enquanto espaços ocupacionais que propiciem ao assistente social agir em conformidade com o projeto ético-político da profissão. A sistematização deste trabalho é realizada a partir de três capítulos. O primeiro possui: pesquisa bibliográfica, cujo foco refere-se à tentativa de conceituação do “Terceiro Setor” e seu marco legal; a contextualização das organizações da sociedade civil no Brasil e os termos utilizados para estas instituições; a reforma do Estado brasileiro e por fim o novo associativismo civil. Tal estudo foi baseado em autores como: Leila Landim (1993), Rubens César Fernandes (1994), Ilse Scherer-Warren (2004), Carlos Montaña (2005), Marilda Iamamoto (2006), entre outros. O segundo capítulo contém: pesquisa bibliográfica, dedicada a apresentar as consequências da nova relação entre Estado e sociedade civil para o profissional de Serviço Social; a atuação do assistente social em organizações da sociedade civil a partir dos anos 1990 e, por fim, a pesquisa documental, que foi realizada com dados fornecidos pelo Conselho Regional de Serviço Social do Estado de Santa Catarina (CRESS-SC). No segundo capítulo apoiou-se em: José Paulo Netto (1996), Carmelita Yazbek (1999), Carlos Montaña (2005), Marilda Iamamoto (2006). No terceiro capítulo, encontraremos um breve histórico sobre a Associação Beneficente dos Militares Estaduais de Santa Catarina (ABEPOM) sobre as atividades desenvolvidas pelos assistentes sociais nesta organização e uma pesquisa de campo, realizada com estes profissionais para identificar as considerações dos assistentes sociais da ABEPOM sobre a atuação do Serviço Social em organizações da sociedade civil. Esta pesquisa foi do tipo exploratória de estudo misto, ou seja, quanti-qualitativa. O instrumento de coleta de dados utilizado foi o questionário, posto que os profissionais de Serviço Social da ABEPOM localizam-se em diversas cidades do estado de Santa Catarina. O questionário foi encaminhado por e-mail para todos os assistentes sociais. Para realizar a análise da pesquisa de campo, utilizou-se como marco teórico Miotto (2006) e Serra (2007). A análise dos dados obtidos neste trabalho demonstra que as organizações da sociedade civil possibilitam que os profissionais de Serviço Social emancipem e efetivem direitos dos usuários de seus serviços e atuem com base na ética. Conclui-se que, nas diferentes esferas em que o assistente social atua, ele tem a possibilidade de utilizar os fundamentos do projeto ético-político norteador desta profissão.

Palavras-chave: Reforma do Estado, Sociedade Civil, Organizações da Sociedade Civil, Serviço Social e Projeto ético-político.

LISTA DE TABELAS

Tabela 01	Inscrições de profissionais no CRESS x Ano.....	51
Tabela 02	Esfera x Ano de Inscrição no CRESS-SC.....	52
Tabela 03	Área de Atuação do Assistente Social nas Organizações da Sociedade Civil x Ano de Inscrição.....	55
Tabela 04	Profissionais na Esfera da Sociedade Civil x Região.....	59
Tabela 05	Serviço Social em Organizações da Sociedade Civil no estado de Santa Catarina.....	61
Tabela 06	Atribuições do Serviço Social da ABEPOM.....	77

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01	Ano de Formatura em Serviço Social.....	83
Gráfico 02	Universidade de Egresso.....	84
Gráfico 03	ABEPOM como Primeiro Emprego.....	84
Gráfico 04	Ações Desenvolvidas na ABEPOM.....	86
Gráfico 05	A ABEPOM como Único Campo de Atuação.....	88
Gráfico 06	Esfera e Carga Horária Realizadas em Outro Campo de Trabalho.....	89
Gráfico 07	A Nova Relação Entre Estado e Sociedade Civil tem Consequências para o Assistente Social na ABEPOM.....	90
Gráfico 08	Novas Exigências Profissionais.....	92
Gráfico 09	Atuação na Sociedade Civil Exige Novas Competências.....	93
Gráfico 10	Dificuldades Encontradas para Efetivação do Projeto Ético-Político do Serviço Social.....	94
Gráfico 11	A Atuação na ABEPOM e os Princípios Fundamentais do Código de Ética.....	95
Gráfico 12	Preservação e Efetivação de Direitos na ABEPOM.....	96
Gráfico 13	Direitos Passíveis de Serem Consolidados na ABEPOM.....	97
Gráfico 14	O Projeto Ideo-Político e a Atuação do Assistente Social em Organizações da Sociedade Civil.....	98
Gráfico 15	Consolidação do Projeto Ético-Político em Organizações da Sociedade Civil.....	99
Gráfico 16	Vantagens e Desvantagens da Atuação em Organização da Sociedade Civil.....	100

LISTA DE SIGLAS

ABEPOM	Associação Beneficente dos Militares Estaduais de Santa Catarina
AFI	Auxílio Financeiro Indenizável
AFLOV	Associação Florianopolitana de Voluntários
APAE	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
Art.	Artigo
AS	Assistente Social
BPC	Benefício de Prestação Continuada
BPM	Batalhão da Polícia Militar
CBM	Corpo de Bombeiros Militar
CEAS	Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
CRESS	Conselho Regional de Serviço Social
DOS	Departamento de Operações Sociais
DSPS	Diretoria de Saúde e Promoção Social da Polícia Militar
FUSAPS	Fundo de Saúde e Promoção Social
LOAS	Lei Orgânica de Assistência Social
MARE	Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado
NOB	Normas Operacionais Básicas
OBM	Organizações Bombeiros Militares
ONGDs	Organizações Não-Governamentais de Desenvolvimento Social
ONGs	Organizações Não Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
OPM	Organizações Policiais Militares
OSCIPs	Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público
OSCs	Organizações da Sociedade Civil
OSFLs	Organizações Sem Fins Lucrativos
PM	Polícia Militar
SC	Santa Catarina
SESC	Serviço Social do Comércio
SESI	Serviço Social da Industrial
SUAS	Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social

SUS	Sistema Único de Saúde
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UNC	Universidade do Contestado
UNISUL	Universidade do Sul de Santa Catarina
UNOCHAPECÓ	Universidade Comunitária Regional de Chapecó

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
1 A REFORMA DO ESTADO BRASILEIRO E OS (RE)ARRANJOS ENTRE ESTADO E ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL NA DÉCADA DE 90.....	18
1.1 O TERCEIRO SETOR: TENTATIVAS DE CONCEITUAÇÃO.....	18
1.2 MARCO LEGAL DO TERCEIRO SETOR.....	22
1.3 AS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL NO BRASIL.....	27
1.3.1 Contextualizando as Organizações da Sociedade Civil.....	33
1.4 REFORMA DO ESTADO BRASILEIRO.....	36
1.5 O NOVO ASSOCIATIVISMO CIVIL.....	40
2 O SERVIÇO SOCIAL E AS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL.....	44
2.1 AS CONSEQUÊNCIAS PARA O SERVIÇO SOCIAL DA NOVA RELAÇÃO ENTRE ESTADO E SOCIEDADE CIVIL.....	44
2.2 A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL A PARTIR DE 1990.....	47
2.2.1 Um exemplo: o caso do estado de Santa Catarina.....	50
2.3 ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL: ESPAÇOS OCUPACIONAIS DO ASSISTENTE SOCIAL NO ESTADO DE SANTA CATARINA.....	61
2.4 POSSIBILIDADES E LIMITES DO SERVIÇO SOCIAL EM ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL.....	67
3 ABEPOM: PERSPECTIVA DOS ASSISTENTES SOCIAIS SOBRE A ATUAÇÃO EM ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL.....	71
3.1 DEFININDO A ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DOS MILITARES ESTADUAIS DE SANTA CATARINA (ABEPOM).....	72
3.2 A ATUAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE SERVIÇO SOCIAL NA ABEPOM.....	75
3.3 PESQUISA REALIZADA NA ABEPOM.....	82
3.3.1 Perfil dos Entrevistados.....	82
3.3.2 Atividades Profissionais.....	85

3.3.3 As Considerações dos Assistentes Sociais da ABEPOM Sobre a Atuação do Serviço Social em Organizações da Sociedade Civil.....	90
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	102
REFERÊNCIAS.....	106
APÊNDICE.....	111
APÊNDICE A - Questionário utilizado para a pesquisa junto as assistente sociais da Associação Beneficente dos Militares Estaduais do Estado de Santa Catarina.....	111

INTRODUÇÃO

A atuação do Serviço Social em organizações da sociedade civil ainda é pouco discutida e, principalmente, problematizada. Em razão disto, pensar o Serviço Social nestas organizações é um tema que suscita dúvidas na academia e entre os profissionais desta área, pois as alterações das relações entre Estado e sociedade civil implicaram em modificações no mercado de trabalho do assistente social e no próprio fazer profissional.

Com base nesta reflexão, elaborou-se o presente trabalho de conclusão de curso (TCC). Este visa atender uma exigência curricular do Curso de Serviço Social e esclarecer dúvidas surgidas durante a realização de estágio na Associação Beneficente dos Militares Estaduais de Santa Catarina (ABEPOM), caracterizada como organização da sociedade civil.

As transformações históricas em curso alteraram a face do capitalismo, especialmente em países como o Brasil. O caráter conservador do neoliberalismo se expressa à naturalização do ordenamento capitalista e das desigualdades sociais postas por este sistema.

As conquistas sociais alcançadas a partir de 1988, com a Constituição Federal, são colocadas como um problema para o governo, pois estas causariam “gastos sociais excedentes”, que se encontrariam na raiz da crise fiscal do Estado brasileiro.

A partir da década de 90, os governantes brasileiros vêem na reforma do Estado a saída para crise fiscal. Neste contexto, o pensamento neoliberal ganha força com a difusão da idéia de que a intervenção estatal no atendimento às necessidades sociais é incompatível com o crescimento econômico, defendendo que o Estado transfira ao mercado e à sociedade civil a responsabilidade de gerir as políticas sociais.

É neste cenário que se altera o mercado de trabalho do profissional de Serviço Social. Com a reforma neoliberal do Estado, as respostas às seqüelas da “questão social” se transformam e se acirram, repercutindo diretamente na ação do assistente social na sociedade, pois este profissional é chamado a atuar em organizações da sociedade civil, já que passam a agir como executoras de políticas sociais.

É justamente em meio a este contexto que se encontram os assistentes sociais. Estes, ao serem profissionais que atuam nas diversas manifestações da questão social, através das políticas sociais e com o objetivo de viabilizarem direitos, sofrem alterações no espaço sócio-ocupacional em que efetivam sua prática, por meio de constantes desafios postos para sua atuação.

A análise, aqui exposta, refere-se às organizações privadas, não governamentais e sem fins lucrativos, denominadas pelos autores como “Organizações Não-governamentais”, “Organizações do Terceiro Setor”, “Organizações da Sociedade Civil”, entre outros termos. Neste trabalho, utiliza-se a denominação “Organizações da Sociedade Civil”, por ser considerada a menos carregada de conotação ideológica. Com esta designação, procura-se abranger as organizações pertencentes à sociedade civil.

Entende-se que, para trabalhar o tema “o Serviço Social em organizações da sociedade civil”, faz-se necessário esclarecer brevemente o conceito de sociedade civil, que é entendida conforme Gramsci. Para este autor, citado por Simionato (2001), a sociedade civil se apresenta como o “conjunto dos organismos chamados ‘privados’ e que corresponde à função de hegemonia que o grupo dominante exerce sobre toda sociedade” (p. 12). Nesta concepção, a sociedade civil, enquanto esfera privada, não aparece em contraposição ao que é público, nem nega o caráter de classes desses organismos e suas diferentes formas de expressão, à medida que a sociedade civil não é um espaço homogêneo, mas permeado por contradições. Reconhecendo a existência destas contradições, compreende-se ser necessário estudar este espaço ocupacional do assistente social.

Neste sentido, objetivou-se problematizar a atuação do profissional de Serviço Social em organizações da sociedade civil. Desta forma, pretende-se responder as seguintes questões: as organizações da sociedade civil são espaços contraditórios para a atuação do assistente social? Será este um espaço que permite ao profissional de Serviço Social emancipar e garantir direitos para os sujeitos sociais? Os efeitos da transformação entre Estado e sociedade trazem novas exigências profissionais para o assistente social? É possível, para o assistente social, agir de acordo com o código de ética atuando em uma organização da sociedade civil?

As questões citadas acima foram a base para a definição do objeto de estudo, pois para o profissional de Serviço Social é fundamental conhecer o espaço em que está inserido, possibilitando assim buscar fundamentação teórica para compreender essa realidade e defender propostas para a consolidação do projeto ético-político da profissão.

Para conhecer a atuação dos profissionais de Serviço Social em organizações da sociedade civil, realizaram-se pesquisas bibliográficas, documental e empírica. Na pesquisa bibliográfica, utiliza-se fundamentalmente das contribuições de autores sobre o assunto, como Carlos Montañó, Leila Landim, Rubens César Fernandes e Marilda Iamamoto. Na documental, busca-se conhecer os profissionais de Serviço Social que atuam em organizações da sociedade civil, que se inscreveram no Conselho Regional de Serviço Social de Santa

Catarina (CRESS-SC) a partir de 1990. Na pesquisa empírica, objetivou-se levantar a visão dos assistentes sociais da ABEPOM sobre atuação profissional do Serviço Social em uma organização da sociedade civil. O instrumento de coleta de dados utilizado nesta última pesquisa foi o questionário.

O presente TCC, intitulado “A atuação dos assistentes sociais em organizações da sociedade civil: reflexões de sua dimensão ético-política”, está dividido em três capítulos.

O primeiro capítulo aborda uma discussão sobre “A reforma do Estado Brasileiro e os (Re)arranjos entre Estado e Organizações da Sociedade Civil na década de 1990”, trazendo as principais questões relacionadas à tentativa de conceituação do chamado “Terceiro Setor” e seu marco legal; a contextualização das organizações da sociedade civil no Brasil; a reforma do Estado brasileiro e o novo associativismo civil.

No segundo capítulo, explana-se sobre “O Serviço Social e as Organizações da Sociedade Civil”. Nele, verificam-se as consequências para o Serviço Social da nova relação entre Estado e sociedade civil e a atuação do assistente social nestas organizações a partir de 1990. Além disso, apresenta-se a sistematização da pesquisa documental realizada com dados do CRESS-SC; os exemplos de organizações da sociedade civil que se constituem em espaços ocupacionais do assistente social no estado de Santa Catarina e, por fim, as possibilidades e limites do Serviço Social nestas organizações.

O terceiro capítulo, intitulado “ABEPOM: perspectiva dos assistentes sociais sobre a atuação em organizações da sociedade civil”, traz a contextualização desta organização, a atuação de seus assistentes sociais, bem como a análise da pesquisa realizada junto a estes profissionais.

Ao final, apresentam-se as conclusões, com vistas a proporcionar uma reflexão sobre a atuação do profissional de Serviço Social em organizações da sociedade civil.

A perspectiva deste trabalho não é ignorar as organizações da sociedade civil enquanto espaços contraditórios de atuação do assistente social. Porém, objetiva-se aqui aprofundar o debate sobre tais contrariedades encontradas neste espaço, para que o profissional possa agir nesta esfera sem perder de vista o projeto ético-político e com a necessária qualificação, pois ambos aspectos possibilitarão ações críticas frente às novas demandas de trabalho surgidas na contemporaneidade. O profissional de Serviço Social precisa, cotidianamente, revelar a contradição histórica presente na sociedade de classe e na ~~sua~~ profissão, reafirmando seu compromisso em defender os direitos dos cidadãos.

Enfim, neste estudo, visa-se proporcionar uma visão ampla da nova relação entre Estado e sociedade civil e quais as consequências para o assistente social. Além disso,

pretende-se trazer visões de diferentes autores sobre o Serviço Social em organizações da sociedade civil.

1 A REFORMA DO ESTADO BRASILEIRO E OS (RE)ARRANJOS ENTRE ESTADO E ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL NA DÉCADA DE 90

No presente capítulo, aborda-se a Reforma do Estado na década de 90 e procura-se identificar as consequências trazidas por esta reforma na relação entre Estado e sociedade civil. Para tanto, apresenta-se o chamado “Terceiro Setor” e seu marco legal, bem como as organizações da sociedade civil (OSCs) no Brasil e o novo associativismo civil.

1.1 O TERCEIRO SETOR: TENTATIVAS DE CONCEITUAÇÃO

Aqui, objetiva-se buscar uma aproximação ao conceito de Terceiro Setor, tendo em vista suas inúmeras denominações recebidas, fruto da própria diversidade de organizações que o compõem e da multiplicidade de formas e áreas de atuação. Segundo Montaña (2005), essa multiplicidade de denominações apenas demonstra a falta de precisão conceitual, o que, por sua vez, revela a dificuldade de enquadrar toda a diversidade de organizações que dele fazem parte. Para alguns autores, são enquadradas somente as organizações formais, para outros, constam até as atividades informais, individuais, e ainda para alguns outros, as fundações empresariais seriam excluídas.

Segundo Fernandes citado por Motta (2007), a expressão Terceiro Setor vem do inglês (*third sector*), terminologia que iniciou nos Estados Unidos e a partir da década de 80 chegou ao Brasil. A expressão Terceiro Setor faz parte do vocabulário sociológico corrente nos Estados Unidos e é utilizada para designar associações voluntárias.

Conforme afirma Monte (2007), a expressão Terceiro Setor só ganha visibilidade na última década. Para o autor, o Terceiro Setor é um conjunto de entidades organizadas da sociedade civil, com interesses sociais comum. O objetivo desse setor permeia a esfera social, em que os esforços concentram-se na viabilização de projetos e ações que sejam revertidos em benefícios para uma comunidade ou um grupo. A partir do início da década de 90 é que se disseminou a expressão “Terceiro Setor” no Brasil, especialmente entre os teóricos da Reforma do Estado, para designar o conjunto de entidades da sociedade civil de fins públicos e sem objetivo de lucro. Ele coexiste com o primeiro setor, o Estado, e com o segundo setor, o Mercado. Difere do primeiro porque suas entidades são de natureza privada e do segundo,

porque não visa lucro nem proveito pessoal de seus atores, mas se dedica à consecução de fins públicos.

Para Monte (2007), participam do Terceiro Setor, as associações, fundações, cooperativas, instituições e empresas sem fins lucrativos, Organizações Não Governamentais (ONGs), entidades de assistência social, educação, saúde, esporte, meio ambiente, tecnologia e ciência, cultura, entre outras, cujos objetivos sejam combater a pobreza, a violência, o analfabetismo, entre outras mazelas, porém essas organizações devem ser sem fins lucrativos. O autor ainda destaca que qualquer grupo que por algum motivo se sinta excluído da sociedade, ou que queira resguardar uma causa, pode além de ser atendido, participar e até montar uma organização sem fins lucrativos.

Segundo Montaña (2005), o Terceiro Setor caracteriza um fenômeno que envolve um número significativo de instituições: ONGs, organizações sem fins lucrativos (OSFLs), instituições filantrópicas, empresas cidadãs, sujeitos voluntários e outros. Este autor esclarece que este setor não parte do conceito de um fenômeno isolado, mas tem como ponto de partida o movimento e as tendências das transformações do capital. O Terceiro Setor é, então, um fenômeno resultante dessas transformações.

Landim (1993) diz que o debate sobre o Terceiro Setor é polêmico, pois pensar essas organizações como setor já é ponto inicial de dissenso. Mas, como afirma a autora, o fato é que sem fins lucrativos e não governamental é a fórmula que está na moda desde as transformações do papel do Estado. Estas organizações sem fins lucrativos são de natureza privada, porém não são empresas, já que atuam em benefício público e não pertencem ao Estado. Segundo a mesma autora, as organizações sem fins lucrativos são incontáveis e estão espalhadas pelo mundo atuando em contextos variados, como os de cultura, educação, artes, recreação, saúde, assistência social, defesa de direitos humanos e de minorias, feminismo, ambientalismo, desenvolvimento comunitário, entre outros. Estas organizações movimentam uma ampla quantidade de recursos materiais advinda de fontes diversas, como governo, indivíduos, famílias, empresas, igrejas, fundações e associações.

Montaña (2005) assegura que o conceito de Terceiro Setor é uma forma de ideologia, que oculta uma estratégia do capital para o enfrentamento da questão social¹, ou seja, não consiste no desenvolvimento de organizações de um setor em detrimento da crise do outro, e sim na alteração de um padrão de resposta à questão social, com a

¹ A questão social é entendida como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade (IAMAMOTO, 2006, p. 27).

desresponsabilização do Estado, a desoneração do capital e a auto-responsabilização do cidadão e da comunidade local para esta função. Nessa direção, o Terceiro Setor seria um instrumento do capital para a reestruturação do mesmo, através do corte de funções estatais, agora realizadas, em grande parte, pela sociedade civil.

Conforme Pereira (2006), Terceiro Setor é o espaço ocupado pelas organizações da sociedade civil, sem fins lucrativos ou econômicos, de interesse social e que não possuem finalidade, natureza ou legislação específica, assim como pelos projetos, ações e atividades de interesse social, desenvolvidos por indivíduos, empresas e governo, normalmente por meio de grupos, movimentos ou alianças (parcerias) intersetoriais.

Para Salamon e Anheier citado por Gohn (1999), o Terceiro Setor é composto de organizações estruturadas, localizadas fora do aparato formal do Estado, que não são destinadas a distribuir lucros auferidos com suas atividades entre os seus diretores ou entre um conjunto de acionistas; são autogovernadas, envolvendo indivíduos num significativo esforço voluntário.

Conforme Gohn (1999), o Terceiro Setor parece estar caminhando para uma articulação conjunta, em termos de frentes de trabalho, entre movimentos sociais, também renovados, com perfis mais propositivos e menos reivindicativos: as modernas ONGs, as empresas-cidadãs, organizadas ao redor de temas sociais e voltadas para o Mercado com justiça social, e ainda, algumas entidades tradicionais filantrópicas, principalmente as que atuam na área da terceira idade. A mesma autora coloca que as ONGs estão mudando de nome para simplesmente terceiro setor.

Lopes (2007) diz que só é possível conceituar Terceiro Setor com o reconhecimento do trabalho das ONGs pela sociedade globalizada a partir dos anos 80, ganhando importância mundial nos anos 90, com as Nações Unidas promovendo uma sucessão de Cúpulas Sociais para construir uma agenda social global. Para a mesma autora, o conceito de Terceiro Setor é uma novidade, é uma proposta de experimentação social, uma tentativa de trabalho conjunto que tem o intuito de reunir instituições muito diversas; e essa experimentação só poderá ter resultados positivos com uma nova proposta de relação do Estado com a sociedade civil.

Para Fernandes (1994), além do Mercado e do Estado, há um terceiro personagem, não-governamental e não-lucrativo, organizado, independente e que mobiliza o voluntarismo existente nas pessoas. O autor chama a atenção para a emergência do Terceiro Setor, pois considera que há uma virtual revolução, decorrente do mesmo, em que há implicações na

mudança de agir e de pensar, o que certamente irá influenciar nas relações entre Estado e Mercado.

Fernandes (1994) define o Terceiro Setor como “um conjunto de organizações e iniciativas privadas que visam a produção de bens e serviços públicos”, conforme mostra o seguinte quadro:

Combinações resultantes da conjunção entre o público e o privado

AGENTES		FINS		SETOR
privados	para	privados	=	mercado
públicos	para	públicos	=	Estado
privados	para	públicos	=	terceiro setor
públicos	para	privados	=	(corrupção)

Quadro 1: Combinações resultantes da conjugação entre o público e o privado

Fonte: Fernandes (1994, p. 21).

Segundo Fernandes (1994), a delimitação do Terceiro Setor permite compreender que os três setores interagem. Neste contexto, o comportamento do Terceiro Setor de um país muito provavelmente influenciará as esferas política e econômica. O autor coloca ainda que o conceito de Terceiro Setor implica uma expansão da idéia corrente sobre a esfera pública, porém não se limita ao âmbito do Estado. Entende que a vida pública não é feita apenas de atos do governo, mas também da atividade cidadã.

Para Rothgiesser (2007), o Terceiro Setor é composto por iniciativas privadas que não visam lucro, inseridas na esfera pública, mas não são feitas pelo Estado. Nem empresa, nem governo, são cidadãos participando voluntariamente, em um sem-número de ações que visam ao interesse comum: ONGs; organizações comunitárias; entidades beneficentes; braços sociais de empresas, como fundações e institutos, e outras organizações que nascem na sociedade civil. Pode-se pensar em uma nova experiência de democracia, tecida no cotidiano, através de um novo padrão de atuação. Constitui-se num fenômeno de dimensões globais e fator potencial de democratização nas relações sociais, sendo sua emergência de tal relevância que se pode falar de uma virtual revolução a implicar mudanças gerais nos modos de agir e pensar. Esta autora ainda cita que a década de 90 é marcada pelas palavras parceria, cidadania corporativa, responsabilidade social, investimento social privado. Neste período, amplia-se fortemente o conceito de Terceiro Setor para além do círculo das ONGs, valorizando-se

outros atores sociais, como as fundações e institutos (os braços sociais das empresas), as associações beneficentes e recreativas, também as iniciativas assistenciais das igrejas e o trabalho voluntário de maneira geral.

Para Cardoso (2004), o Terceiro Setor é resultado da democracia e ampliação da presença da sociedade civil na reivindicação por direitos. Para a autora, este setor é uma esfera pública, não necessariamente governamental, constituída de iniciativas privadas em benefício do interesse comum, compreendendo um conjunto de ações particulares com o foco no bem-estar público. Conforme a mesma autora, as associações civis nunca pretenderam substituir o Estado e, se a sua ação é múltipla e diversificada, não se caracterizam anti-Estado. As ações foram contra o Estado autoritário, pautadas no objetivo de ampliar a liberdade de ação e manifestação, condição para que a sociedade possa cumprir seu papel de crítica, mas também de legitimadora de governos.

Por fim, observam-se amplas e controversas definições sobre a expressão Terceiro Setor. Porém, foi possível constatar um certo consenso no que diz respeito ao universo destas organizações. Considera-se, então, que o Terceiro Setor é constituído por organizações de caráter privado, que não objetivam lucro e que atuam em benefício público. Em termos legais, o Terceiro Setor teve sua atuação demarcada pela Lei nº. 9.790/99, a qual dispõe sobre a qualificação de entidades, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs). Para muitos autores este foi efetivamente um marco legal para o Terceiro Setor, assunto que será tratado a seguir.

1.2 MARCO LEGAL DO TERCEIRO SETOR

A Lei nº. 9.790, de 23 de março de 1999, dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos, como OSCIP, e institui o termo de parceria entre entidades qualificadas como OSCIP e o Poder Público. Esta lei é mais conhecida como "a nova lei do Terceiro Setor" e representa o marco legal que regula as relações entre Estado e sociedade civil no Brasil. Para alguns autores, a Lei 9.790/99 visa estimular o crescimento do Terceiro Setor, buscando transformar as políticas públicas governamentais em políticas públicas de parceria entre Estado e sociedade civil.

Segundo Gomes (1999), a lei que regulamenta as OSCIPs tenciona fortalecer o Terceiro Setor, que através de um instrumento jurídico específico busca formalizar sua relação com o Estado. A autora ainda afirma que tal legislação foi produto de debates

coordenados pelo Conselho da Comunidade Solidária e objetivou atender a demanda das ONGs por uma nova relação entre Estado e sociedade.

A Lei 9.790/99 é considerada como marco legal do Terceiro Setor, porém não foi a primeira lei que regulamentou as entidades que compõem este setor, ou seja, houve leis anteriores a esta. A Lei nº. 91, de 28 de agosto de 1935, reconhece como de utilidade pública as sociedades civis, as associações e fundações, constituídas no país, com o fim exclusivo de servir desinteressadamente à coletividade. Este foi o primeiro passo em direção ao reconhecimento legal do chamado Terceiro Setor. A seguir, verificam-se outras leis que fazem parte do aparato legal deste setor.

Há que se mencionar a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), nº. 8.742 de 1993, que dispõe sobre as competências do Conselho de Assistência Social, normatizando as ações tanto de natureza pública quanto privada no campo da Assistência Social. O Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) é quem estabelece critérios para a concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, e a Resolução nº. 117 de 2000 do CNAS determina os procedimentos necessários à concessão deste certificado.

A Lei nº. 9.608, de 18 de fevereiro de 1998, refere-se ao Serviço Voluntário, considerado como atividade não remunerada prestada por pessoa física à entidade pública. Conforme esta Lei, o serviço voluntário não gera vínculo empregatício, nem direitos de natureza trabalhista e previdenciária.

Ainda no ano de 1998 é regulamentada a Lei nº. 9.637, qualificando como organizações sociais, pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, aquelas cujas atividades sejam dirigidas ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à proteção e preservação do meio ambiente, à cultura e à saúde.

No ano de 1999, a Lei nº. 9.790 regulamenta, conforme citada anteriormente, a qualificação de OSCIP, que reconhece legalmente as organizações da sociedade civil cuja atuação se dá no espaço público não estatal.

A Lei de Qualificação das OSCIPs (Lei nº. 9.790/99), em seu Art. 1º, determina que as pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos - desde que os respectivos objetivos sociais e normas estatutárias atendam aos requisitos instituídos por esta Lei - podem ser qualificadas como OSCIPs. No primeiro parágrafo do Art. 1º é reconhecida sem fins lucrativos a pessoa jurídica de direito privado que não distribui, entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados ou doadores, eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu

patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e que os aplica integralmente na consecução do respectivo objeto social.

No Art. 3º desta Lei determina-se que os objetivos sociais tenham pelo menos uma das seguintes finalidades, conforme segue:

- I - promoção da assistência social;
 - II - promoção da cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico;
 - III - promoção gratuita da educação, observando-se a forma complementar de participação das organizações de que trata esta Lei;
 - IV - promoção gratuita da saúde, observando-se a forma complementar de participação das organizações de que trata esta Lei;
 - V - promoção da segurança alimentar e nutricional;
 - VI - defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável;
 - VII - promoção do voluntariado;
 - VIII - promoção do desenvolvimento econômico e social e combate à pobreza;
 - IX - experimentação, não lucrativa, de novos modelos sócio-produtivos e de sistemas alternativos de produção, comércio, emprego e crédito;
 - X - promoção de direitos estabelecidos, construção de novos direitos e assessoria jurídica gratuita de interesse suplementar;
 - XI - promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais;
 - XII - estudos e pesquisas, desenvolvimento de tecnologias alternativas, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos que digam respeito às atividades mencionadas neste artigo.
- Parágrafo único. Para os fins deste artigo, a dedicação às atividades nele previstas configura-se mediante a execução direta de projetos, programas, planos de ações correlatas, por meio da doação de recursos físicos, humanos e financeiros, ou ainda pela prestação de serviços intermediários de apoio a outras organizações sem fins lucrativos e a órgãos do setor público que atuem em áreas afins.

A entidade que deseja se qualificar como OSCIP, conforme Art. 5º, deve fazer uma solicitação formal ao Ministério da Justiça na Coordenação de Outorga e Títulos da Secretaria Nacional de Justiça, anexando ao pedido, cópias autenticadas em cartório dos seguintes documentos: estatuto registrado em cartório; ata de eleição de sua atual diretoria; balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício; declaração de isenção do imposto de renda e inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes. No Art. 6º verifica-se o prazo de trinta dias para que o Ministério da Justiça decida se é deferido ou não o pedido para qualificação como OSCIP.

No que se refere à perda da qualificação de OSCIP, o Art. 7º cita que isto pode ocorrer a pedido ou mediante decisão proferida em processo administrativo ou judicial, de

iniciativa popular ou do Ministério Público, no qual serão assegurados ampla defesa e o devido contraditório. No Art. 8º verifica-se que, amparado por fundadas evidências de erro ou fraude, qualquer cidadão, respeitadas as prerrogativas do Ministério Público, pode requerer, judicial ou administrativamente, a perda da qualificação instituída por esta Lei, porém o anonimato é vedado.

O Termo de Parceria é uma das principais inovações da Lei das OSCIPs. Trata-se de um novo instrumento jurídico criado pela Lei 9.790/99 (Art. 9º) com vistas à realização de parcerias unicamente entre o Poder Público e a OSCIP para o fomento e execução de projetos. Conforme segundo parágrafo do Art. 10, são cláusulas essenciais do Termo de Parceria:

I - a do objeto, que conterá a especificação do programa de trabalho proposto pela Organização da Sociedade Civil de Interesse Público;

II - a de estipulação das metas e dos resultados a serem atingidos e os respectivos prazos de execução ou cronograma;

III - a de previsão expressa dos critérios objetivos de avaliação de desempenho a serem utilizados, mediante indicadores de resultado;

IV - a de previsão de receitas e despesas a serem realizadas em seu cumprimento, estipulando item por item as categorias contábeis usadas pela organização e o detalhamento das remunerações e benefícios de pessoal a serem pagos, com recursos oriundos ou vinculados ao Termo de Parceria, a seus diretores, empregados e consultores;

V - a que estabelece as obrigações da Sociedade Civil de Interesse Público, entre as quais a de apresentar ao Poder Público, ao término de cada exercício, relatório sobre a execução do objeto do Termo de Parceria, contendo comparativo específico das metas propostas com os resultados alcançados, acompanhado de prestação de contas dos gastos e receitas efetivamente realizados, independente das previsões mencionadas no inciso IV;

VI - a de publicação, na imprensa oficial do Município, do Estado ou da União, conforme o alcance das atividades celebradas entre o órgão parceiro e a Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, de extrato do Termo de Parceria e de demonstrativo da sua execução física e financeira, conforme modelo simplificado estabelecido no regulamento desta Lei, contendo os dados principais da documentação obrigatória do inciso V, sob pena de não liberação dos recursos previstos no Termo de Parceria.

A execução do objeto do Termo de Parceria será acompanhada e fiscalizada por órgão do Poder Público da área de atuação correspondente e pelos Conselhos de Políticas Públicas das mesmas áreas, em cada nível de governo, segundo o Art. 11. Os responsáveis pela fiscalização do Termo de Parceria, conforme Art. 12, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade na utilização de recursos ou bens de origem pública pela organização parceira, darão imediata ciência ao Tribunal de Contas respectivo e ao Ministério Público, sob pena de responsabilidade solidária.

Das disposições finais e transitórias da Lei 9.790/99, o Art. 16 veta às entidades qualificadas como OSCIP, a participação em campanhas de interesse político-partidário ou eleitorais, sob quaisquer meios ou formas. No Art. 17 é dada a liberdade, através do Ministério da Justiça, ao acesso a todas as informações pertinentes às Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, mediante requerimento dos interessados.

No Art. 18 é dada a possibilidade das pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos, qualificadas com base em outros diplomas legais, qualificarem-se como OSCIPs, desde que atendidos os requisitos para tanto exigidos, sendo-lhes assegurada a manutenção simultânea dessas qualificações até cinco anos contados da data de vigência desta Lei. Após este prazo, a pessoa jurídica interessada em manter a qualificação prevista na Lei deverá por ela optar, fato que implicará a renúncia automática de suas qualificações anteriores.

Passados oito anos desde a aprovação da Lei 9.790/99, debates em torno dela continuam a ser suscitados. São diversas as opiniões sobre a lei que regulamenta o Terceiro Setor. Para Montañó (2005), a legislação que se desenvolveu no Brasil, fundamentalmente nos últimos anos, tem ajudado a criação e operação de entidades não governamentais, privadas, de interesse público e sem objetivo de lucro, como justificativa para o processo neoliberal de desresponsabilização do Estado. Conforme o mesmo autor, o termo de parceria oportunizado pela Lei 9.790/99 é feito de forma a substituir, não complementar, a responsabilidade estatal com a resposta às demandas sociais, ou seja, é forma de privatização de funções do Estado.

Uma visão diferenciada é encontrada em Ferrarezi e Rezende (2001). Para estas, a Lei 9.790/99 objetiva a construção de um novo marco institucional que possibilita a progressiva mudança do desenho das políticas públicas governamentais e as transforma em políticas públicas de parceria entre Estado e sociedade civil em todos os níveis, com a incorporação das organizações da sociedade civil na elaboração, execução, monitoramento, avaliação e fiscalização dessas políticas. Conforme as mesmas autoras, a Lei 9.790/99 ainda não foi amplamente aceita no Brasil por causa da cultura estatista predominante no chamado aparelho de Estado. A lei do Terceiro Setor reconhece o caráter público de organizações não estatais. Isso é um escândalo para boa parte dos dirigentes e funcionários governamentais, que ainda pensam que o Estado não só deve deter por direito, como deve continuar mantendo de fato em suas mãos, o monopólio do público.

Enfim, é possível constatar que a Lei 9.790/99 é resultado das transformações ocorridas entre Estado e sociedade civil, advindas da Reforma do Estado, tema do próximo item. Tais mudanças alteraram significativamente a trajetória política até então percorrida

pelas organizações da sociedade civil. Para se contextualizar as novas características destas organizações, é necessário que se definam as diversas denominações que compõem o universo das organizações da sociedade civil, bem como sua historicidade, o que será abordado a seguir.

1.3 AS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL NO BRASIL

Os termos utilizados para designar as organizações privadas sem objetivos de lucro, ou seja, as organizações da sociedade civil, são múltiplos, refletindo a variedade interna do setor, assim como diferentes culturas políticas (LANDIM, 1993). Ao aprofundar-se neste tema, nota-se a dificuldade de diferenciação entre os termos jurídicos e sociológicos apresentados neste item.

Fernandes citado por Motta (2007) considera mais abrangente falar de organizações da sociedade civil, pois recuperada no contexto das lutas pela democratização, a idéia de sociedade civil serviu para destacar um espaço próprio, não-governamental, de participação nas causas coletivas. Nela e por ela, indivíduos e instituições particulares exerceriam a sua cidadania, de forma direta e autônoma, demarcando um espaço de integração cidadã, em que a sociedade civil distingue-se do Estado e também da lógica do Mercado.

Segundo Landim (1993), ao utilizar o termo sem fins lucrativos, lida-se com a heterogeneidade e a fragmentação, posto que são muitos os termos utilizados em diversos contextos nacionais para assinalar as organizações privadas sem objetivos de lucro, o que freqüentemente causa confusão, comprovando a pluralidade interna do setor. Isso significa que não se construiu uma problemática sobre o tema, ou seja, não há um discurso, um debate acumulado sobre o objeto enquanto tal, demonstrando que, ao se lidar com o setor sem fins lucrativos, não se está lidando com um todo que se reconhece como tendo uma identidade comum e, sim, com a diversidade.

Por serem múltiplas as denominações das organizações privadas sem objetivos de lucro, Landim (1993) optou por inventariar o que seria uma espécie de senso comum criado em torno de determinadas expressões e categorias. Os principais termos para designar as instituições que compõem o universo sem fins lucrativos no Brasil são: sociedade civil sem fins lucrativos ou instituições que compõem o universo sem fins lucrativos; associações; entidades filantrópicas, beneficentes ou de caridade; as ONGs e fundações. Na sequência, serão expostas as características destas organizações:

a) Entidades Sem Fins Lucrativos ou Sociedades Civis Sem Fins Lucrativos

Landim (1993) destaca que os termos Entidades Sem Fins Lucrativos ou Sociedades Civis Sem Fins Lucrativos são utilizados para designar qualquer OSCs, pois se trata de uma denominação muito generalista. Porém, essa expressão remete ao referencial jurídico; as entidades sem fins lucrativos são formalmente reconhecidas enquanto pessoas jurídicas de direito privado no Art. 16 do Código Civil Brasileiro (Lei nº. 3.107 de 1/1/1916), no qual está definido o que são as organizações sem fins econômicos, conforme consta textualmente nesta: “I As sociedades civis, religiosas, pias, morais, científicas ou literárias, associações de utilidade pública e as fundações”.

Há claras distinções jurídicas entre associações e fundações. Nas associações existem interesses próprios, exclusivos dos sócios, e os fins podem ser alterados pelos associados; o patrimônio é constituído pelos consócios e a deliberação é livre. Já nas fundações os interesses não são próprios, mas do fundador, e os fins são imutáveis. Neste tipo de organização o patrimônio é fornecido pelo instituidor, que tanto pode ser o Estado, quanto um sujeito particular. E, por fim, as fundações têm suas resoluções delimitadas pelo instituidor (LANDIM, 2003).

As Entidades Sem Fins Lucrativos, quando têm fins de interesse social e são reconhecidas pelos órgãos competentes, são constituídas como associações de utilidade pública. As fundações também podem ser declaradas de utilidade pública se atenderem os requisitos para tal, os quais serão vistos a seguir.

O termo entidade de Utilidade Pública pode ser aplicado a qualquer organização citada neste subitem. Segundo Landim (1993), entidade de Utilidade Pública é uma expressão de natureza legal e se refere a um status a que podem ter acesso as organizações sem fins lucrativos. Considera-se de Utilidade Pública o conjunto de condições pelo qual a União, Estados e Municípios reconhecem formalmente entidades que possuam qualidade de interesse para a coletividade.

A Lei nº. 91, promulgada em 1935, retomada através de uma Portaria editada pela Secretaria Nacional dos Direitos da Cidadania e Justiça do Ministério da Justiça, em 13 de junho de 1990, determina as condições de utilidade pública das associações civis. Landim (1993) com base no “Manual para Requerimento - Entidades de Utilidade Pública Federal”, por meio do Ministério da Justiça, esclarece que é através do título de Utilidade Pública Federal que o governo apóia entidades privadas que prestam serviços necessários à

coletividade. Porém, para receber tal título, as organizações devem prestar os serviços como se o governo os prestasse, sem distinção de raça, credo ou convicção política, não podendo ter o lucro por finalidade. Os pretendentes ao título devem estar funcionando regularmente há três anos, o que deve ser atestado por autoridade local mediante relatório dos serviços destinados, provando o caráter total ou predominantemente gratuito. Tais relatórios devem ser acompanhados de demonstrativos financeiros, pelos quais o Ministério da Justiça avaliará a eficiência da diretoria e a estabilidade das requerentes. Este título somente é conferido pelo Presidente da República, conforme determinado na Lei nº. 91, de 28/08/1935.

Landim (1993) também chama a atenção para as imunidades fiscais garantidas para as Entidades Sem Fins Lucrativos ou Sociedades Civis Sem Fins Lucrativos, pois são sujeitos de imunidades fiscais regulamentadas pela Constituição Federal e pelo Código Tributário.

O Artigo 150 da Constituição Federal estabelece que à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, é vedado instituir imposto sobre patrimônio, renda ou serviço, aos partidos políticos e suas fundações, às entidades sindicais dos trabalhadores, às instituições de educação e para as de assistência social sem fins lucrativos. Nos Artigos 126 e 130 do Regulamento do Imposto de Renda, estas organizações são dispensadas de apresentar declaração de rendimentos, desde que atendam as condições necessárias. Dentre estas condições, pode-se citar a não remuneração dos dirigentes, a não distribuição de lucros ou qualquer título, o retorno integral dos recursos para a manutenção e desenvolvimento dos objetivos sociais, entre outras.

b) Associação Civil

As associações civis “são organizações baseadas num contrato livremente estabelecido, entre indivíduos para exercer atividades comuns ou defender interesses comuns” (LANDIM, 1993, p. 75). Esta mesma autora afirma que as formas organizativas e iniciativas sociais enquadradas dentro da categoria de associação são muito variadas, como por exemplo, as culturais, os clubes recreativos e esportivos e sindicatos. Para sua existência legal é necessário que a associação seja inscrita no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas, conforme prescrito pela Lei 6.015/73 em seu Art. 114, sendo necessário publicar os documentos da ata da fundação, a relação dos diretores da entidade e a relação dos associados fundadores no Diário Oficial. Na atual Constituição Federal, em seu Art. 5º (XVII a XXI), fica estabelecida a plena liberdade de associação para fins lícitos (1993).

Associação civil tem sido um termo que aparece comumente carregado do sentido de cidadania, participação, mobilização política e social. Conforme Landim (1993), no Brasil a expressão associação sugere freqüentemente sociedade civil organizada por contraposição ao Estado. Este sentido oposicionista ganhou densidade nos anos 1920, quando muitos dos grupos e movimentos sociais se organizaram sob forma de associações, buscando defender interesses sociais e econômicos, às vezes com ações paralelas ao Estado e às vezes com iniciativas reivindicatórias dirigidas ao poder público.

Segundo Muraro (2003), os números de associações vêm crescendo no Brasil em consequência dos problemas existentes nos estados, nas cidades e nos bairros. No intuito de resolver principalmente as mazelas existentes nos bairros, novas esferas de caráter público vêm unindo forças para construção de uma sociedade civil que possua liberdade de expressão e luta pela conquista dos objetivos traçados.

c) Entidades Filantrópicas, Beneficentes ou de Caridade

São organizações voltadas para servir um público exterior a elas mesmas, como as de assistência social, que abrangem os serviços, por exemplo, de asilo, orfanatos, abrigos, distribuição de roupas e alimentos, atendimento à saúde, à educação, etc. (LANDIM, 1993).

Conforme exposto por Landim (1993), não há distinção jurídica entre as entidades filantrópicas e as associações. No entanto, as entidades filantrópicas têm mais facilidades no recebimento de certos benefícios, pois têm evidenciado seu caráter público e de benefício para a coletividade. Entretanto, a Constituição Federal estabelece a possibilidade do recebimento de recursos governamentais às organizações de educação (Art. 213) e de assistência social (Art.195).

Em 1993 houve a aprovação da Lei 8.742 (Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS), que juntamente com a Resolução nº. 177/2000 do CNAS, dispõe sobre os regulamentos para a concessão do certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social.

A LOAS, como já citado, dispõe, em seu Art. 18 (incisos II, III, IV), sobre as competências do Conselho de Assistência Social, que deverá normatizar as ações de natureza pública e privada no campo da Assistência Social, estabelecendo critérios para a concessão de registro de Entidade Beneficente de Assistência Social.

Já a Resolução nº. 177/2000 determina os procedimentos necessários à concessão destes certificados, estabelecendo que somente as Entidades de Assistência Social poderão receber o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEAS). Ele só será

concedido às entidades que nos três anos anteriores ao requerimento demonstrem: estar legalmente constituída no País e em efetivo funcionamento; estar previamente inscrita no Conselho Municipal de Assistência Social do Município, na inexistência deste, deve inscrever-se no Conselho Estadual de Assistência Social ou no Conselho de Assistência Social do Distrito Federal; devendo também estar registrada no CNAS e possuir declaração de Utilidade Pública Federal, entre outros requisitos encontrados no Art. 3º. Em relação ao Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, o mesmo tem validade por três anos, devendo ser, então, renovado periodicamente, exceto em casos de transgressão de normas, conforme Art. 5º (VIEIRA, 2006).

A partir da LOAS decorreu a Norma Operacional Básica (NOB), objetivando explicitar procedimentos, definir estratégias e fluxos operacionais do processo descentralizado e participativo da assistência social. Esta norma é resultado de discussões entre gestores, conselheiros, prestadores de serviços, representantes dos usuários, representantes dos trabalhadores e dos fóruns, atores com competências na área de assistência social comprometidos com o fortalecimento da democracia, da equidade e da estruturação de um Sistema de Assistência Social que atenda às demandas de proteção social dos destinatários da Política Nacional de Assistência Social. Como instrumento que disciplina a organização da gestão das ações, esta NOB avança no processo de construção do Sistema de Assistência Social, quando amplia a autonomia dos estados e municípios e qualifica as relações entre Estado e Sociedade, principalmente no que se refere à organização de uma rede de atenção que priorize as demandas de inclusão e proteção do seu público alvo e a qualidade do seu atendimento.

Em 2005, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, por intermédio da Secretaria Nacional de Assistência Social, em cumprimento à Resolução nº. 27, de 24 de fevereiro do Conselho Nacional de Assistência Social, apresenta a NOB do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). A presente Norma Operacional consagra os eixos estruturantes para a realização do pacto a ser efetivado entre os três entes federados e as instâncias de articulação, pactuação e deliberação, visando à implementação e consolidação do SUAS no Brasil. Seu objetivo central é afiançar a proteção social do campo sócio-assistencial para os brasileiros e brasileiras que dela necessitam. Como uma decisão do atual governo federal, deve se efetivar em um amplo e significativo processo participativo e democrático, integrando todos os setores que constroem a Política de Assistência Social: gestores, trabalhadores, conselheiros, usuários, entidades parceiras e sociedade em geral.

d) Fundações

É uma categoria fundamentalmente jurídica. Esta forma de organização constitui-se uma espécie de pessoa jurídica, cuja composição interna resulta da destinação, por alguém, de um patrimônio vinculado a um fim específico. A fundação é criada através de uma escritura pública ou testamento, destinando bens livres, especificando o fim a ser alcançado e declarado, caso queira, a maneira de administrá-la, segundo o Art. 24 e seguintes do Código Civil Brasileiro (Lei nº. 3.107 de 1/1/1916) (LANDIM, 1993).

Landim (1993) explica que os estatutos que regulamentam as fundações devem ser elaborados pelas próprias. Caso isto não ocorra, a elaboração é feita pelo órgão do Ministério Público, devendo ser aprovado pelo juiz no prazo de seis meses. No que concerne à fiscalização, a autoridade competente é o Ministério Público do Estado onde estão situadas.

e) Organizações Não Governamentais (ONGs)

Ao se fazer referência as ONGs, é preciso desde logo destacar que se trata de um campo bastante heterogêneo. A análise acerca de suas finalidades é permeada por diferentes opiniões, como constatado a seguir. Trata-se de um termo sociológico, não jurídico.

Conforme Gohn (1997), a expressão ONG foi criada pela Organização das Nações Unidas (ONU), nos anos 1940, para instituir entidades não-oficiais que recebiam ajuda financeira do Estado para executar projetos de interesse social. Segundo esta autora, o termo ONG refere-se a um tipo peculiar de organizações da sociedade civil, em que há um agrupamento de pessoas organizadas, sob forma de uma instituição da sociedade civil, que se auto-declara sem fins lucrativos, com o intuito de lutar e reivindicar por causas coletivas.

Landim (1993) esclarece que as ONGs se registram legalmente mais como sociedades civis sem fins lucrativos e, muito raramente, como fundações. Porém, ONG não é um termo jurídico, mas sim de conotação social e política. Esta autora aponta que tanto as ONGs como as associações indicam compromisso com a sociedade civil organizada, com movimentos sociais e com a transformação social. O que as diferencia das associações é o objetivo, pois ONGs são criadas para servir a grupos e movimentos sociais exteriores a ela. As diferenças também se destacam quando as ONGs são comparadas a organizações filantrópicas, pois essas instituições não pretendem exercer qualquer tipo de prática caritativa.

Para Gohn (1997), o campo de atuação das ONGs é muito diversificado, abrangendo desde perspectivas conservadoras a progressistas. Destacam-se as de cunho assistencialista, através da filantropia; as de desenvolvimento, por meio de cooperação

internacional entre ONGs e agências públicas e privadas, e as do campo da cidadania, decorrentes da ONGs constituídas a partir de movimentos sociais que reivindicam por direitos sociais.

A partir da década de 90, as chamadas ONGs alteram seus objetivos e se multiplicam, tornam-se reconhecidas no cenário político e social. Porém, estas organizações surgem muito anteriormente ao seu auge, o que será detalhado no item a seguir, no qual serão contextualizadas as organizações da sociedade civil.

1.3.1 Contextualizando as Organizações da Sociedade Civil

No Brasil, durante os três primeiros séculos, as ações da sociedade civil existiam basicamente no espaço da Igreja Católica ou sobre sua égide, permeadas pela caridade cristã (LANDIM, 1993).

No século XIX, o Estado afirma uma perspectiva leiga e racionalista em relação à Igreja, objetivando ocupar o espaço que até então era da Igreja Católica na manutenção dos serviços sociais públicos. Até 1930, a atuação do Estado na prestação direta de serviços sociais, saúde e educação, era bastante precária e as obras sociais religiosas continuavam a dominar (LANDIM, 1993). Assim, constata-se que mesmo quando o Estado resolveu tomar para si a responsabilidade de gerir e implementar políticas sociais, não o fez na perspectiva democrática e universalista, mas na continuidade dos serviços prestados pela Igreja Católica, que eram realizados numa perspectiva pontual, residual e seletiva.

Por volta da década de 30, o Estado se tornou o responsável fundamental pelo financiamento e prestação direta de serviços sociais. Porém, o controle do Estado sobre a sociedade não eliminou a existência e o papel das associações privadas sem fins lucrativos nestas áreas, pelo contrário, elas se proliferaram, haja vista a ação da igreja e de outros grupos religiosos (LANDIM, 1993).

A década de 30 foi um marco para a solidificação de um tipo de OSCs, o sindicalismo. Landim (1993) afirma que, neste período, a política popular do presidente Getúlio Vargas foi decisiva na consolidação do sindicalismo brasileiro e para a criação da identidade de uma classe trabalhadora. O populismo, mesmo que contraditoriamente, oportunizou aos operários instrumentos de expressão e organização de seus interesses.

Com a regulamentação da Lei nº. 91 (28 de agosto de 1935) estabelece a Declaração de Utilidade Pública como um instrumento regular da colaboração entre entidades

particulares sem fins lucrativos e o Estado. Mas, mesmo antes desta lei, este título já era conferido a certas instituições. Não havia, contudo, critérios claros e precisos para concedê-lo.

Como afirma Landim (1993), com o golpe militar de 1964, as relações entre Estado e sociedade se redefinem. Um novo período se iniciou, em que a reorganização da sociedade civil se fez através da multiplicação de entidades marcadas pela autonomia e contrárias ao Estado autoritário. Observou-se que, neste momento, certos espaços eclesiais representaram um papel fundamental na expansão de lideranças legais, de iniciativas e organizações autônomas de todas as categorias, desenvolvidas no seio da sociedade, comprometidas com ideais democráticos e associativistas.

A partir das décadas de 60 e 70, em plena ditadura e repressão a qualquer organização da sociedade civil, as ONGs começam a se formar e se estruturar no Brasil. Elas acompanham um movimento de resistência e enfrentamento às formas de opressão do período (PAZ, 1999).

Scherer-Warren (2004) analisa as transformações ocorridas no processo político nacional, indicando as intensidades distintas na capacidade de mobilização e organização da sociedade civil, identificando três períodos:

- 1) De 1964 a 1973, ocorreu o período de fechamento político pelo regime ditatorial, onde muitas organizações civis foram reprimidas politicamente e muitas delas extintas;
- 2) Em meados dos anos 70, as ações da sociedade civil começaram a se projetar em âmbito nacional. Dentre estas iniciativas estavam os movimentos contra o autoritarismo do regime, o novo sindicalismo no movimento operário, entre outros;
- 3) De 1974 a 1983, houve o momento de abertura e transição à democracia, em que há uma retomada das mobilizações sociais e o ressurgimento de novas formas de associativismo, com surgimento de novos movimentos sociais e de organizações pela defesa da democracia.

Para Nascimento (2007), as décadas de 70 e 80 foram marcadas por uma renovação significativa das práticas associativistas. Começam a surgir possibilidades reais de um espaço público com participação da sociedade. Isso é verificado pelo reaparecimento do movimento social e pela entrada de novos atores e de novas temáticas em cena. Há muitos exemplos: o novo sindicalismo, os movimentos sociais urbanos (de bairros, saúde, habitação, mulheres, negros, etc), o movimento ecológico e os movimentos rurais. O surgimento de uma sociedade civil mais organizada e mais dinâmica caminhou em direção a constituir relações mais estreitas entre os cidadãos e a sociedade política, apesar dos obstáculos colocados pela ditadura no longo período de abertura política e transição democrática.

Figueiró (2001) considera que, até a década de 80, as organizações da sociedade civil tinham suas ações voltadas para a valorização das práticas coletivas e da construção de um novo projeto de cidadania baseada na defesa de direitos sociais. No campo político, essa década foi marcada, no Brasil, pela reorganização dos movimentos sociais, pela luta em favor das eleições diretas e pela promulgação da Constituição de 88, considerada como Constituição Cidadã.

O período Constituinte foi um marco em relação à participação da sociedade civil, posto que neste momento setores se organizaram e se articularam em Fóruns para debater a forma e o conteúdo da nova constituição. As ONGs tiveram papel fundamental no movimento pela Assembleia Nacional Constituinte, dando os primeiros passos no sentido de terem voz própria, enquanto um ator social na cena pública (PAZ, 1999).

Montaño (2005) afirma que houve mudança de caráter das ONGs. Até a década de 90, elas eram articuladas aos movimentos sociais e seguiam estratégias de enfrentamento ao Estado; cita-se a Constituição de 88 como marco histórico resultante deste processo. Após os anos 90, passam a incorporar um comportamento de parceria e de articulação com o Estado.

Gohn (1997) ainda destaca que, ao iniciar a década de 80, as ONGs tiveram grande expansão no Brasil. Esta expansão se dá em uma fase nacional em que dois elementos se destacam: de um lado, a reordenação das forças político-sociais em blocos partidários, em luta pelo acesso ao poder (nas Câmaras e Assembleias Legislativas e demais cargos executivos) e, de outro lado, o discurso e a prática efetiva por parte do governo central, em termos de políticas de descentralização.

Ao iniciar a década de 90, as ONGs se consolidaram no cenário nacional, ganhando maior visibilidade a partir das mobilizações civis para a realização do Fórum Paralelo na Eco/92, Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente. Neste período, as ONGs buscaram sua institucionalidade para responder às demandas de participação nas esferas governamentais (SCHERER-WARREN, 2004).

Confirmando o que já foi citado acima, as ONGs tornam-se conhecidas do público brasileiro, principalmente durante a década de 90, com o grande impulso proporcionado pela Eco-92, dando maior visibilidade a esse tipo de associação. Embora já houvesse associações civis mesmo sob o regime militar, foi somente no final da década de 80 que o termo ONG foi cunhado e essas instituições ganharam visibilidade definitiva (CAMPAGNAC, 2006).

Nos anos 90, há mudanças na perspectiva de atuação política dos atores coletivos, passando a ser direcionada para atendimento de demandas sociais específicas, que surgem para tentar suprir precariedade e falta de investimento em políticas sociais públicas por parte

do Estado. Dessa forma, as organizações da sociedade civil surgem na perspectiva de se pensar novos padrões de ação coletiva voltados especificamente para a realização complementar dos serviços públicos estatais, passando a compor o quadro de prestadores de serviços do Estado (FIGUEIRÓ, 2001).

No Brasil, a valorização das OSCs deve ser entendida no bojo do movimento pela Reforma do Estado e tem, no ano de 1995, um marco importante. A partir desse período, crescem no país diversos tipos de arranjos entre Estado e organizações da sociedade civil na implementação e na co-gestão de políticas públicas, particularmente, as de caráter social, que serão abordadas no item que se segue.

1.4 REFORMA DO ESTADO BRASILEIRO

Para muitos autores, as mudanças citadas anteriormente, são resultados das reformas estruturais de cunho neoliberal, iniciadas no governo Collor e consolidadas durante a gestão do Presidente Fernando Henrique Cardoso, que criou o Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE), sob tutela do Ministro Luiz Carlos Bresser Pereira.

Oliveira (2006) afirma que as reformas estruturais implementadas na América Latina a partir da década de 90, explicitaram a orientação político-econômica do ajuste estrutural à periferia capitalista. É uma das respostas dadas pelo capital internacional como estratégia ao seu processo de reestruturação econômica e política, via processo de globalização.

Conforme Diniz (2003), a década de 90 destacou-se pela execução da agenda neoliberal tanto nos países da Europa oriental, egressos da experiência socialista, quanto nos países da América Latina, recém saídos de ditaduras e regimes autoritários de diferentes tipos. Os resultados destas primeiras seqüências de reformas implicariam em uma profunda reestruturação produtiva destas economias, levando ao desaparecimento de grande número de empresas, impulsionando fusões e incorporações e provocando ainda uma nova modalidade de inserção no sistema internacional, através da desregulamentação dos Mercados de produtos, financeiros e de trabalho.

Segundo Iamamoto (2006), as transformações no mundo do trabalho causadas pela flexibilização e desregulamentação dos direitos trabalhistas, ocorridas a partir da crise do padrão de acumulação capitalista, acompanham as profundas mudanças na esfera do Estado,

concretizadas na Reforma do Estado, exigidas pelas políticas de ajuste recomendadas pelo Consenso de Washington.

É importante salientar que, também para Montañó (2005), o projeto de Reforma do Estado brasileiro orientado pelos ideais neoliberais deu-se a partir do Consenso de Washington. O Consenso de Washington foi uma reunião realizada em 1989 entre os organismos de financiamento internacional, funcionários do governo americano e economistas latino-americanos, com o objetivo de avaliar as reformas econômicas da América Latina. Este autor aponta acerca da articulação entre reforma do Estado e projeto de liberar, desimpedir e desregulamentar a acumulação de capital, retirando a legitimidade sistêmica e o controle social da lógica da democracia e passando para a lógica da concorrência (MONTAÑO, 1999).

Iamamoto (1999) entende que a Reforma do Estado está diretamente ligada às relações entre Estado e sociedade civil, na medida em que os governantes apóiam a idéia de que o Estado deve ser somente promotor e regulador do desenvolvimento social e econômico, abandonando a responsabilidade direta desse desenvolvimento e transferindo para o setor privado as atividades que possam ser controladas pelo Mercado.

As questões acima citadas vão se traduzir na generalização da privatização das empresas estatais e na publicização dos serviços de saúde, educação e cultura, possibilitando que o Estado abdique do papel de principal executor direto desses serviços (IAMAMOTO, 1999).

Wellen (2006) destaca ainda ser objetivo da Reforma do Estado promover um amplo processo de descentralização, tendo por base três formas distintas de propriedade: pública-estatal, privada e pública não-estatal. Inicialmente, promover-se-ia a descentralização dos serviços sociais do Estado, de um lado para os Estados e Municípios, depois, do aparelho do Estado propriamente dito para o setor público não-estatal, formado por empresas privadas com fins lucrativos e sem fins lucrativos, as chamadas públicas não estatais. Para as empresas privadas com fins lucrativos se incentivava a privatização, e para as empresas sem fins lucrativos, a publicização.

Simionato (2001) coloca que as metas perseguidas pelos diferentes governos, a partir das orientações dos organismos internacionais, foram modernizar, reconstruir e reformar o Estado. As diretrizes propunham que a Reforma do Estado fosse orientada para o Mercado, exigindo o abandono de instrumentos de controle político e a restrição na alocação de recursos públicos, principalmente na área social. As agências de cooperação internacional

formam alianças com o objetivo de racionalizar os investimentos nesta área, diminuindo as funções estatais e fortalecendo as ações de natureza privada.

Oliveira (2006) ressalta que os patrocinadores da globalização tinham como expectativa, que a implementação das reformas ocasionaria mudanças, e estas, redundariam em aceleração do crescimento econômico e alavancariam ganhos de produtividade, significando mais empregos e maior equidade.

A mesma autora citada acima salienta que grande parte das análises expostas na literatura sobre o tema tem afirmado que isso não ocorreu. Ao contrário, os resultados da implementação das reformas estruturais significaram muitas regressões. Dentre estas, pode-se citar o reconhecimento das altas taxas de desemprego em geral, aliadas ao efeito negativo em relação à criação de postos de trabalho e à qualidade destes. Além disso, aumentaram as diferenças salariais entre grandes e microempresas, referenciadas pela produtividade diferenciada entre os dois grupos (a produtividade nas grandes empresas é três vezes maior do que nas pequenas), o que possivelmente tenha contribuído para o aumento da desigualdade. Em relação aos indicadores sociais, continuam as más condições de saúde da população empobrecida, o que a torna mais vulnerável aos riscos sociais, isto é, a falta de renda e de recursos para atender às necessidades de alimentação, moradia, vestuário, aliada à falta ou ao pouco acesso à saúde e à educação, contribui para a continuidade, a ampliação e a generalização da pobreza (OLIVEIRA, 2006).

Na análise de Diniz (2003), as reformas e as políticas governamentais não foram eficientes para conduzir a região a uma nova via de desenvolvimento, possibilitando retomar o crescimento e alcançar maiores níveis de bem estar para o conjunto da população. Pelo contrário, os problemas de degradação social se agravaram constituindo um dos principais desafios com que se defrontam os governantes do período pós-reformas orientadas para o Mercado.

Para Simionato, as principais características das políticas sociais a partir da Reforma do Estado, compreendem:

- Focalização – nos setores de extrema pobreza devem ser concentrados os gastos em serviços públicos, cabendo ao Estado participar residualmente da esfera pública. Eficiência, eficácia e metas quantitativas são os objetivos centrais a serem atingidos;
- Descentralização – transferência das decisões da esfera federal para Estados e Municípios, buscando combater a burocratização e a ineficiência do gasto social;
- Privatização – deslocamento da produção de bens e serviços da esfera pública para o setor privado, ou seja, para o Mercado (2001, p. 35).

Wellen (2006) entende que, com isso, nega-se tanto a universalidade dos serviços quanto a existência de direitos sociais, uma vez que apenas aquelas pessoas que não tiverem condições financeiras para pagar por um serviço privado serão beneficiadas pelas organizações sociais. Focalizam-se os serviços públicos nas pessoas mais miseráveis, rompendo com o aspecto universalizante, transformando os serviços públicos em benefício doado e não em direito.

O enxugamento e sucateamento dos serviços públicos têm influenciado não somente na precarização dos atendimentos, como têm forçado sua progressiva seletividade, o que, conforme Iamamoto (2006), causa embate com uma das principais conquistas obtidas na Carta Constitucional de 88, referente à universalização dos direitos sociais e dos serviços, que lhes atribui materialidade. Segundo a mesma autora:

Estamos testemunhando uma refilantropização no campo da prestação dos serviços assistenciais, o que está diretamente ligado ao estímulo à participação de entidades privadas, a iniciativas do voluntariado, fortalecendo o jogo de interesses privados na implementação dos serviços sociais, afetando o seu caráter público (IAMAMOTO, 2006, p. 159)

A refilantropização é um fenômeno onde o direito social é substituído pela mera ação no social. No campo da assistência social há o risco de retrocesso às históricas relações entre o Estado e as grandes e tradicionais entidades assistenciais e filantrópicas que, à margem de qualquer mecanismo de controle público, fazem desaparecer as fronteiras entre o público e o privado por meio dos acordos, em um processo que anula as possibilidades de consolidação de esferas públicas democráticas e autônomas da sociedade civil na relação com o Estado, em seus diferentes níveis de poder (RAICHELIS; PAZ, 1999).

É possível observar que a desresponsabilização do Estado em relação às políticas sociais efetiva a refilantropização. Esta designação é dada tendo em vista que, até a década de 1930, a responsabilidade pelas políticas sociais caracterizadas como filantrópicas era da Igreja Católica. Somente a partir dos anos 30, o Estado se tornou o responsável fundamental pelo financiamento e prestação direta de serviços sociais.

Em síntese, conclui-se que a Reforma do Estado trouxe transformações na relação entre Estado e sociedade civil. As organizações situadas nesta esfera da sociedade tinham, até então, como objetivo central frente ao Estado, reivindicações de direitos sociais e que a partir da Reforma do Estado passaram a direcionar suas ações para realização complementar dos serviços públicos estatais, criando assim um setor público não estatal. A partir da década de

90, surge então o novo associativismo civil, quiçá não tão “novo”, tema que será abordado a seguir.

1.5 O NOVO ASSOCIATIVISMO CIVIL

O associativismo civil pode ser compreendido como a emergência de práticas democráticas ou o movimento da sociedade civil pelo controle de sua historicidade (SCHERER-WARREN, 2004).

Ainda citando a mesma autora, o conceito de associativismo é polissêmico, com vários significados históricos, e se associa a outras noções também com múltiplas significações (sociedade civil, ONGs, ações voluntárias, entidades civis, movimentos sociais, ações coletivas, sujeitos coletivos, etc) (SCHERER-WARREN, 1998).

Conforme citadas no subitem anterior, as mudanças políticas ocorridas no Brasil a partir de 1990 redefinem a relação entre Estado e sociedade civil. Esta passa a realizar ações para complementar os serviços públicos estatais, tornando-se parte do quadro de prestadores de serviços desta esfera. É neste sentido que se observa mudança de concepção no associativismo civil.

Segundo Scherer-Warren (1998), há distinção do associativismo em dois momentos: um primeiro, da década de 1960 a 1980, onde predominou a emergência de grupos identitários (mulheres, ecologistas, negros, etc), que lutavam pelo reconhecimento de suas identidades particulares, de suas especificidades culturais e de valores e por sua autonomia política. Um segundo, na década de 1990, já sob a influência do processo de globalização do planeta, quando começa a crescer o novo associativismo e a abertura para uma participação cooperativa com o Estado (as parcerias) e, às vezes, com o Mercado (a cooperação financeira).

Neste período, ocorreu um grande avanço da noção da perda de necessidade do Estado, concretizada através da expansão da privatização de esferas da área social e da transferência para os ombros da sociedade dos custos do desmonte do Estado. Nesta ocasião, construiu-se a figura do público-não-estatal, onde o Estado passa a ser visto pela sociedade civil não como inimigo, mas como um possível parceiro.

Então, o novo associativismo se constitui neste conjunto de organizações situadas no âmbito não-governamental, que reestruturaram o velho modelo das associações voluntárias filantrópicas, para um novo modelo onde combinam o trabalho voluntário com o trabalho

assalariado. As novidades não se limitam a forma de organizar a divisão do processo de trabalho nas ONGs, mas incluem também a articulação que as novas organizações passaram a ter com a reestruturação do Estado, na economia e na sociedade, e com as políticas públicas para as áreas do social, gerando um novo tipo de associativismo de natureza mista: filantrópico-empresarial-cidadão (GOHN, 1999).

O novo associativismo civil, que se desenvolve na esfera pública não-estatal, é aquele representado por OSCs, que coopera com o Estado, Mercado e demais setores da sociedade, para a realização de trabalhos que possibilite a sustentação das políticas públicas sociais ou a falta delas no abrandamento da pobreza (FIGUEIRÓ, 2001).

Para alguns estudiosos do novo associativismo, apesar dos problemas estruturais do movimento (como reforma do Estado e Mercado globalizado), há uma tendência crescente de participação política, trazendo um novo perfil, tanto na sua concepção quanto na pauta de reivindicações. Uma mudança nas temáticas vem sendo operada pela sociedade civil. Se nas últimas décadas as preocupações se voltavam para questões como educação popular, moradia, salário, etc, no presente, os temas se referem à ecologia, diversidade cultural e direitos do cidadão (NASCIMENTO, 2007).

Gohn (1997) considera as ONGs como formas modernas de participação na sociedade brasileira, como a manutenção paradigmática do novo associativismo. Tal característica se dá pelas ONGs se organizarem em torno dos chamados direitos sociais modernos: direitos à qualidade de vida, à não-discriminação, à preservação do meio ambiente, etc. É neste momento que as ONGs passam a lutar por um lugar de participação na gestão da coisa pública. Surge nos cenários locais, estaduais, nacionais e internacionais um grande número de parcerias entre organizações da sociedade civil e organismos governamentais.

Gohn (1997) reconhece as ONGs como uma das principais expressões do novo associativismo, pois têm tido o papel principal na parceria entre Estado e sociedade civil, posto que são elas que estruturam os projetos e os executam, enquanto o poder público se transforma em agente repassador de recursos. Elas são entidades procuradas para servir de mediadoras nas políticas de parceria, entre o governo e a sociedade civil organizada.

As novas entidades que estão se expandindo estruturam-se como empresa; autodenominam-se cidadãs, como citado acima, por se apresentarem sem fins lucrativos e atuarem em áreas de problemas sociais; criam e desenvolvem frentes de trabalho em espaços públicos não estatais. Algumas nasceram por iniciativas privadas e se apresentam juridicamente como ONGDs (Organizações Não-Governamentais de Desenvolvimento Social). Este fato ampliou o universo da participação para campos pouco ou nada politizados

e desenvolveram inúmeras novas formas de associativismo ao nível do poder local (GOHN, 1999).

Então, o “novo” pode ser relativizado, problematizado, já que suas práticas e relações com o Estado nem sempre se apresentam como novas, conforme se verifica no contexto histórico-social e político do Estado Brasileiro.

Segundo Laval (2003), o corpo do novo associativismo civil é composto pelas mais diversas associações de caráter local, como por exemplo: as organizações de moradores, de lazer, culturais e ambientais; pequenas agremiações profissionais e por afinidade de posições em áreas e práticas específicas, de pais e alunos, de usuários, grupos de protesto, iniciativas de defesa do meio ambiente; associações de solidariedade com distintos segmentos sociais, sem-teto, meninos de rua, mães solteiras, deficientes; movimentos de reivindicação ou defesa de direitos vinculados a identidades, negro, feminista, de idosos. Estas diferentes associações se organizam em torno de objetivos bem específicos e dirigidos para um segmento populacional ou identitário.

De outro lado, é possível constatar que as políticas sociais atuais tendem a ser formuladas para o atendimento de clientela específicas, agrupadas e categorizadas, como: índio, negro, mulher, terceira idade, menino de rua, etc, e não mais por ser “um pobre” ou por ser demandante de serviços como transporte, saúde, educação, habitação, etc. Ou seja, as políticas sociais perdem o caráter universalizante e passam a atuar de forma particularista, visando clientela específicas.

Nascimento (2007) afirma que se é verdade que existe hoje um movimento crescente por iniciativa da própria sociedade, é verdade também que essas organizações têm, na sua maioria, adquirido uma natureza apolítica pelo fato de estarem, como referido anteriormente, mais restritas às atividades sócio-filantrópicas, ou, com algumas exceções, por demonstrarem uma crescente fidelidade à lógica racional competitiva, mais beneficiando o Mercado do que revitalizando a sociedade civil, esta pensada enquanto o lugar da lógica consensual-solidária.

Conforme Santos (2003), hoje se travou uma batalha ideológica destinada a sedimentar a idéia de que a única realidade possível é o livre Mercado, onde todos os indivíduos teriam acesso aos bens resultantes dos avanços tecnológicos segundo as suas capacidades e desejos. Neste contexto, almejar por uma sociedade equitativa, justa, democrática e solidária não passaria de ideologia.

Observou-se, de modo geral, um processo democrático que não representa o aumento do poder de decisão do conjunto da sociedade. O resultado disso é uma pluralização

de associações civis, incapazes de ação conjunta e política, associações que, na sua maioria, deixam-se prender às inspirações do Mercado e às exigências de um Estado privatizado. As parcerias da sociedade civil com as esferas estatais e do Mercado comportam vários desafios a serem superados, tais como a política do clientelismo e a privatização da esfera pública.

Para muitos autores o novo associativismo civil está ligado à idéia de “terceiro setor”. Figueiró (1997) refere-se ao terceiro setor como o novo associativismo, conferindo um novo sentido à prática coletiva nos anos 90. A mesma autora salienta que é possível identificar o papel das ONGs como constituintes das idéias sobre o surgimento de um terceiro setor no Brasil.

Segundo Figueiró (2001), não é possível afirmar que as propostas de um novo associativismo civil trazidos pela idéia de “terceiro setor” possam definir novos padrões de comportamento político, coletivos mais democráticos.

O novo associativismo do terceiro setor tem estabelecido relações contraditórias com o antigo associativismo advindo dos movimentos sociais populares dos anos 70 e 80. Enquanto estes últimos fizeram da política seu eixo básico de articulação e identidade, atuando via reivindicações por direitos sociais, políticos, econômicos, culturais, por cidadania de forma geral, o associativismo do terceiro setor é pouco ou nada politizado, na maioria das vezes, avesso às ideologias e integrado às políticas neoliberais (GOHN, 1999).

Como é possível verificar neste capítulo, a Reforma do Estado brasileiro ocasionou diversas mudanças na sociedade, começando pelo foco das organizações da sociedade civil, que até os anos 90 reivindicavam por políticas públicas junto ao Estado e após este período, passaram a atuar na cooperação e execução dessas políticas, oportunizando assim, a transferência de tais responsabilidades do Estado para a sociedade civil. Para autores como Iamamoto (1999), a Reforma do Estado brasileiro ocasionou uma profunda desregulamentação dos Mercados de produtos, financeiros e de trabalho. Estas condições influenciaram diretamente na vida de todos os trabalhadores brasileiros, e como não poderia **deixar de ser**, impôs novos desafios a serem enfrentados pelos assistentes sociais, assunto que será visto no próximo capítulo.

2 O SERVIÇO SOCIAL E AS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL

No capítulo anterior foi tematizada a nova forma de relação entre Estado e sociedade civil ocorrida a partir da Reforma do Estado. As suas conseqüências atingiram o assistente social, já que o mesmo é um profissional assalariado, vendedor de sua força de trabalho em troca de remuneração.

Ora serão expostas as conseqüências da nova relação entre Estado e sociedade civil para o Serviço Social. Nos últimos 15 anos, constata-se a ampliação da atuação desta profissão (CFESS, 2005) decorrente da descentralização das políticas sociais, e mais ainda, pela transferência de responsabilidades por parte do Estado para a sociedade civil no que se refere à implementação e execução destas políticas, consideradas por autores como Montañó (2005), como base de sustentação funcional-ocupacional do Serviço Social. Ainda neste capítulo, abordar-se-á a atuação do assistente social nas organizações da sociedade civil, seus espaços ocupacionais e os limites e possibilidades destes profissionais nesta esfera.

2.1 AS CONSEQÜÊNCIAS PARA O SERVIÇO SOCIAL DA NOVA RELAÇÃO ENTRE ESTADO E SOCIEDADE CIVIL

Remetendo-se às transformações recentes do capitalismo, compreende-se a ampliação e re-significação das organizações da sociedade civil no enfrentamento da questão social. Com isso, compreende-se também a sua importância como campo de atuação do Serviço Social.

Devido ao processo de reestruturação do papel do Estado, este usa como mecanismo de enfrentamento da questão social a parceria com a sociedade civil, decorrendo na expansão do Terceiro Setor como mercado de atuação do assistente social, alterando, assim, as formas e as condições de trabalho oferecidas tanto nos espaços públicos como privados.

Historicamente, o Estado é o maior empregador do assistente social, porém estes profissionais vêm sofrendo os efeitos da reforma do Estado na órbita do emprego e da precarização das relações de trabalho (IAMAMOTO, 2006). Conforme esta mesma autora, a retração do Estado em suas responsabilidades repercute diretamente para o assistente social, pois há o encolhimento estatal nas ações do campo social, ocasionando redução nas verbas

destinadas aos serviços sociais públicos e repercutindo, assim, no deterioramento da prestação destes serviços. Esta situação se representa pela transferência das responsabilidades no atendimento das seqüelas da questão social, antes iniciativa do Estado, para a sociedade civil, o que gera significativas alterações no mercado de trabalho do assistente social.

Yazbek (1999) destaca que na atual conjuntura, a questão social, matéria prima da intervenção profissional dos assistentes sociais, assume novas configurações e expressões, entre as quais enfatiza a insegurança e a vulnerabilidade do trabalho, o desemprego, o achatamento salarial, entre outros. Diante desta situação, ganham evidência as alternativas privadas de enfrentamento da questão social; crescem as ações no campo da filantropia e as organizações não governamentais, sem fins lucrativos. Cresce, então, a esfera de interesse público não-estatal como alternativa em face da minimização do Estado, apelando este para a solidariedade social, no sentido da filantropia, e se colocando como parceiro da sociedade em suas responsabilidades sociais.

Este conjunto de transformações societárias demanda novos desafios e competências para o Serviço Social. Segundo Santos (2006), a mudança na esfera político-institucional significou uma nova direção para a relação Estado-sociedade civil, traduzindo-se no enxugamento do Estado, principalmente em relação à garantia de direitos através das políticas sociais, e na transferência de responsabilidades para instituições da sociedade civil representadas especialmente pelo Terceiro Setor. A minimização do Estado na implementação de políticas sociais traz a emergência de outros espaços sócio-ocupacionais para o Serviço Social, destacando-se as organizações da sociedade civil, sem fins lucrativos, como “nova”² esfera de atuação do assistente social.

As políticas sociais, no atual contexto neoliberal, são substantivamente alteradas em suas orientações e em suas funcionalidades. Montañó (1997) entende que as políticas sociais constituem a base de sustentação funcional-ocupacional do Serviço Social, caracterizando sua funcionalidade, sua legitimidade, criando o espaço de inserção ocupacional desta profissão. Neste sentido, em elas sendo no atual contexto sócio-econômico e político, significativamente alteradas, pode-se então afirmar que a profissão de Serviço Social tende a sofrer transformações relevantes na sua demanda e no seu campo de atuação. O mesmo autor salienta que não há uma passagem do Serviço Social do Estado para o chamado “Terceiro

² Destaca-se que esta “nova” forma nem é tão nova, já que a inserção do Serviço Social no Brasil se deu, desde a sua consolidação como profissão, também na esfera privada, como ocorreu a partir dos anos 1950 em empresas privadas e no chamado Sistema “S”. Neste sentido, o “novo” contém algo do velho.

Setor”, e menos ainda uma evolução do Serviço Social em filantropia, há sim uma perda paulatina do espaço profissional-ocupacional dos assistentes sociais substituída por atividades filantrópicas.

Para Iamamoto (2006), não resta dúvida que trabalhar com políticas sociais, de corte público ou privado, é uma determinação fundamental na constituição da profissão do assistente social. Entretanto, as políticas sociais públicas são uma das respostas privilegiadas à questão social, ao lado de outras formas, acionadas para o seu enfrentamento por distintos segmentos da sociedade civil.

Montaño (1999) concorda que deve haver participação da sociedade civil na tentativa de minimizar as expressões da questão social, porém sem que isso signifique uma substituição da responsabilidade do Estado no trato dessa questão e a não preservação das conquistas de direitos de cidadania obtidas pelas classes trabalhadoras.

Conforme salienta Montaño (1999), o profissional de Serviço Social deve superar essa nova condição de minimização do Estado. Para isso, o assistente social deve assumir uma postura na defesa de seu campo ocupacional, enfrentando a redução dos postos de trabalho profissional no Estado e os processos de terceirização e precarização do contrato de trabalho profissional. Exige-se do assistente social um ativo posicionamento político no contexto institucional e social, não esquecendo de manter um compromisso ético político sólido, defendendo as políticas sociais em quantidade, qualidade e variedade, mantendo vigentes os princípios universalistas das políticas sociais.

Este autor enfatiza ainda que, enquanto cidadão, o profissional de Serviço Social deve combater o processo que aumenta a exclusão e as desigualdades sociais e enquanto profissional, deve enfrentar a tendência de redução do seu principal campo de trabalho e de flexibilização do seu contrato.

Nesse sentido, cabe ressaltar que as transformações recentes no capitalismo implicaram uma re-configuração no campo de atuação do assistente social, abrindo um maior espaço para inserção deste profissional em outros espaços sócio-ocupacionais, dentre eles, as organizações da sociedade civil, conforme exposto a seguir.

2.2 A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL A PARTIR DE 1990

A intervenção do assistente social confronta-se com a necessidade de realizar mudanças em decorrência das transformações nas relações sociais peculiares do capitalismo no país. Assim, à medida que surgem novas exigências, o Serviço Social é obrigado a atualizar-se, redefinindo estratégias e procedimentos, adequando-se a novas demandas e requisições do mercado de trabalho (YAZBEK, 1999).

Segundo Iamamoto (2006), nesses novos tempos, o Serviço Social é exigido a decifrar o movimento societário, situando a profissão na dinâmica das relações entre Estado e sociedade civil. A autora salienta que uma hipótese de trabalho sobre o desenvolvimento do Serviço Social nos anos 80 indica que a profissão teve os olhos mais voltados para o Estado e menos para a sociedade, mais para as políticas sociais e menos para os usuários, o que resultou em uma secundarização da sociedade civil. Em sendo os anos 90 um marco em relação ao protagonismo da sociedade civil, o Serviço Social necessita voltar suas atenções também para esta esfera e reconhecê-la como campo de atuação profissional.

Esta autora destaca, ainda, que este novo cenário traz grandes desafios para o assistente social, dentre eles, o desenvolvimento de sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano. Na contemporaneidade, exige-se um trabalhador qualificado na esfera da execução, mas também na formulação e gestão de políticas sociais, públicas e privadas. Faz-se necessário, além disso, um profissional propositivo, com sólida formação ética, que possibilite aos usuários de seus serviços conhecerem seus direitos sociais; um profissional que possua vasta informação, que esteja se capacitando continuamente para atender às novas exigências do mundo globalizado.

Numa perspectiva de análise em que se consideram as possibilidades de atuação ~~no âmbito~~ da sociedade civil, Wieczynsk (2007) entende que o Terceiro Setor deve ser um espaço profissional ocupado com criatividade e competência técnica, teórica e política pelo assistente social. Estes são os pressupostos que devem reger a ação profissional nestas instituições. Deve não apenas ser um executor de programas ou projetos, mas um planejador e propositor de políticas públicas que possam vir ao encontro dos interesses da maioria da população. A mesma autora salienta que as entidades do terceiro setor, através da ação profissional do Assistente Social, devem desenvolver iniciativas que promovam a democracia, a liberdade e a participação da sociedade. Assim, deve desenvolver um tipo de gestão que

resgate as demandas universalistas, no sentido de cobrar do Estado o desenvolvimento de políticas públicas; que fiscalize e denuncie as irregularidades no desenvolvimento dessas políticas; este sim é o pleno exercício da cidadania.

Iamamoto (2006) ressalta que os assistentes sociais ao realizarem suas ações profissionais, seja ao nível das Secretarias de Governo, dos bairros, das instâncias de organização e mobilização da população, das organizações não-governamentais (ONGs), exerçam a função de um educador político, um educador comprometido com uma nova política democrática.

A atuação do Serviço Social no espaço não-governamental é bastante amplo e vasto, podendo realizar funções em atividades de proteção à criança e ao adolescente, educação social, assistência social, educação de portadores de necessidades especiais, participação popular, etc, como destacado por Gentili (1998).

Segundo Paz (1999), a natureza do trabalho do assistente social em ONGs, é eminentemente social, no sentido de buscar fortalecer a organização da sociedade civil, as conquistas de direitos, a cidadania e a democracia. A mesma autora ainda cita que o profissional de Serviço Social ao se inserir em uma ONG, deve buscar a clareza de compreender o significado social deste trabalho para a sociedade, refletindo sobre as relações e mediações com as políticas públicas estatais.

Para Costa (2007), o assistente social inserido em organizações do Terceiro Setor deve possuir uma sólida formação profissional sobre os determinantes da questão social brasileira e suas diferentes manifestações, as políticas sociais setoriais para o seu enfrentamento e a relação Estado, Mercado e Terceiro Setor. A autora chama a atenção para o discernimento que o profissional de Serviço Social deve ter em relação ao papel e função do Estado, Mercado e Terceiro Setor no contexto da formulação e execução das políticas sociais. O assistente social deve ter clareza que cabe ao Estado o dever de prover políticas sociais adequadas e eficientes para o enfrentamento da questão social. O terceiro setor é parceiro do Estado e não ao contrário.

Ainda, a autora citada acima, salienta que baseada na Lei de Regulamentação da Profissão de Serviço Social (Lei nº. 8.662, de 07/06/93) é possível visualizar algumas atribuições específicas ao assistente social que atua na área do terceiro setor:

- Implantar, no âmbito institucional, a Política de Assistência Social, conforme as diretrizes da LOAS (1993) e SUAS (2004), de acordo com a área e o segmento atendido pela instituição;
- Subsidiar e auxiliar a administração da instituição na elaboração, execução e avaliação do

Plano Gestor Institucional, tendo como referência o processo do planejamento estratégico para organizações do terceiro setor;

- Desenvolver pesquisas junto aos usuários da instituição, definindo o perfil social desta população, obtendo dados para a implantação de projetos sociais, interdisciplinares;
- Identificar, continuamente, necessidades individuais e coletivas, apresentadas pelos segmentos que integram a instituição, na perspectiva do atendimento social e da garantia de seus direitos, implantando e administrando benefícios sociais;
- Realizar seleção sócio-econômica, quando for o caso, de usuários para as vagas disponíveis, a partir de critérios pré-estabelecidos, sem perder de vista o atendimento integral e de qualidade social; e nem o direito de acesso universal ao atendimento;
- Estender o atendimento social às famílias dos usuários da instituição, com projetos específicos e formulados a partir de diagnósticos preliminares;
- Intensificar a relação instituição/família, objetivando uma ação integrada de parceria na busca de soluções dos problemas que se apresentarem;
- Fornecer orientação social e fazer encaminhamentos da população usuária aos recursos da comunidade, integrando e utilizando-se da rede de serviços sócio-assistenciais;
- Participar, coordenar e assessorar estudos e discussões de casos com a equipe técnica, relacionados à política de atendimento institucional e nos assuntos concernentes à política de Assistência Social;
- Realizar perícia, laudos e pareceres técnicos relacionados à matéria específica da Assistência Social, no âmbito da instituição, quando solicitado (COSTA, 2007, s.p).

No interior das instituições do terceiro setor, a atuação do assistente social objetiva o atendimento integral e de qualidade social, trabalhando no enfoque da garantia do direito de inclusão ao atendimento. A inserção do assistente social, nesse contexto, deve ocorrer de forma equilibrada e cuidadosa, crítica e construtiva, discernindo claramente a contribuição que o assistente social pode trazer para um trabalho de qualidade social no âmbito do terceiro setor (COSTA, 2007). O assistente social pode intervir junto ao terceiro setor visando uma prática de ações sociais voltada para o direito e cidadania e não para a filantropia.

Para melhor compreender a inserção profissional do Serviço Social nos últimos anos, centrou-se a investigação no exercício profissional do assistente social nas OSCs do estado de Santa Catarina, no período de 01 de janeiro de 1990 a 08 de maio de 2007, assunto abordado a seguir.

2.2.1 Um exemplo: o caso do estado de Santa Catarina

Atualmente, tem-se constatado, no cenário do mercado de trabalho do Serviço Social no Brasil, uma imensa preocupação em entender como ele está se configurando, principalmente em decorrência dos efeitos negativos do processo de reestruturação produtiva, neoliberalismo e reformas do Estado, implicando em agravamento das condições de vida e de trabalho da população, incluindo-se nesse contexto, os assistentes sociais. Por isso o interesse em investigar acerca do exercício profissional do assistente social nas organizações da sociedade civil no estado de Santa Catarina.

Para tanto, foram sistematizados os dados obtidos no período de 01 de janeiro de 1990 a 08 de maio de 2007. Para se alcançar o objetivo acima mencionado, realizou-se pesquisa documental, que se deu através da análise dos registros de inscrição no CRESS-SC, e bibliográfica, para subsidiar a análise dos dados obtidos, principalmente na análise das tabelas expostas posteriormente.

Além de levantar a natureza de profissionais inscritos no CRESS-SC no período citado, buscou-se conhecer em qual organização o assistente social está inserido (pública, privada ou da sociedade civil). Tal informação tem o intuito de comparar-se a inserção dos assistentes sociais nas três esferas (Estado: estatal; Mercado: privado lucrativo e Sociedade Civil: privado não lucrativo). Como o CRESS-SC não possuía dados quanto à natureza jurídica das organizações, averiguou-se tal informação através de outras fontes, principalmente na Internet. Também se buscou conhecer qual a área de inserção dos assistentes sociais atuantes em organizações da sociedade civil. Por fim, procurou-se identificar em qual região se concentra o maior número de assistentes sociais que atuam nas organizações da sociedade civil. Vale destacar que, conforme o próprio CRESS-SC, os dados obtidos por meio deste órgão podem não estar completamente atualizados.

Na tabela 1, pode-se constatar o número de assistentes sociais inscritos no CRESS-SC; a queda ou o aumento de número de inscrições em relação ao ano anterior; o percentual de crescimento ou redução de inscrições em relação ao ano anterior; queda ou aumento no número de inscrições de assistentes sociais em relação a 1990, e por fim o percentual de crescimento ou redução de inscrições em relação a 1990.

Tabela 1: Inscrições de Profissionais no CRESS x Ano

ANO	Nº de Assistentes Sociais Inscritos no CRESS -SC	Queda ou Aumento no nº. de Inscrições de Assistentes Sociais no CRESS-SC em Relação ao Ano Anterior	Percentual de Crescimento ou Redução de Inscrições no CRESS-SC em Relação ao Ano Anterior	Queda ou Aumento no Nº de Inscrições de Assistentes Sociais no CRESS-SC em Relação a 1990	Percentual de Crescimento ou Redução de Inscrições no CRESS-SC em Relação a 1990
1990	1.341				
1991	1.339	-2	-0,15%	-2	-0,15%
1992	1.333	-6	-0,45%	-8	-0,60%
1993	1.424	91	6,83%	83	6,19%
1994	1.410	-14	-0,98%	69	5,15%
1995	1.544	134	9,50%	203	15,14%
1996	1.538	-6	-0,39%	197	14,69%
1997	1.532	-6	-0,39%	191	14,24%
1998	1.536	4	0,26%	195	14,54%
1999	1.382	-154	-10,03%	41	3,06%
2000	1.484	102	7,38%	143	10,66%
2001	1.666	182	12,26%	325	24,24%
2002	1.861	195	11,70%	520	38,78%
2003	2.051	190	10,21%	710	52,95%
2004	2.274	223	10,87%	933	69,57%
2005	2.516	242	10,64%	1175	87,62%
2006	2.745	229	9,10%	1404	104,70%
2007	2.830	85	3,10%	1489	111,04%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados obtidos no CRESS-SC (2007)

Como pode ser verificado na tabela acima, de 01 de janeiro de 1990 até 08 de maio de 2007, 1489 assistentes sociais se inscreveram no CRESS-SC, sendo um aumento significativo de 111, 04%. Em 2005 foi o ano em que mais se inscreveram assistentes sociais, com um total de 242, porém quando comparado ao ano anterior, 2001, este foi o período que se destacou, ficando com 12,26% dos inscritos, enquanto 2005 ficou com 10,64%. Em relação à queda no número de inscritos, em 1999 houve uma queda de 154 inscritos, isto é, com uma redução de 10,03%.

Vale dizer que, mesmo com as reformas do Estado, houve um aumento expressivo nas inscrições de assistentes sociais no estado de Santa Catarina. Esse processo é resultado da descentralização e municipalização das políticas sociais, instaurado a partir da Constituição Federal de 1988. Então, com base nestes dados, conclui-se que o mercado de trabalho para o assistente social vem crescendo lentamente, porém sem ignorar que muitas dessas novas demandas de trabalho para o assistente social são precarizadas. Pode-se ratificar tal observação nas palavras de Iamamoto (2006), para quem a polivalência, a terceirização, a

subcontratação, a queda de padrão salarial, a ampliação de contratos de trabalho temporários e o desemprego, são dimensões constitutivas da própria feição atual do Serviço Social e não uma realidade alheia e externa, que afeta só os outros trabalhadores.

Na próxima tabela, nº. 2, será possível encontrar informações sobre as datas de inscrições dos assistentes sociais nas esferas, pública, privada e da sociedade civil, destacando-se que a penúltima linha da tabela corresponde aos profissionais que não possuem data de inscrição. De um total de 1489 inscritos no período estudado, utilizou-se como amostra na tabela abaixo, 818 dos inscritos. Para tal definição, o critério adotado corresponde ao número de assistentes sociais que informaram a organização em que atuam, ou seja, apenas 818 assistentes sociais informaram as instituições contratantes. Sendo que destas, 581 (71,03%) referem-se às organizações públicas, 94 (11,49%) às organizações privadas e 143 (17,48%) às organizações da sociedade civil. Destaca-se que no ano de 1997 houve o maior percentual de inscritos na área pública, correspondendo a 87,88% dos assistentes sociais inscritos no CRESS-SC.

Tabela 2: Espera x Ano de Inscrição no CRESS-SC

ANO	Pública		Privada		Sociedade Civil		TOTAL	
	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual
1990	24	75,00%	5	15,63%	3	9,38%	32	3,91%
1991	17	77,27%	2	9,09%	3	13,64%	22	2,69%
1992	24	55,81%	5	11,63%	14	32,56%	43	5,26%
1993	47	87,04%	3	5,56%	4	7,41%	54	6,60%
1994	28	70,00%	7	17,50%	5	12,50%	40	4,89%
1995	58	77,33%	8	10,67%	9	12,00%	75	9,17%
1996	28	65,12%	4	9,30%	11	25,58%	43	5,26%
1997	29	87,88%	1	3,03%	3	9,09%	33	4,03%
1998	23	82,14%	0	0,00%	5	17,86%	28	3,42%
1999	21	70,00%	2	6,67%	7	23,33%	30	3,67%
2000	37	74,00%	7	14,00%	6	12,00%	50	6,11%
2001	63	75,00%	6	7,14%	15	17,86%	84	10,27%
2002	36	80,00%	5	11,11%	4	8,89%	45	5,50%
2003	27	75,00%	4	11,11%	5	13,89%	36	4,40%
2004	31	54,39%	10	17,54%	16	28,07%	57	6,97%
2005	48	66,67%	10	13,89%	14	19,44%	72	8,80%
2006	26	54,17%	13	27,08%	9	18,75%	48	5,87%
2007	2	40,00%	1	20,00%	2	40,00%	5	0,61%
Não informou data de inscrição	12	57,14%	1	4,76%	8	38,10%	21	2,57%
TOTAL	581	71,03%	94	11,49%	143	17,48%	818	100,00%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados obtidos no CRESS-SC (2007)

Cabe salientar que não são raros os casos de assistentes sociais contratados pelas prefeituras no estado de Santa Catarina prestando serviços para organizações da sociedade civil, ou contratados por organizações da sociedade civil que terceirizam os serviços dos assistentes sociais para a prefeitura, como exemplo pode-se citar a Associação Florianopolitana de Voluntários (AFLOV), organização não-governamental sem fins lucrativos, contratante de assistentes sociais para trabalharem em prefeituras da grande Florianópolis. Conforme é possível identificar na análise de Iamamoto, “as ONG’s têm sido utilizadas como uma das formas de terceirização da prestação de serviços sociais, através de parcerias, evitando-se a ampliação do quadro de funcionários públicos” (IAMAMOTO, 1999, p. 123).

Em relação à atuação dos assistentes sociais na esfera privada, compreende-se que é um campo que vem crescendo, contando atualmente com 14,49% dos profissionais inscritos, tendo seu auge em 2006 com 27,08% inscritos. Segundo Jesus (citado por KAMEYAMA, 2000) é possível perceber que no conjunto de mudanças provocadas pela reestruturação dos processos de trabalho, a esfera privada adota novas estratégias de gestão e política de recursos humanos, alterando os requisitos e demandas postas ao Serviço Social. Conforme a mesma autora, o assistente social é requisitado para implementar, gerir e coordenar a política de recursos humanos, atuando nas ações sociais internas, que têm por objetivo motivar os empregados para otimizar o seu desempenho.

No que se refere às organizações da sociedade civil, observou-se um número bastante significativo de inscrições de assistentes sociais no estado de Santa Catarina. Conforme a tabela acima, são 17,48% os assistentes sociais que atuam nas organizações da sociedade civil. Em 1992, 32,56% de assistentes sociais estavam nestas instituições, sendo este ano considerado o ponto alto de inscrições dos assistentes sociais nestas. Autores como Scherer-Warren (2004) afirmam que no ano de 1992 as ONGs ganham maior visibilidade a partir das mobilizações civis para a realização do Fórum Paralelo na Eco/92. A influência no número de assistentes sociais inseridos em organizações da sociedade civil neste ano ainda necessita de maior investigação.

Até maio de 2007, o número de inscrições dos assistentes sociais nas organizações da sociedade civil corresponde ao mesmo percentual de inscritos em organizações públicas, ambas ficando com 40%, o que não quer dizer que as organizações da sociedade civil façam frente ao principal campo de atuação do assistente social que é o Estado, mas pode-se considerá-las como um campo de trabalho em expansão.

Conforme se verificou na tabela acima, é possível concluir que a esfera pública continua sendo a maior empregadora de assistentes sociais, ficando as organizações da sociedade civil em segundo lugar e por último, as organizações privadas. Em relação ao aumento de número de inscrições no período 1990 até maio de 2007, das esferas privada e da sociedade civil, constatou-se um crescimento no campo de trabalho do assistente social.

Na tabela 3, a seguir, são apresentadas as principais áreas de atuação dos assistentes sociais em organizações da sociedade civil. Verificam-se também quais as áreas de atuação dos assistentes sociais nestas organizações no período pesquisado. Vale salientar que na tabela do CRESS-SC não constam as áreas de atuação dos assistentes sociais, porém averiguou-se esta informação na Internet. Dos 143 (17,48%) assistentes sociais que constam cadastrados no CRESS-SC como profissionais da esfera da sociedade civil, 21 (14,69%) referem-se à área da saúde, 38 (26,57%) à área da assistência, 9 (6,29%) à área da criança e do adolescente, 32 (22,38%) à área dos portadores de necessidades especiais, 24 (16,78%) à área da educação, 12 (8,39%) à área do lazer, e para 7 (4,90%) profissionais a área de atuação ficou reduzida somente a um ou dois inscritos.

Tabela 3: Área de Atuação do Assistente Social nas Organizações da Sociedade Civil x Ano de Inscrição

ÁREA DE ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL NAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL X ANO DE INSCRIÇÃO																
ANO	Saúde		Assistência		Criança e Adolescente		Portadores de Necessidades Especiais		Educação		Cultura e Lazer		Outros		Total	
	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual
1990	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	2	66,67%	1	33,33%	0	0,00%	0	0,00%	3	2,10%
1991	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	2	40,00%	1	20,00%	0	0,00%	2	40,00%	5	3,50%
1992	2	14,29%	7	50,00%	1	7,14%	1	7,14%	3	21,43%	0	0,00%	0	0,00%	14	9,79%
1993	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	2	66,67%	1	33,33%	0	0,00%	0	0,00%	3	2,10%
1994	0	0,00%	2	40,00%	0	0,00%	2	40,00%	1	20,00%	0	0,00%	0	0,00%	5	3,50%
1995	2	22,22%	1	11,11%	1	11,11%	4	44,44%	0	0,00%	1	11,11%	0	0,00%	9	6,29%
1996	0	0,00%	6	50,00%	0	0,00%	1	8,33%	4	33,33%	1	8,33%	0	0,00%	12	8,39%
1997	1	33,33%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	2	66,67%	0	0,00%	3	2,10%
1998	0	0,00%	1	20,00%	0	0,00%	2	40,00%	1	20,00%	0	0,00%	1	20,00%	5	3,50%
1999	1	14,29%	1	14,29%	0	0,00%	3	42,86%	1	14,29%	0	0,00%	1	14,29%	7	4,90%
2000	1	14,29%	2	28,57%	0	0,00%	1	14,29%	1	14,29%	2	28,57%	0	0,00%	7	4,90%
2001	2	13,33%	8	53,33%	1	6,67%	3	20,00%	1	6,67%	0	0,00%	0	0,00%	15	10,49%
2002	1	25,00%	0	0,00%	1	25,00%	1	25,00%	1	25,00%	0	0,00%	0	0,00%	4	2,80%
2003	3	75,00%	0	0,00%	0	0,00%	1	25,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	4	2,80%
2004	3	20,00%	3	20,00%	2	13,33%	2	13,33%	2	13,33%	3	20,00%	0	0,00%	15	10,49%
2005	2	14,29%	4	28,57%	1	7,14%	3	21,43%	2	14,29%	1	7,14%	1	7,14%	14	9,79%
2006	3	37,50%	0	0,00%	0	0,00%	1	12,50%	1	12,50%	2	25,00%	1	12,50%	8	5,59%
2007	0	0,00%	1	50,00%	0	0,00%	1	50,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	2	1,40%
Não informou data de inscrição	0	0,00%	2	25,00%	2	25,00%	0	0,00%	3	37,50%	0	0,00%	1	12,50%	8	5,59%
TOTAL	21	14,69%	38	26,57%	9	6,29%	32	22,38%	24	16,78%	12	8,39%	7	4,90%	143	100,00%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados obtidos no CRESS-SC (2007)

Através dos dados apresentados na tabela 3, é possível conferir que, no total, a área da assistência se sobressai, com 26,57% dos assistentes sociais atuando em organizações da sociedade civil nesta área. Constatou-se que em 2001, a assistência ficou com 53,33%, sendo seu maior percentual no período da pesquisa. De algum modo, grande parte das organizações da sociedade civil, independente de sua área de atuação, presta assistência aos usuários de seus serviços. Todavia, houve anos no período pesquisado, que a assistência perde seu posto para outras áreas, como é o caso de 1990, em que a atuação dos assistentes sociais com portadores de necessidade especiais ficou com 66,67%, enquanto a assistência teve 0% dos profissionais da sociedade civil.

As entidades que atendem os portadores de necessidade especiais absorvem 22,38% dos assistentes sociais atuantes na esfera da sociedade civil. Como já citado, esta área obteve seu maior percentual de inscritos nos anos de 1990 e 1993, com 66,67%. Já o maior número de inscritos foi no ano de 1995, com 4 (44,44%) assistentes sociais. Salienta-se que um dos motivos que pode ter elevado o percentual de assistentes sociais em entidades que atendam os portadores de necessidades especiais no ano de 1993 é a regulamentação da LOAS, pois no Art.2º, inciso IV, fica evidenciado que a assistência social tem por objetivo a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária. Neste mesmo artigo, porém no inciso V, verifica-se que é garantido um salário mínimo ao portador de necessidades especiais, que não possui meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família. Dessa forma, constata-se que o assistente social é chamado a atuar nestas organizações com o objetivo de fazer valer os direitos dos portadores de necessidades especiais, garantidos pela LOAS.

A terceira área de destaque com a atuação dos assistentes sociais em organizações da sociedade civil é a da educação, com total de 16,78% inscritos, sendo que 37,5% dos assistentes sociais não informaram a data de inscrição. Porém, os anos em que tiveram um maior percentual de inscritos foram os de 1990 e 1993, seguindo a área de atendimento a portadores de necessidade especiais. Nestes anos, a educação também se destacou em relação à assistência. No ano de 1996, verificam-se 4 (33,33%) inscritos, sendo este o ano em que mais se inscreveram profissionais na área da educação. As organizações da sociedade civil que se destacam na

educação são as universidades sem fins lucrativos, geralmente mantidas por fundações³, como é o caso da Universidade Regional de Blumenau, mantida pela Fundação Universidade Regional de Blumenau, localizada na região do Vale do Itajaí.

A saúde é a quarta área que mais absorve assistentes sociais inscritos no CRESS-SC e atuantes em organizações da sociedade civil. Em alguns locais a área da saúde na esfera pública lidera a absorção de assistentes sociais, com 25,83%, como é o caso de São Paulo, conforme constata Iamamoto (2006). Segundo esta autora, isto ocorre por decorrência do processo de implantação do Sistema Único de Saúde (SUS) e, por consequência, gera a necessidade de reaparelhamento dos Escritórios Regionais de Saúde. Uma outra pesquisa, mas agora realizada em Alagoas no período de 2001 a 2003, reafirma a área da saúde como sendo a que mais absorve assistente social na esfera pública, com 46,77% (LINS, 2006).

A área da saúde tem 14,69% dos assistentes sociais inscritos em organizações da sociedade civil no CRESS-SC. Em 2003 é o pico dessas inscrições, ficando com 75% dos assistentes sociais inscritos nesta esfera. Este mesmo ano supera todas as áreas em percentual e também em número real com 3 assistentes sociais inscritos. Na análise dos dados, observou-se que as organizações da sociedade civil na área da saúde, correspondem a hospitais que possuem o título de entidade filantrópica de direito privado e sem fins lucrativos, como é o caso do Hospital Nossa Senhora da Conceição, situado na região sul de Santa Catarina.

No que diz respeito às áreas de cultura e lazer, observa-se que empregam 8,39% dos assistentes sociais que informaram atuar em organizações da sociedade civil. No ano de 1997, esta área ultrapassou todas as outras, chegando a um percentual de 66,67%. Em 2004, havia 20% dos inscritos nesta categoria. Neste mesmo ano, houve 3 inscrições, sendo este o maior número constatado nesta área. Destacam-se na área de cultura e lazer no estado de Santa Catarina, neste período, as instituições Serviço Social do Comércio (SESC) e Serviço Social da Industrial (SESI).

Verifica-se que a última área de destaque refere-se à criança e adolescente, ficando com 6,29% dos assistentes sociais. Podendo ser considerado um percentual pequeno. Tal situação ocorre por ser uma área subdividida nas outras, pois em muitos locais onde o foco refere-se a portadores de necessidades especiais, atendem-se crianças e adolescentes. No ano de 2002, a área

³ Estas fundações podem ser públicas ou privadas. No exemplo destacado, trata-se de uma fundação pública.

da criança e do adolescente ficou com 25% dos assistentes sociais inscritos, empatando com 25% da área da saúde, dos portadores de necessidades especiais e da educação. Em 2004, inscreveram-se 2 (13,33%) assistentes sociais nesta área, sendo este o maior número verificado.

Por fim, classificou-se como “outros” as áreas correspondentes às organizações da sociedade civil que tinham somente 1 ou 2 assistentes sociais inscritos, com 4,9% dos profissionais desta esfera.

Na tabela 4, será possível constatar as regiões⁴ que mais absorveram assistentes sociais em organizações da sociedade civil no período estudado. Nesta tabela também se verificam os anos em que ocorreram os maiores números de inscrições nas regiões Norte, Sul, Grande Florianópolis, Planalto Serrano, Vale do Itajaí e Oeste.

⁴ Utilizamos a divisão das regiões do estado de Santa Catarina, conforme Mapa Interativo do Centro de Informática e Automação do Estado de Santa Catarina (CIASC).

Tabela 4: Profissionais na Esfera da Sociedade Civil x Região

PROFISSIONAIS NA ESFERA DA SOCIEDADE CIVIL X REGIÃO														
ANO	Norte		Sul		Grande Florianópolis		Planalto Serrano		Vale do Itajaí		Oeste		TOTAL	
	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual
1990	1	33,33%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	2	66,67%	3	2,21%
1991	1	25,00%	1	25,00%	1	25,00%	0	0,00%	1	25,00%	0	0,00%	4	2,94%
1992	2	14,29%	4	28,57%	2	14,29%	0	0,00%	4	28,57%	2	14,29%	14	10,29%
1993	0	0,00%	2	40,00%	1	20,00%	0	0,00%	0	0,00%	2	40,00%	5	3,68%
1994	1	20,00%	1	20,00%	2	40,00%	0	0,00%	0	0,00%	1	20,00%	5	3,68%
1995	1	11,11%	0	0,00%	3	33,33%	1	11,11%	1	11,11%	3	33,33%	9	6,62%
1996	1	11,11%	1	11,11%	1	11,11%	1	11,11%	3	33,33%	2	22,22%	9	6,62%
1997	0	0,00%	1	33,33%	1	33,33%	1	33,33%	0	0,00%	0	0,00%	3	2,21%
1998	1	20,00%	1	20,00%	1	20,00%	0	0,00%	0	0,00%	2	40,00%	5	3,68%
1999	0	0,00%	1	16,67%	4	66,67%	0	0,00%	0	0,00%	1	16,67%	6	4,41%
2000	0	0,00%	1	16,67%	2	33,33%	0	0,00%	1	16,67%	2	33,33%	6	4,41%
2001	2	14,29%	1	7,14%	8	57,14%	0	0,00%	2	14,29%	1	7,14%	14	10,29%
2002	1	25,00%	0	0,00%	1	25,00%	0	0,00%	0	0,00%	2	50,00%	4	2,94%
2003	1	20,00%	0	0,00%	1	20,00%	1	20,00%	1	20,00%	1	20,00%	5	3,68%
2004	4	26,67%	2	13,33%	2	13,33%	0	0,00%	3	20,00%	4	26,67%	15	11,03%
2005	2	16,67%	1	8,33%	2	16,67%	1	8,33%	2	16,67%	4	33,33%	12	8,82%
2006	3	37,50%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	3	37,50%	2	25,00%	8	5,88%
2007	0	0,00%	1	50,00%	0	0,00%	0	0,00%	1	50,00%	0	0,00%	2	1,47%
Não informou data de inscrição	0	0,00%	2	28,57%	2	28,57%	0	0,00%	2	28,57%	1	14,29%	7	5,15%
TOTAL	21	15,44%	20	14,71%	34	25,00%	5	3,68%	24	17,65%	32	23,53%	136	100,00%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados obtidos no CRESS-SC (2007)

Analisando a tabela observa-se que o maior número de inscrições está na região da Grande Florianópolis, com 25%. Em 1999, esta região ficou com 66,67% dos inscritos. No ano de 2001, inscreveram-se 8 assistentes sociais nesta região, sendo considerado o ano de maior inscrição na Grande Florianópolis.

A segunda região que mais absorveu assistentes sociais foi a Oeste, com 23,53% do total, tendo no ano de 1990 a sua maior percentagem, com 66,67% dos inscritos. Em números reais, os anos de 2004 e 2005 foram os que se destacaram, posto que ambos tiveram 4 assistentes sociais que informaram trabalhar nesta região em organizações da sociedade civil.

A região do Vale do Itajaí obteve 17,65% do número de assistentes sociais inseridos em organizações da sociedade civil, ficando assim em terceiro lugar. A maior percentagem registrada nesta região foi em 2007, com 50%, porém não é possível considerar a totalidade desse ano já que a pesquisa vai até maio deste ano. Dessa forma, faz-se necessário registrar o ano de 2006, com 37,5%, como sendo o período que mais se inscreveram assistentes sociais, confirmando a tendência do ano de 2007.

O Norte ficou com 15,44% dos profissionais de Serviço Social atuantes em organizações da sociedade civil e que informaram trabalhar nesta área, ficando então com a quarta colocação. Constatou-se que no ano de 2006, a região Norte absorveu 37,5% dos assistentes sociais inseridos em organizações da sociedade civil. Em relação ao número real de assistentes sociais que trabalham nesta região, verifica-se no ano de 2004 o maior índice, com 4 inscritos.

Em quinto lugar está a região Sul, com 14,71% dos assistentes sociais atuantes nas organizações da sociedade civil. Assim como a região do Vale do Itajaí, a região Sul teve no ano de 2007 o seu maior percentual de profissionais de Serviço Social inscritos (50%), porém como já alegado, não é possível considerar a totalidade deste ano, já que a pesquisa vai somente até maio de 2007. Assim, cita-se o ano de 1993, com 40%, como sendo o ano de maior absorção dos assistentes sociais atuantes na sociedade civil nesta região. Em 1992, inscreveram-se 4 assistentes sociais nas organizações da sociedade civil da região sul, sendo este o maior número constatado.

Finalmente, cita-se a região do Planalto Serrano, com 3,68% dos profissionais que atuam nas organizações da sociedade civil no estado de Santa Catarina. Em 1997, esta região absorveu 33,33% dos profissionais de Serviço Social atuantes nesta esfera. Os anos em que mais tiveram inscrições deste profissional foram em 1995, 1996, 1997, 2003 e 2005, todos com somente um profissional inscrito. Nos outros anos pesquisados, esta região não obteve

nenhum assistente social atuante na esfera civil, conforme identificado pelos dados de pesquisa.

Os resultados apresentados neste item permitem concluir que as condicionalidades sócio-históricas contemporâneas impregnam significativamente o exercício profissional dos assistentes sociais. Dessa forma, não há como negar que as organizações da sociedade civil são campos de atuação para o profissional de Serviço Social e que nesta esfera são múltiplos os espaços ocupacionais para o assistente social, conforme será visto a seguir.

2.3 ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL: ESPAÇOS OCUPACIONAIS DO ASSISTENTE SOCIAL NO ESTADO DE SANTA CATARINA

Ao se realizar pesquisas sobre organizações da sociedade civil, constatou-se que os espaços ocupacionais dos profissionais de Serviço Social nestas organizações são pouco explorados e analisados. Dessa constatação, surgiu o interesse em investigar quais as organizações da sociedade civil se constituem em espaço ocupacional para o assistente social. Serão utilizados como fonte os dados obtidos no CRESS-SC e, com isto, o foco refere-se ao estado de Santa Catarina.

Serão utilizadas como amostra, três organizações da sociedade civil que são espaços ocupacionais para os assistentes sociais inscritos no período de 1990 a maio de 2007. Como é possível verificar na Tabela 5, as organizações escolhidas foram: a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), o Serviço Social da Indústria (SESI) e o Serviço Social do Comércio (SESC). O critério de escolha destas foi sua abrangência nacional, ou seja, todas existem com a mesma denominação em outros Estados da federação.

Tabela 5: Serviço Social em Organizações da Sociedade Civil no estado de Santa Catarina

Espaço Ocupacional	Número de Assistentes Sociais
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE)	29
Serviço Social da Indústria (SESI)	6
Serviço Social do Comércio (SESC)	5

Fonte: Elaboração própria a partir de dados obtidos no CRESS-SC (2007)

Conforme a tabela, verifica-se que a organização da sociedade civil do estado de Santa Catarina que mais absorve assistentes sociais é a APAE, contabilizando 29 profissionais. A APAE é uma associação que articula ações de defesa de direitos, prevenção, orientação, prestação de serviços educacionais, apoio à família, direcionadas a pessoas portadoras de deficiência. No estado de Santa Catarina são 170 APAEs, sendo que a primeira APAE foi organizada em 1955, no município de Brusque. As APAEs pertencem à esfera da sociedade civil, são filantrópicas, de caráter cultural, assistencial e educacional e não possuem fins lucrativos (APAE, 2007).

A atuação do Serviço Social neste espaço ocupacional tem por objetivo propor um trabalho junto à família e comunidade, no sentido de esclarecer sua missão, visando maior interação entre família-escola-comunidade. Quanto aos objetivos, serão destacados aqueles que são da competência do assistente social:

- Avaliar a estrutura sócio-familiar, através da visita domiciliar;
- Pesquisar e fazer levantamentos de recursos sociais disponíveis na comunidade, para serem utilizados no caso de encaminhamento dos alunos e/ou família;
- Fazer estudo sócio-cultural da família e comunidade, propondo maior integração e inclusão da pessoa com necessidades especiais;
- Orientar as famílias quanto à existência e utilização dos recursos;
- Participar das reuniões e fazer parte da equipe técnica;
- Atender a solicitação de outros técnicos e auxiliares na resolução de problemas inerentes ao setor e quando se tratar de alunos e famílias;
- Promover reunião de pais e familiares para discutir os problemas de relacionamentos (SILVA, 2007).

O profissional de Serviço Social da APAE visa assegurar e viabilizar aos alunos e seus familiares, encaminhamentos e orientações aos programas e projetos sociais; encaminhamento ao Benefício de Prestação Continuada (BPC); viabilizar palestras; agendamento de consultas em hospitais especializados; coordenar clube de mães; elaborar projetos dentro da necessidade da entidade; acompanhar as famílias, em especial que se encontram em situação vulnerável de vida; proporcionar acesso as demais políticas públicas, visando a dignidade e a inserção das pessoas com deficiência na sociedade, como cidadãos de direito (APAE, 2007).

Por fim, o assistente social neste espaço ocupacional está voltado, prioritariamente, para elaboração e execução de estratégias que visem à melhoria da qualidade

de vida da pessoa portadora de deficiência, dessa forma, possibilitando a inclusão dos mesmos como sujeitos de direitos na sociedade, objetivando que esta seja mais justa e igualitária.

A segunda organização da sociedade civil a ser destacada é o SESI. Esta organização possui 6 profissionais de Serviço Social no estado de Santa Catarina, inscritos no período estudado. O Departamento Regional do SESI de Santa Catarina foi criado em 6 de dezembro de 1951 e implantado na capital de Santa Catarina em 1952. Segundo Wilbert (2003), as ações do SESI são voltadas ao atendimento do trabalhador da indústria nas áreas de saúde, educação, lazer, alimentação, farmácias e consultoria social. Na atualidade, o SESI é composto por 1 Direção Regional em Florianópolis, 21 Unidades de Operações Sociais, 11 Unidades Regionais, 81 Farmácias, 62 Cozinhas Industriais, 12 Unidades SESI Escola, 6 Unidades SESI Clínica e 14 Unidades SESICred. O SESI caracteriza-se como Serviço Social Autônomo⁵ de direito privado e sem fins lucrativos.

Conforme Wilbert (2003), na década de 90, a prática do assistente social no SESI ocorreu através da assessoria direta às áreas da saúde, educação e lazer, aliando-se o aspecto técnico (educação, saúde e lazer) aos aspectos sociais. Todavia, o foco da assessoria para o assistente social se altera dentro desta organização, passando então a pesar em assessorias externas. Diante desse fato, o Serviço Social focalizou sua operação de negócio no desenvolvimento de serviços sociais sob ótica de Responsabilidade Social Empresarial. Por consequência, as atribuições do Serviço Social dentro do SESI são divididas em duas vertentes, um grupo ficou subordinado aos Recursos Humanos, atuando como Analista de Recursos Humanos e o outro ficou subordinado ao Departamento de Operações Sociais (DOS), para atuar como Consultor Social.

Wilbert (2003) salienta que o grupo de consultoria recebeu capacitação nos temas de Responsabilidade Social e Qualidade de Vida. Nesta perspectiva, procurou-se verificar junto às empresas, o interesse em desenvolver programas de cunho social, direcionando a Consultoria Social para dois temas já citados acima. Inicialmente, os Consultores Sociais atuavam somente em grandes cidades no estado de Santa Catarina. Hoje, o serviço de Consultoria Social se ampliou e passou a atender toda a demanda estadual. O Serviço Social participa juntamente com outros profissionais do grupo de Consultoria Social, dentre as áreas

⁵ A Comissão Nacional de Classificação (CONCLA) apresenta as características dos serviços sociais autônomos como: são criados ou autorizados por lei; são pessoas jurídicas de direito privado; são destinadas a ministrar assistência ou ensino a certas categorias sociais ou grupos profissionais; são mantidos por dotações orçamentárias ou contribuições parafiscais e não têm finalidade lucrativa. Esta natureza jurídica compreende as entidades do Sistema "S". Pode-se citar como exemplo deste sistema, o SESC e o SESI, entre outros.

que participam da equipe multidisciplinar, podem-se citar: Engenharia, Marketing, Publicidade, todos especialistas na área social.

Segundo Wilbert (2003), a Consultoria Social no SESI busca o desenvolvimento da indústria, prestando serviços nas áreas de Responsabilidade Social e Qualidade de Vida, subdivididos nos seguintes serviços:

- **A gestão do clima organizacional:** A Consultoria Social utiliza metodologia específica e avançados sistemas de pesquisa e digitalização de informações, implementando o processo de gestão do clima organizacional através de planejamento, avaliação e monitoramento, identificando a satisfação e credibilidade existente na empresa em relação às práticas e procedimentos gerenciais;
- **Inclusão de pessoa com deficiência:** A Consultoria em Responsabilidade Corporativa orienta as empresas no cumprimento da Lei 8.213/91, que estabelece cotas para portadores de deficiência e beneficiários da previdência social reabilitados no mercado de trabalho. Com ações de planejamento, monitoramento e avaliação, o processo de inclusão se torna uma estratégia que possibilita à empresa ir além do cumprimento dos aspectos legais, potencializando o desenvolvimento de talentos na organização;
- **Prevenção do uso de drogas nas empresas:** A informação e a conscientização dos trabalhadores podem evitar que o consumo de drogas cause exclusão social ou aumente os riscos de acidentes de trabalho e outras conseqüências. Neste sentido, enfatiza a promoção, a prevenção e a qualidade de vida ao estimular condutas saudáveis e combater os hábitos prejudiciais previamente diagnosticados em relação ao uso de drogas em empresas;
- **Programa de voluntariado empresarial:** A Consultoria Social viabiliza a capacitação adequada ao exercício de ações voluntárias, orienta na construção, mobilização e difusão do projeto na empresa, além de fazer o acompanhamento e a avaliação dos resultados;
- **Gestão de responsabilidade social:** Através da identificação, avaliação e monitoramento de práticas sociais, a empresa tem a possibilidade de alinhar as atividades já desenvolvidas, ou ainda incorporar processos de responsabilidade social como instrumento de gestão empresarial;
- **Gestão de relacionamento:** A consultoria em Gestão do Relacionamento visa orientar a empresa no desenvolvimento de uma política de relacionamento vinculada à gestão e no estabelecimento de diretrizes estratégicas. A metodologia analisa o grau de impacto nos negócios e a percepção dos públicos envolvidos na definição de prioridades de intervenção, além da revisão dos processos de comunicação já existentes;

- **Consultoria e qualidade de vida corporativa:** A partir do incentivo à adoção de um estilo de vida saudável, o programa de Qualidade de Vida Corporativa visa à melhoria das relações internas e o bem-estar dos funcionários nos níveis individuais (alimentação, atividades físicas, gerenciamento do stress, relacionamentos saudáveis, comportamentos preventivos) e organizacional (relevância social do trabalho, remuneração, benefícios, realização pessoal, meio ambiente e relacionamentos corporativos) (SESI, 2007).

Observa-se que a atuação do assistente social no SESI se caracteriza como uma nova demanda de trabalho para este profissional. O assistente social deve buscar desenvolver competências, conhecimentos e habilidades para desenvolver o trabalho de consultor e assessor na área social. Dessa forma, o assistente social deve buscar constante qualificação profissional para ocupar todos os postos de trabalho que surgem.

A última organização da sociedade civil a ser destacada e que possui em seu quadro de funcionário o profissional de Serviço Social é o SESC. Esta organização possui 5 assistentes sociais inscritos no período de 1990 a maio de 2007. O SESC surgiu com a criação do Conselho Regional em Florianópolis, em 29 de setembro de 1948. A sua ação, nessa fase embrionária, era voltada apenas à área médico-odontológica, conforme a diretriz nacional da época. No ano seguinte, Joinville e Laguna seriam as primeiras cidades a sediar os serviços do SESC, enquanto Blumenau seria a partir de 1950. Nas décadas de 60 e 70, outros núcleos foram sendo instalados em todas as regiões do espaço catarinense. Hoje, o SESC possui 16 centros de atividades, duas Colônias de Férias (Florianópolis e Blumenau) e a Pousada Rural (Lages). Entre as principais atribuições do SESC-SC estão o planejamento e a execução de ações marcadas pela excelência nas áreas de Assistência, Cultura, Educação, Lazer e Saúde, com vasta oferta de projetos e programas, equipamentos e serviços, voltados prioritariamente à comunidade comerciária (SESC, 2007). A entidade pertence à mesma categoria jurídica do SESI, caracterizando-se como Serviço Social Autônomo de direito privado e sem fins lucrativos.

Segundo Oliveira (2001), o papel do profissional de Serviço Social no SESC se desenvolve através de:

- Assessoria a projetos sociais;
- Atuação direta no Programa de Assistência nas atividades: Trabalho com Grupos e Ação Comunitária;
- Estabelecer parcerias com outras instituições;
- Subsidiar na tomada de decisões nos diversos âmbitos da instituição;

- Mobilizar recurso humano visando envolvê-lo nos projetos da instituição;
- Buscar a participação dos funcionários e dos usuários na tomada de decisões de melhorias que se fazem necessárias na instituição (Divisão de Recursos Humanos – Setor de Cargos, Treinamento, Salários e Benefícios).

Conforme a autora citada acima, o método de trabalho é embasado em pesquisa científica, levantamento de dados, acompanhamento das atividades através de visitas nas unidades, planejamento, execução e avaliação contínua.

Como já mencionada, uma das atividades desenvolvidas no SESC concerne em trabalhar com grupos, principalmente de terceira idade. Oliveira (2001) considera que é de suma importância o trabalho do assistente social com grupos, pois o profissional possui uma visão de todo, analisa aspectos da realidade e busca através desses elementos, constituir seu projeto de intervenção. A atribuição no trabalho com grupos é a de organizar, promover, planejar, desenvolver e monitorar atividades, como encontros, seminários, palestras, entre outros, que visem o desenvolvimento do ser social, baseada na educação continuada.

Cabe ressaltar que a atuação do Serviço Social no SESC possibilita ao profissional trabalhar com várias formas de intervenção, demonstrando assim ser um espaço ocupacional que demanda para o assistente social, a necessidade de estratégias para atender a realidade institucional específica.

Neste sentido, salienta-se que o mercado de trabalho exige do assistente social novas requisições para trabalhar em espaços ocupacionais emergentes na realidade societária brasileira, e as organizações da sociedade civil são exemplos destes novos espaços. Há autores que analisam ser a atuação do assistente social nestas organizações, não efetivadora de direitos dos cidadãos, porém, outros entendem ser este espaço um campo promissor ao assistente social, no qual tem a possibilidade de levar respostas eficientes às demandas que se apresentam no cotidiano das organizações da sociedade civil. Tal debate refere-se ao próximo assunto.

2.4 POSSIBILIDADES E LIMITES DO SERVIÇO SOCIAL EM ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL

No tempo presente, indagações necessárias de serem elaboradas são: considerando o contexto de desenvolvimento do capitalismo atual, quais as possibilidades para a ação profissional do Serviço Social? O fato de o assistente social ser um trabalhador assalariado significa que estará sem saída e sem possibilidades de efetivação do projeto ético-político da profissão?

Como aponta Serra (2001), é imprescindível para os assistentes sociais conhecer as alterações no mundo do trabalho, pois assim podem apreender as mudanças na função social do Serviço Social postas pelo capitalismo. A partir da identificação de novas demandas à profissão em respostas às necessidades do capital e da força de trabalho, definem tendências no mercado de trabalho público e privado.

Conforme Netto, “nas condições contemporâneas, uma categoria profissional jamais é um bloco identitário ou homogêneo – é sempre, sob todos os prismas, um conjunto diferenciado e em movimento” (1996, p.115). Isto significa que há diferentes formas de compreender, interpretar e/ou defender a inserção do Serviço Social em sua atuação junto às organizações da sociedade civil.

O assistente social crítico, reconhecedor das determinações do sistema capitalista, indaga-se acerca das respostas necessárias às novas exigências profissionais postas pelos novos espaços ocupacionais, sem perder de vista a luta pela ampliação de direitos. Dessa forma, é necessário que se reconheça que o assistente social tende a encontrar no seu cotidiano profissional, novas demandas de atuação.

Para Serra (2001), é muito importante o profissional de Serviço Social sintonizar criticamente a formação e a qualificação profissional com as tendências de mercado, conhecendo-as e, ainda mais, criando táticas para o seu enfrentamento e para a busca de novas respostas profissionais.

Segundo Netto, “apostar nas ONG’s como saída profissional é desconhecer os graves riscos de pluriemprego” (1996, p. 122). O autor salienta que a grande maioria das ONGs está longe de constituir um canal expressivo e estável de absorção de profissionais, não somente para os assistentes sociais, mas sim para todos os outros, pois ao se inserirem nestas organizações estão sujeitos à fragmentação do mercado de trabalho, o que pode conduzir a um processo de desagregação profissional.

Este mesmo autor assinala ainda, que o verdadeiro problema ocasionado pelas alterações do mercado de trabalho, não é o da preservação de espaços profissionais, nem muito menos, o do atendimento ou não dessas novas demandas, pois a questão do espaço profissional não pode ser tomada a partir de um ponto de vista corporativo, mas deve ser apreendida na perspectiva de novas competências.

Iamamoto (2006) chama a atenção para a atuação do Serviço Social na sociedade civil, pois o assistente social é tido como um profissional da participação. Esta entendida como partilhamento de decisões, de poder, podendo impulsionar formas democráticas na gestão de políticas e programas, socializar informações, alargar os canais que dão voz e poder decisório à sociedade civil, permitindo ampliar sua possibilidade de ingerência na coisa pública.

Como se pode observar, não é o caso do Serviço Social aceitar passivamente a perda do seu espaço profissional no Estado, porém também não é o caso de se negar novos espaços profissionais surgidos na contemporaneidade. Dessa forma, considera-se que o assistente social deve lutar pelo seu espaço de atuação no Estado, porém não deve ignorar que as organizações da sociedade civil são novos espaços para sua atuação profissional. Estes oportunizam o acúmulo de conhecimento e permitem o desenvolvimento de sua atuação, com vistas a dar respostas eficientes às demandas postas.

Conforme salienta Iamamoto (2006), novas possibilidades de trabalho se apresentam para os assistentes sociais e necessitam serem apropriadas, decifradas e desenvolvidas. Se estes profissionais não o fizerem, outros o farão, absorvendo progressivamente espaços ocupacionais até então reservados ao Serviço Social.

Há autores que vislumbram a possibilidade de crescimento profissional para os assistentes sociais que atuam em organizações da sociedade civil, como pode ser constatado nas palavras de Amaral (2007), ao colocar que o assistente social na ocupação de espaços profissionais em organizações governamentais ou não governamentais, tem a possibilidade de ampliar seu universo cultural, técnico, político e conceitual, propondo e projetando experiências criativas, inovadoras, originais e de impacto social. Portanto, as ONGs são espaços potenciais para a ação do Assistente Social, desafiando-os a construir efetivamente um novo perfil técnico, teórico e político capaz de responder às reais demandas sociais num contexto de permanente mudança.

Martinelli (2006) evidencia a atuação do assistente social em organizações da sociedade civil de interesse público. O Serviço Social nestas organizações deve estar preparado para enfrentar as questões profissionais, não enquanto mera reprodução da

realidade social, mas como mais um espaço de inserção nestas organizações, buscando entender estas dinâmicas na construção de um projeto social justo, na continuidade e composição cada vez mais democrática dos processos societários, na busca constante da equidade e da justiça social, visando à universalidade e acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas. O mesmo autor entende que as OSCIPs são novas possibilidades de inserção profissional para o assistente social, a fim de atender as manifestações da questão social. Estas organizações são espaços para qualificação e ampliação da atuação profissional, consideradas como mais uma oportunidade de atuação para o Assistente Social.

Ainda para Martinelli (2006), a eficiência e importância do Serviço Social são valorizadas quando o produto do processo de trabalho é demonstrado. Coloca-se a questão da possibilidade concreta, diante da conjuntura que se vive, de trabalhar em favor da equidade e justiça social. A idéia vislumbrada a partir do Estado é viável e possível, tanto para articular estas propostas com as OSCIPs, como também para assegurar a universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais.

O Serviço Social deve utilizar sua atuação em organizações da sociedade civil, como estratégia de alargamento das possibilidades interventivas junto à questão social, assim como ampliação de novos horizontes para apreensão de propostas de ação profissional.

Conforme Netto (1996), as possibilidades objetivas de alargamento e desenvolvimento do espaço profissional, com a inclusão de novas questões ao seu âmbito de intervenção institucional, só serão transformadas em ganhos profissionais se o Serviço Social puder antecipá-las, com análise teórica de tendências sociais que extrapolem as exigências imediatamente dadas no mercado de trabalho.

Entende-se que o Serviço Social deve atuar nos espaços apresentados pela realidade, pois é parte fundante de seu código de ética, a luta contra a desigualdade e a busca da dignidade e cidadania social, tendo em vista que a própria formação profissional pode apresentar relevantes contribuições junto as OSCs.

O Compromisso ético com os usuários dos nossos serviços constitui o eixo central que orienta o Serviço Social. Neste sentido, os profissionais da área devem estar preparados para contribuir na formulação e implementação de políticas sociais públicas, atuando diretamente no processo de organização e mobilização da sociedade civil e na luta pela efetivação dos direitos sociais, tendo em vista a concretização da cidadania.

Destaca-se, ainda, que as ações dos assistentes sociais estão voltadas para a elaboração e implementação de estratégias para o enfrentamento da questão social em suas

múltiplas manifestações. A atuação deste profissional em organizações da sociedade civil possibilita contribuir para a democratização das relações sociais.

Cabe ainda ressaltar que a realidade contemporânea configura-se como um desafio a ser superado pela ação profissional do Serviço Social, no sentido de atender às demandas sociais colocadas para a profissão, sem abandonar a direção social e o compromisso ético-político impressos à atuação profissional nos últimos anos pelo movimento interno da profissão (SERRA, 2006).

Verifica-se que o Serviço Social brasileiro ao se defrontar com as complexas transformações societárias, não está desprovido de qualificações. Trata-se de uma profissão que alcançou a maturidade e que vem se constituindo com interlocuções privilegiadas em seus diversos espaços de ação (YAZBEK, 2000).

Neste segundo capítulo abordou-se a atuação dos assistentes sociais em organizações da sociedade civil. Constatou-se que este é um espaço importante para a atuação dos assistentes sociais, posto que fazem parte desta esfera, organizações que atendem uma vasta parcela da sociedade. Não se nega que o assistente social tem na esfera pública o seu principal espaço de atuação, pois somente nesta esfera é possível atender todos os cidadãos sem nenhuma distinção, porém, busca-se demonstrar que a nova realidade societária brasileira traz para o profissional de Serviço Social, novas demandas e que estas não podem ser negadas, devendo sim, potencializar estratégias com vistas a dar respostas profissionais às novas expressões da questão social.

Até aqui se constatou as considerações de vários autores sobre a atuação do assistente social em organizações da sociedade civil. Conhecer a visão do próprio profissional de Serviço Social que atua nestas organizações, será o tema abordado no próximo capítulo.

3 ABEPOM: PERSPECTIVA DOS ASSISTENTES SOCIAIS SOBRE A ATUAÇÃO EM ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL

Neste terceiro capítulo, será apresentada uma contextualização sobre a Associação Beneficente dos Militares Estaduais de Santa Catarina (ABEPOM), seguido de um resgate histórico sobre a inserção do profissional de Serviço Social nesta organização, bem como sua atuação na atual conjuntura. Em seguida, será tratada a análise da pesquisa realizada junto aos assistentes sociais da ABEPOM que se localizam nas seguintes cidades: Blumenau, Criciúma, Itajaí, Jaraguá do Sul, Joaçaba, Joinville, Lages, São Miguel D'Oeste, Tubarão, Chapecó e Florianópolis, sendo que nas duas últimas são 2 assistentes sociais. É importante salientar que, dos 13 profissionais de Serviço Social da ABEPOM, somente 8 assistentes sociais, ou seja, 61,54% devolveram os questionários preenchidos.

A pesquisa pretende levantar a visão dos assistentes sociais da ABEPOM sobre a atuação profissional do Serviço Social em uma organização da sociedade civil. Estes profissionais serão identificados como assistente social 1 (AS1), assistente social 2 (AS2), e assim consecutivamente até o 8º assistente social.

A referida pesquisa seguiu a questão norteadora deste Trabalho de Conclusão de Curso, qual seja, “a atuação do assistente social em organizações da sociedade civil”. Optou-se por realizar uma pesquisa exploratória, pois esta “tem como objetivo desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e idéias, tendo em vista, a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores” (GIL, 1995, p. 43). O autor salienta que a principal finalidade da pesquisa exploratória é

proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato (...). A pesquisa exploratória é realizada quanto o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil sobre ele formular hipóteses precisas e operacionalizáveis (...). O produto final desse processo passa a ser um problema mais esclarecido, passível de investigação mediante procedimentos mais sistematizados (GIL, 1995, p. 43).

Para a coleta de dados dessa pesquisa, foram aplicados questionários estruturados com questões abertas, fechadas e mistas. Conforme Richardson (1999), com o questionário é possível obter informações acerca de grupos sociais. Atualmente, não existe norma clara para avaliar a adequação de determinados questionários, é responsabilidade do pesquisador

determinar quais características deve ter este instrumento de pesquisa. A escolha pela aplicação de questionários se deu pela impossibilidade de efetuar as entrevistas com todos os assistentes sociais, posto que os mesmos se encontram em cidades espalhadas em todo o estado de Santa Catarina.

O questionário, composto por 7 questões abertas, 5 fechadas e 6 mistas, foi encaminhado por e-mail para todos os assistentes sociais da ABEPOM no dia 24 de abril de 2007, sendo estabelecido o dia 06 de junho de 2007 para devolução. Os dados quantitativos obtidos serão apresentados em forma de gráficos e serão descritos e analisados.

3.1 DEFININDO A ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DOS MILITARES ESTADUAIS DE SANTA CATARINA (ABEPOM)

A ABEPOM pertence à esfera da sociedade civil, pois é uma organização privada e sem fins lucrativos. Possui autonomia financeira sendo regida pelo Código Civil Brasileiro e por estatuto próprio. Tem por finalidade promover o bem-estar social de seus associados mediante a redistribuição de seus resultados, sob a forma de benefícios e serviços previstos em seu Plano de Benefícios, e colaborar com a PMSC na elaboração da política de proteção à saúde e promoção social. Seu âmbito de atuação é estadual e seu quadro de sócios é composto de policiais militares, bombeiros militares, servidores civis lotados na Polícia Militar (PM) ou no Corpo de Bombeiros Militar (CBM) ou postos à disposição de qualquer de suas unidades ou diretorias e empregados da própria ABEPOM. (ABEPOM, 2003).

A ABEPOM sucedeu o antigo Fundo de Saúde e Promoção Social (FUSAPS), que se constituía em um órgão complementar de apoio às ações desenvolvidas pela então Diretoria de Saúde e Promoção Social da Polícia Militar (DSPS). O FUSAPS foi criado em 1983, quando houve uma enchente na cidade de Blumenau, atingindo a residência de vários policiais, sendo que no momento o Estado não possuía recursos financeiros destinados a este fim. Nesta ocasião, um Comandante Geral da Polícia Militar instituiu o FUSAPS através da Portaria 112 de 7/12/1983, determinando a obrigatoriedade da adesão de todos os policiais militares para formação deste, com vistas a atender aos policiais militares nas suas necessidades sociais. Ocorre que tal fundo não possuía personalidade jurídica, o que ocasionou preocupação do então Comando Geral da Polícia Militar.

A partir de 1993 a DSPS da Polícia Militar do estado de Santa Catarina objetivou transformar o FUSAPS numa entidade privada de cunho associativo. Em 23 de agosto de 1993, cerca de 1.400 (um mil e quatrocentos) policiais militares, atendendo convocação do Comandante Geral, reuniram-se em assembléia geral e aprovaram o primeiro estatuto social da então Associação Beneficente da Polícia Militar. Posteriormente, mediante reforma no estatuto, passou-se a denominar de Associação Beneficente dos Policiais Militares e, recentemente, por força da separação dos Bombeiros Militares, houve novamente a modificação do nome para Associação Beneficente dos Militares Estaduais de Santa Catarina. Atualmente, a ABEPOM está com 14 anos de existência e possui em média 15 mil associados.

A demanda atendida vai além dos 15 mil associados, levando em conta seus dependentes - esposa/companheira e filhos (menores de 21 anos ou até 24 desde que estudante universitário), pais, sogros - que também podem ser beneficiários da ação da ABEPOM. Estes, todavia, precisam comprovar possuírem renda igual ou inferior a 1 salário mínimo, o que resulta, em média, num público alvo de 57 mil usuários dos serviços prestados pela associação.

A admissão no quadro associativo é facultativo, ou seja, são sócios somente os policiais que desejarem, sendo a mensalidade em torno de 06% do salário do associado, o que depende da graduação. Então, o valor da contribuição é proporcional aos rendimentos do nível hierárquico ao qual está vinculado: aluno soldado, soldado, cabo, aluno sargento, 1º sargento, 2º sargento, 3º sargento, sub tenente, aluno oficial, aspirante, 2º tenente, 1º tenente, capitão, major, tenente coronel e coronel. Com a arrecadação da mensalidade, investe-se em benefícios e serviços aos seus associados e dependentes visando à melhoria da qualidade de vida, os quais serão expostos a seguir.

- **Auxílio Saúde:** por meio do auxílio financeiro na modalidade AFI (Auxílio financeiro indenizável), o beneficiário faz a reposição do numerário recebido. Este é concedido aos beneficiários para cobrir despesas realizadas com saúde. Neste benefício estão incluídas despesas com transporte, hospedagem, alimentação, aquisição de aparelhos corretivos, medicamentos, pagamentos de consulta, tratamento e exames;
- **Auxílio Odontológico:** por meio de modalidade AFI destina-se a cobrir despesas realizadas pelo beneficiário com consulta e tratamento odontológico, bem como aquisição de próteses e aparelhos ortodônticos;

- **Auxílio Sinistro:** visa proporcionar ao associado um auxílio financeiro, na modalidade mista, ou seja, quando o associado repõe parte do numerário recebido, para cobertura de prejuízos materiais decorrentes de sinistro pela força da natureza;
- **Auxílio Reembolsável pelo Estado:** adiantamento do valor correspondente a despesas médicas, hospitalares e medicamentosas, decorrentes de acidente em serviço. Este auxílio é oferecido pela ABEPOM, pois o Estado, que é o responsável por arcar com as despesas dos policiais militares que sofreram acidente em serviço, é muito lento, demorando em média de 8 meses a 1 ano, para repassar os valores aos policiais acidentados, gastos em decorrência do acidente;
- **Pecúlio Pós Morte:** importância financeira fixa em R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), em face do óbito do associado ou de seus dependentes menores ou até 24 anos de idade, se estudante universitário;
- **Hotel de Trânsito:** localizados em Florianópolis e Chapecó. Têm como objetivo atender aos associados e seus dependentes residentes no interior do Estado, em especial, aqueles que se deslocam a estas cidades para tratamento de saúde ou até mesmo para lazer. O hotel conta com serviços 24 horas e disponibilidade de quatorze suítes, com diárias subsidiadas, incluindo café da manhã.
- **Outros Auxílios:** Atua no campo financeiro através de convênios com estabelecimentos bancários, sendo que nesta modalidade o prazo de resgate dos empréstimos pode ser feito em até 36 parcelas mensais. Proporciona aos seus associados, os acessos a vários tipos de serviços ligados à área de saúde, mediante convênios, tais como: farmácias, clínicas de cirurgia plástica, laboratório dentário, clínica ortodôntica, radiologia. Além disso, possibilita a contribuição para a UNIMED e com isso, o atendimento de toda a rede desta seguradora de saúde privada. Na prestação de serviços em geral, possui convênios com entidades como: SESC, Restaurantes, Seguradora, empresa de Transporte e Clínica para Tratamento de Dependência Química. Vale destacar que todos os custos dos serviços são subsidiados, com exceção dos procedimentos jurídicos, como por exemplo: pagamentos das custas e emolumentos judiciais, estes a serem ressarcidos pelo usuário. Os valores subsidiados pagos pelos sócios ainda poderão ser parcelados e descontados em folha de pagamento.

A ABEPOM possui em média um quadro de 150 colaboradores atuando nas mais diversas áreas, tais como: Serviço Social, Assistência Judiciária, Fonoaudióloga, Psicologia, Psicopedagogia, Naturologia, Odontologia, Contador, Nutricionista, Auxiliares

Administrativos, Auxiliares Financeiros, Recepcionistas, Técnicos em Informática e Estagiários, tanto do Ensino Superior como do Ensino Médio.

Em 2002, a direção passou a descentralizar os serviços oferecidos através da criação de Clinipoms (Clínica de Saúde dos Policiais Militares). Hoje, há Clinipoms em Florianópolis, Blumenau, Lages, Tubarão, Joinville, Chapecó, Itajaí, Jaraguá do Sul, Joaçaba, São Miguel D'Oeste, Criciúma e com construção iniciada em Canoinhas. As clínicas oferecem serviços aos associados e dependentes das regiões e cidades vizinhas nas seguintes áreas: Odontologia, Psicologia, Fonoaudiologia, Assistência Judiciária e Serviço Social.

O Serviço Social iniciou suas atividades na ABEPOM em 1996, quando a instituição, por necessidade do trabalho de um profissional da área, abriu campo de atuação para este profissional, assunto do próximo subitem.

3.2 A ATUAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE SERVIÇO SOCIAL NA ABEPOM

A primeira assistente social da ABEPOM, admitida em 1996, permanece na sede administrativa, localizada em Florianópolis, atendendo associados e dependentes de todo o estado de Santa Catarina.

Com a criação das Clinipoms, o quadro de assistentes sociais foi ampliado, contando atualmente com 13 profissionais da área. Em Florianópolis, atuam 2 assistentes sociais contratadas diretamente pela associação. Em Chapecó, há 2 profissionais, porém 1 é contratado pela própria associação e o outro cedido pela Polícia Militar, ficando à disposição da ABEPOM. Em Lages, a assistente social é contratada pela prefeitura e cedida para a mesma. Nas outras Clinipoms, atuam 1 assistente social em cada local, contratados pela associação.

Na sede administrativa, há a permanência da assistente social coordenadora de todas as Clinipoms, atuando com carga horária de 8 horas/dia. A outra profissional de Serviço Social que se localiza na ABEPOM – Florianópolis possui carga horária de 6 horas/dia. Nas Clinipoms de todo o estado de Santa Catarina, a carga horária dos assistentes sociais é de 4 horas/dia.

Serra (2001) chama a atenção para o achatamento da jornada de trabalho dos profissionais que atuam em organizações da sociedade civil. Sua pesquisa refere-se ao estado do Rio de Janeiro. A autora, porém, julga que tais dados podem ser generalizados para o conjunto dos profissionais brasileiros, salvo as particularidades regionais e locais. Na pesquisa

realizada por esta autora, evidencia-se que nas entidades filantrópicas a jornada de trabalho despontada é de 20 horas semanais, ou seja, 4 horas por dia. Ela aponta ainda que a redução na carga horária dos funcionários nestas organizações, em particular do assistente social, provavelmente esteja na gênese de tais entidades, constituindo uma forma de reduzir salários com a compatibilidade da capacidade financeira destas entidades, fato que pode incentivar o voluntariado.

O Serviço Social na ABEPOM tem como objetivo proporcionar os meios necessários para a viabilização da Política de Assistência Social nesta organização, com o intuito de promover o bem-estar social dos seus associados e dependentes, auxiliando na qualidade de vida destes. Em consonância com este objetivo, o Serviço Social visa propiciar os meios de alcance das finalidades da associação, através da prestação de assistência social aos seus associados e dependentes, intervindo na realidade social por eles vivenciada (ABEPOM, 2003).

Neste sentido, as atribuições dos assistentes sociais são:

- Executar projetos sociais com vistas à valorização e capacitação do público alvo;
- Atender diretamente os associados e seus dependentes, quando procurados;
- Articular os recursos disponíveis com os órgãos públicos ou privados, visando o atendimento do público-alvo;
- Orientar e prestar informações que possibilitem ao público alvo o reconhecimento e a utilização dos recursos existentes;
- Realizar atendimentos individualizados, abordagens grupais, visitas domiciliares e hospitalares; articular-se com o serviço de assistência social da Polícia Militar e dos demais órgãos públicos e organizações não governamentais.

Em geral, as atividades desenvolvidas pelos 13 assistentes sociais são comuns, salvo exceções, conforme se verifica na tabela de nº. 6:

Tabela 6: Atribuições do Serviço Social da ABEPOM

Área/Tema	Atividades
Aspectos financeiros	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento de triagem, avaliação, orientação e encaminhamento ao setor específico para a concessão de auxílio financeiro específico, como: Auxílio saúde (órteses, próteses, medicamentos, consultas, tratamentos, exames, cirurgias e outros); Auxílio sinistro; Pecúlio pós-morte; Auxílio reembolsável pelo Estado; • Definição das condições de pagamento do auxílio requisitado (atividades exclusivas do Serviço Social da Sede da ABEPOM);
Saúde	<ul style="list-style-type: none"> • Prestação de atendimento ao associado e seus dependentes, orientando-os quanto ao acesso aos serviços e benefícios existentes para seu tratamento, encaminhando-os à rede de serviços de saúde (clínicas, hospitais, casas de repouso, entre outros); • Atuação em conjunto com equipes interdisciplinares (Médicos, Enfermeiros, Fisioterapeutas, Psicólogos, Dentistas, Fonoaudiólogos, Psicopedagogos, Advogados, Terapeutas, entre outros) na abordagem de pacientes, auxiliando na superação dos problemas biopsicossociais; • Encaminhamento ao setor específico para viabilização de transporte, alimentação e hospedagem os associados e seus dependentes que vem à capital para tratamento de saúde (atividades exclusivas do Serviço Social da Sede da ABEPOM); • Autorização de diárias de saúde para o Hotel de Trânsito ao associado e acompanhante, verificando cada situação apresentada (atividades exclusivas do Serviço Social da Sede da ABEPOM); • Orientação e encaminhamento ao associado e seus dependentes nos tratamentos de saúde fora do seu município; • Realização de visitas hospitalares, prestando apoio e orientação ao associado e seus dependentes; • Efetivação de contatos com instituições de saúde e sociais da comunidade, buscando a cooperação e o estabelecimento de parcerias na busca de recursos para o atendimento dos associados e seus dependentes;

Sinistro	<ul style="list-style-type: none"> • Orientação ao associado para a requisição do auxílio de direito; • Acompanhamento e orientação ao associado e seus dependentes nas providências que se fizerem necessárias;
Relações sócio-familiares	<ul style="list-style-type: none"> • Orientação ao associado e seus dependentes sobre as questões de ordem familiar e encaminhamento para os recursos específicos à situação apresentada; • Orientação ao associado e seus dependentes sobre orçamento doméstico; • Encaminhamento do associado ao setor jurídico nas questões relativas à: guarda, alimentos, visitas e separação;
Óbito	<ul style="list-style-type: none"> • Acompanhamento, orientação e prestação de apoio ao associado e/ou seus dependentes nas questões relativas ao funeral; • Orientação ao associado e/ou seus dependentes para a requisição do auxílio de direito (pecúlio pós-morte, seguros); • Encaminhamento do associado e/ou de seus dependentes ao setor jurídico para as questões relativas a alvarás e inventários;
Dependência química	<ul style="list-style-type: none"> • Orientação ao associado e seus dependentes quanto aos serviços e recursos disponíveis na comunidade para seu tratamento, encaminhando-os à rede de serviços, como clínicas, hospitais, comunidades terapêuticas e grupos de mútua-ajuda; • Acompanhamento do dependente químico nas questões biopsicossociais; • Realização de atendimento e acompanhamento à família do dependente químico servindo de apoio na co-dependência; • Efetivação de contato com os Comandantes dos associados e a Junta Médica da PM a fim de providenciar a documentação referente à Licença para Tratamento de Saúde;
Acidentes de trabalho	<ul style="list-style-type: none"> • Orientação ao associado sobre as providências fundamentais para a elaboração do Atestado de Origem ou Inquérito Sanitário de Origem; • Orientação ao associado sobre a documentação necessária para requisitar o adiantamento do valor correspondente às despesas médicas e hospitalares decorrentes de acidentes em serviço, a serem indenizadas pelo Estado;

	<ul style="list-style-type: none"> • Encaminhamento para a DSPS da documentação referente às despesas dos associados solicitando autorização para adiantar o pagamento das mesmas (atividades exclusivas do Serviço Social da Sede da ABEPOM); • Realização de contatos com os Comandantes dos associados e a Junta Médica da PM a fim de providenciar a documentação referente à Licença para Tratamento de Saúde e reforma se necessário; • Prestação, apoio e orientação nas demais providências que se fizerem necessárias; • Verificação de Seguro de Vida, caso o associado possua, encaminhá-lo para acesso ao benefício; • Realização da quitação de imóveis financiados em casos de associados aposentado por invalidez;
Relações funcionais	<ul style="list-style-type: none"> • Intermediação junto aos comandantes das Organizações Policiais Militares (OPM) e Organizações Bombeiros Militares (OBM) nas situações onde os associados estejam encontrando dificuldades laborativas, quer por motivos ergonômicos (fardamento, armamento, escala de serviço e funções meio) de relacionamento institucional ou mesmo quando o associado apresentar problemas de ordem pessoal que interfiram diretamente na sua produtividade;
Visitas Domiciliares e Institucionais	<ul style="list-style-type: none"> • Realização das referidas visitas nas situações que se fizerem necessárias, como: questão financeira, de saúde, de sinistro, sócio-familiar, óbito, dependência química, de ordem funcional e acidente em serviço;
Gestão da Equipe de Assistentes Sociais	<ul style="list-style-type: none"> • Supervisão e coordenação das atividades realizadas pela Equipe de Assistentes Sociais das Clinipom's (Atividade exclusiva da coordenadora do Serviço Social da ABEPOM); • Composição de documentos sobre atividades do Serviço Social em nível de coordenação; • Manutenção de intercâmbio técnico com instituições do setor público e privado, buscando o aprimoramento profissional da equipe;
Realização de pesquisas	<ul style="list-style-type: none"> • Elaboração e aplicação de pesquisas junto aos associados e seus dependentes, definindo o perfil social desta população, obtendo dados

	para a implantação de projetos sociais;
Realização de projetos	<ul style="list-style-type: none"> • Elaboração e execução de projetos sociais visando o bem estar social, a valorização e a capacitação do público alvo;
Elaboração de documentação	<ul style="list-style-type: none"> • Elaboração e manutenção da documentação técnica atualizada, produzidas na atividade profissional, resguardando o sigilo profissional de acordo com o código de ética da profissão; • Encaminhamento à Gerência do Serviço Social, de relatórios quantitativos e qualitativos pertinentes às atividades desenvolvidas no mês e ano; • Desenvolvimento de relatórios, pareceres e estudos sociais quando solicitados e autorizados pela direção;
Abordagens Grupais	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento de abordagens em grupo conforme as necessidades apresentadas nos atendimentos diários (terceira idade, dependência química, preparação para a inatividade, violência doméstica e outros);
Atualização e capacitação	<ul style="list-style-type: none"> • Participação em cursos, congressos, seminários e outros eventos que contribuam para o aprimoramento intelectual e profissional;
Supervisão de Estágio	<ul style="list-style-type: none"> • Supervisão do estágio de acadêmicos de Serviço Social das Instituições de Ensino.

Fonte: Elaboração da equipe de Serviço Social da ABEPOM - Florianópolis (2007)

Enfim, a ABEPOM vem desenvolvendo programas e projetos buscando a redução de problemáticas apresentadas no cotidiano dos associados e seus dependentes, compreendendo-as enquanto expressões da questão social. Estas necessitam ser pensadas e enfrentadas como matéria do profissional de Serviço Social. Com base nesta afirmação, os assistentes sociais de algumas Clinipoms desenvolvem projetos específicos para atender as necessidades de seus usuários, como se pode constatar a seguir:

Serviço Social de Tubarão:

Projeto: Projeto Divulgação.

Objetivo: Divulgar os serviços e benefícios da ABEPOM em toda a região do 5º Batalhão da Polícia Militar (BPM).

Público alvo: Associados da ABEPOM da região de abrangência do 5º BPM.

Serviço Social de Criciúma:

Projeto: Divulgação dos Serviços e Benefícios da ABEPOM.

Objetivo: Divulgar os serviços e benefícios da ABEPOM em Cocal do Sul, Lauro Müller, Urussanga e de Nova Veneza.

Público alvo: Polícia Militar e Polícia Rodoviária.

Serviço Social de Blumenau:

Projeto: Divulgação da cartilha sobre violência contra mulher.

Objetivo: Inserção da mulher no mercado de trabalho (fase de estudos) e divulgação dos Serviços e Benefícios da ABEPOM.

Público alvo: Policiais Militares das regiões do 10º BPM.

Serviço Social de Itajaí:

Projeto: Proposta de grupo operativo.

Objetivo: Levar informações e orientações quanto ao uso de substâncias entorpecentes e alcoolismo à saúde física e mental, à administração do soldo, entre outros.

Público alvo: Associados da ABEPOM.

Serviço Social de Chapecó:

Projeto: Pesquisa de avaliação.

Objetivo: Avaliar os programas e serviços oferecidos pela ABEPOM para o Bombeiro e à Polícia Militar do estado de Santa Catarina, na prevenção e tratamento à dependência química.

Público alvo: Bombeiro e a polícia militar do estado de Santa Catarina.

Atualmente, não há o desenvolvimento de projetos específicos do Serviço Social em todas as Clinipoms. Porém, existem propostas por parte da diretoria no sentido de que as demandas sejam avaliadas para a implementação de novos programas e projetos em todas as regiões de abrangência da associação.

Ao se descrever a atuação dos assistentes sociais na ABEPOM, é possível constatar que o foco central de atuação dos profissionais volta-se para o desenvolvimento de ações sócio-educativas. Segundo Lima, as ações sócio-educativas levam a uma consciência reflexiva, possibilitando aos usuários do Serviço Social, uma compreensão da realidade em que estão inseridos e dos direitos que possuem na sociedade. Esta autora salienta que “no âmbito dos processos sócio-assistenciais, as ações sócio-educativas acontecem

privilegiadamente nos espaços institucionais, através da intervenção direta entre assistente social e usuários” (2004, s. p).

Entendendo-se que o assistente social desenvolve ações sócio-educativas, tanto nas políticas sociais públicas quanto privadas. É na efetivação destas que o profissional de Serviço Social intervém junto aos usuários na tentativa de superar as condições geradoras dos problemas sociais. Neste sentido, a atuação dos assistentes sociais na ABEPOM permite aos indivíduos a apropriação de informações e caminhos de acesso a serviços e benefícios, buscando assim garantir que os associados e seus dependentes usufruam dos serviços oferecidos pela associação. É possível concluir que o assistente social em organizações da sociedade civil tem a oportunidade de desempenhar uma atuação que permite a emancipação e o desenvolvimento do sujeito enquanto possuidor de direitos. No próximo subitem serão expostas as visões dos assistentes sociais da ABEPOM sobre a atuação destes profissionais em organizações da sociedade civil.

3.3 PESQUISA REALIZADA NA ABEPOM

Neste subitem será apresentada a sistematização da pesquisa realizada junto aos assistentes sociais da ABEPOM. Na apresentação a seguir, destaca-se o perfil dos entrevistados, as atividades profissionais desenvolvidas na associação, bem como a consideração dos assistentes sociais da ABEPOM sobre a atuação do Serviço Social em organizações da sociedade civil. Além da apresentação dos dados da pesquisa empírica, há fundamentação em pesquisa bibliográfica, pois esta possibilita aprofundar e analisar a temática estudada.

3.3.1 Perfil dos Entrevistados

As principais informações evidenciadas no perfil dos assistentes sociais da ABEPOM e sistematizadas no Gráfico 1, a seguir, foram: o ano em que se formaram e em qual universidade, e se ABEPOM foi o primeiro emprego na área do Serviço Social.

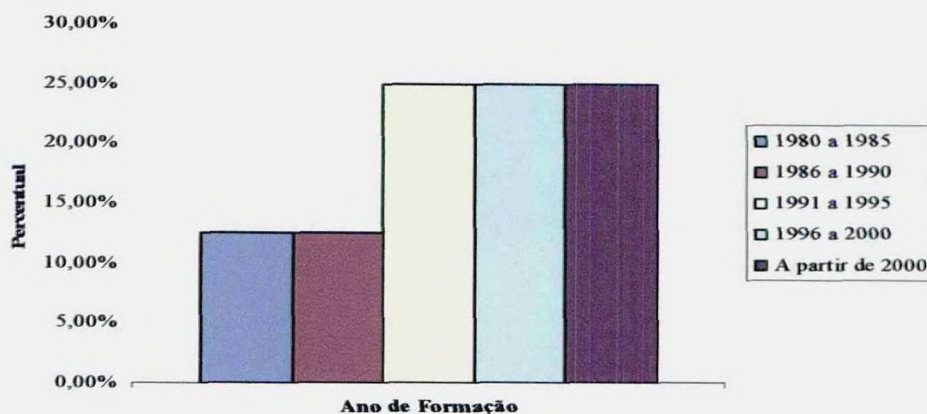


Gráfico 1: Ano de Formatura em Serviço Social

Fonte: Elaboração própria a partir de dados obtidos na pesquisa realizada junto aos assistentes sociais da ABEPOM (2007)

De acordo com o gráfico número 1, verifica-se que 75% dos 8 (61,54%) assistentes sociais que atuam na ABEPOM se formaram após o ano de 1990. Destes profissionais, 25% se formaram no período de 1991 a 1995, 25% no período de 1996 a 2000 e 25% se formaram a partir de 2000. Conclui-se então que grande parte da amostra pesquisada dos assistentes sociais que atuam na ABEPOM inseriu-se no mercado de trabalho já com o processo de reestruturação da relação entre Estado e sociedade civil. Destaca-se ainda que neste período as diretrizes curriculares propostas nos anos 1990 já se encontravam em processo de incorporação nas unidades de ensino de Serviço Social.

No que consiste à universidade em que os assistentes sociais da ABEPOM se formaram, constata-se, conforme apresentado no Gráfico 2, que 25% do universo pesquisado se formou na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), 25% na Universidade do Contestado (UNC) e 25% em universidade fora do estado de Santa Catarina. Sendo que a Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL) e a Universidade Comunitária Regional de Chapecó (UNOCHAPECÓ) ficaram com 12,5% dos assistentes sociais que atuam na ABEPOM.

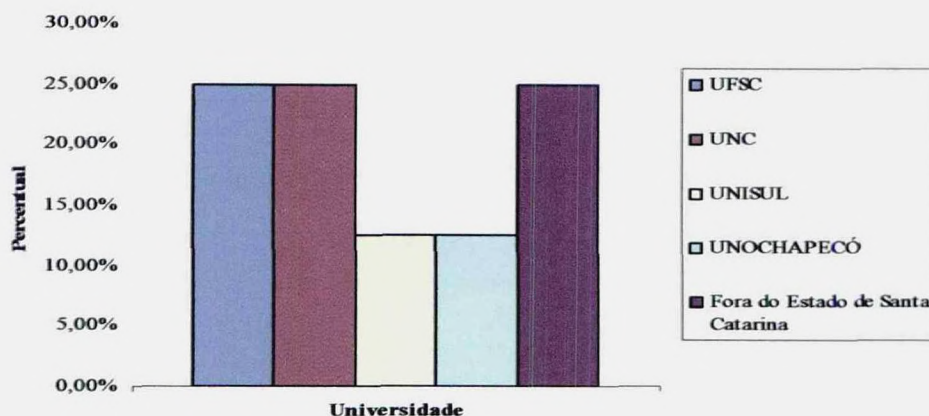


Gráfico 2 : Universidade de Egresso

Fonte: Elaboração própria a partir de dados obtidos na pesquisa realizada junto aos assistentes sociais da ABEPOM (2007)

Outro aspecto de relevância identificado na pesquisa, conforme apresentado no Gráfico 3, é que 75% dos assistentes sociais que atuam na ABEPOM responderam não ter sido este o seu primeiro emprego, enquanto os demais disseram que sim. A alta percentagem de assistentes sociais da associação que já atuaram em outros espaços sócio-ocupacionais se dá por ser esta uma organização que contrata somente assistente social com, no mínimo, dois anos de experiência na área de Serviço Social.

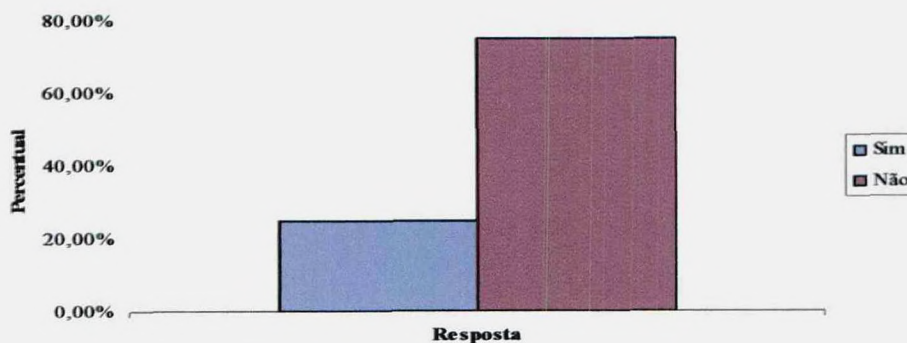


Gráfico 3: ABEPOM como Primeiro Emprego

Fonte: Elaboração própria a partir de dados obtidos na pesquisa realizada junto aos assistentes sociais da ABEPOM (2007)

A partir dos dados levantados sobre o perfil do profissional de Serviço Social da ABEPOM, conclui-se que 75% dos assistentes sociais que participaram da pesquisa já atuam nesta área há mais de 10 anos, o que pode representar uma vasta experiência na área de

Serviço Social, também podendo indicar para a necessidade destes profissionais buscarem atualizações profissionais.

3.3.2 Atividades Profissionais

No que se refere às atividades que os profissionais de Serviço Social realizam na ABEPOM, há três aspectos centrais a serem destacados. O primeiro relaciona-se às ações que os assistentes sociais desenvolvem na própria associação, destacando a sua importância quanti-qualitativa, ou seja, as que estes consideram importantes e que são realizadas cotidianamente; as que consideram importantes, porém são realizadas esporadicamente; e as ações que são menos importantes e que são realizadas esporadicamente. O segundo corresponde aos outros vínculos de trabalho que os assistentes sociais da ABEPOM possuem, e o terceiro refere-se à esfera e à carga horária dos outros vínculos de trabalho dos assistentes sociais da ABEPOM.

No Gráfico 4 a seguir, serão apresentadas as atividades realizadas pelos Assistentes Sociais e a importância colocada às mesmas.

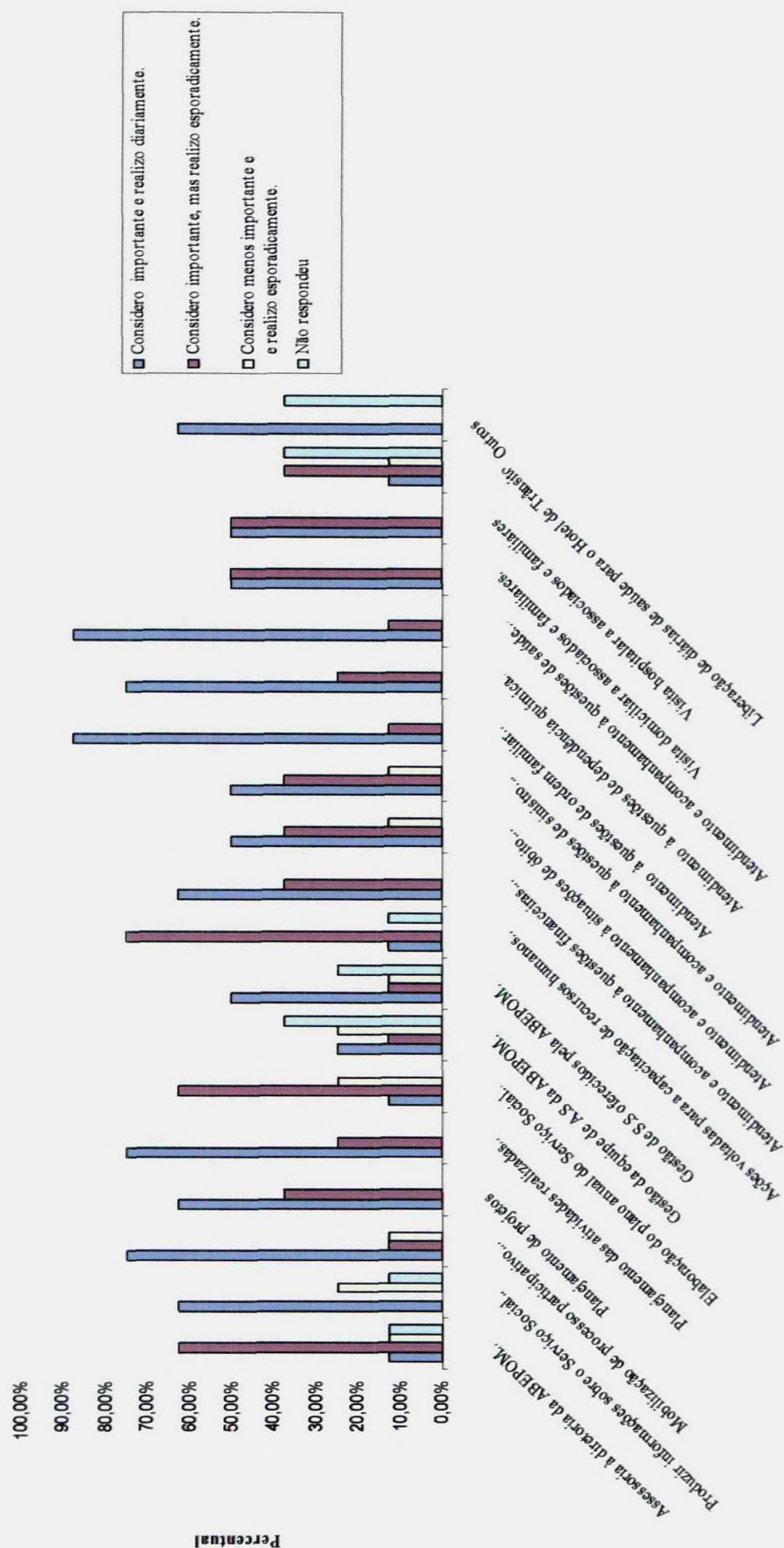


Gráfico 4: Ações Desenvolvidas na ABEPOM

Fonte: Elaboração própria a partir de dados obtidos na pesquisa realizada junto aos assistentes sociais da ABEPOM (2007)

Analisando o gráfico 4, é possível verificar quais as ações desenvolvidas pelos assistentes sociais na ABEPOM. Dos pesquisados, 62,5% afirmam que a assessoria à diretoria é uma atividade importante e que é realizada diariamente. Já em relação à mobilização e participação dos associados em projetos oferecidos, aponta-se que 75% dos profissionais consideram ser uma atividade importante e realizada diariamente. Miotto⁶ (2006) define estas atividades como processos político-organizativos, pois correspondem à articulação de um conjunto de ações, dentre as quais se destacam a mobilização e a assessoria.

Chamam atenção as ações desenvolvidas em nível de planejamento das atividades realizadas. Para 75% dos pesquisados, tais ações são apontadas como importantes e realizadas diariamente. No que se refere à gestão dos serviços sociais oferecidos pela ABEPOM, 50% afirmam ser uma atividade importante e que é realizada diariamente, enquanto 25% não responderam esta questão. Miotto (2006) esclarece que os processos de planejamento e gestão aglutinam o conjunto de ações profissionais desenvolvidas no nível de gestão das diversas políticas sociais, no planejamento e gestão de serviços sociais em instituições, programas e empresas, e na sistematização das ações profissionais.

Há que se enfatizar ainda as ações sócio-assistenciais, pois foram estas que se destacaram na incidência, correspondendo a 87,5%, sendo consideradas ações importantes e realizadas diariamente. Para Miotto (2006), as ações sócio-assistenciais correspondem àquelas desenvolvidas pelos profissionais no âmbito da intervenção direta com os usuários. Sua lógica reside em atender o usuário enquanto sujeito, visando responder as demandas particulares numa perspectiva de construção de sua autonomia no âmbito das relações institucionais e sociais.

Em relação ao segundo ponto, verifica-se no gráfico 5 a seguir, que 50% dos assistentes sociais participantes da pesquisa atuam em outros espaços profissionais, enquanto 50% afirmam que não. Ao se analisar o percentual dos que não atuam somente na ABEPOM, apoiou-se em Serra (2001), ao afirmar ser esta característica da própria natureza jurídica das organizações sem fins lucrativos, pois nestas organizações há uma multiplicidade de vínculos contratuais e de variedade de jornadas de trabalho, produzindo efeitos sobre as remunerações. Dessa forma, infere-se que a baixa remuneração pode ser um dos motivos que levam os profissionais atuantes em organizações da sociedade civil a necessitar de outros vínculos de trabalho.

⁶ Miotto, Regina Célia Tamaso. A dimensão técnica -operativa do exercício profissional dos assistentes sociais em foco: contribuições para o debate. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, 2006.

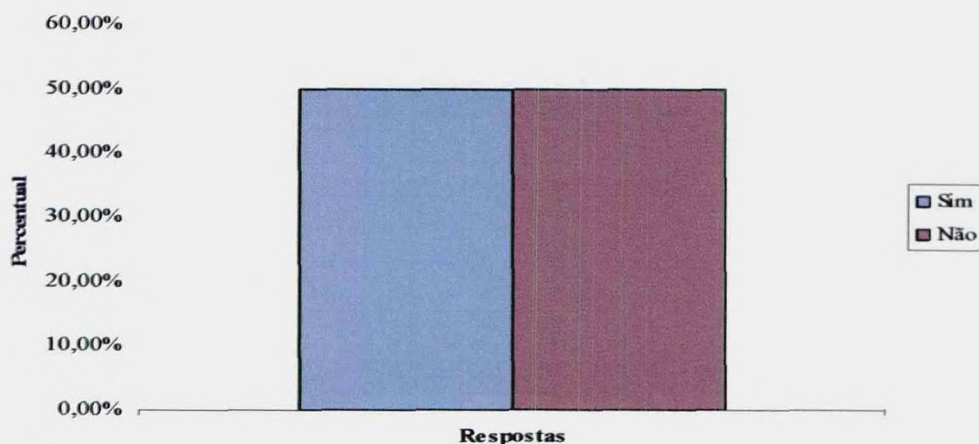


Gráfico 5: A ABEPOM como Único Campo de Atuação

Fonte: Elaboração própria a partir de dados obtidos na pesquisa realizada junto aos assistentes sociais da ABEPOM (2007)

No que tange à esfera e à carga horária de outros vínculos de trabalho dos assistentes sociais da ABEPOM, é possível observar no gráfico 6 a seguir, que 50% que informaram trabalhar em outro espaço, atuam na esfera pública e 50% atuam na esfera da sociedade civil. Vale destacar a carga horária realizada por estes profissionais, já que dos que informaram atuar na esfera pública, 50% atuam em âmbito municipal e possuem a carga horária de 8 horas/dia. Verifica-se aqui uma questão intrigante, pois em este profissional da esfera pública atuar com carga horária de 8 horas/dia e na ABEPOM atuar com carga horária de 4 horas/dia, então ele possui uma carga horária semanal de 60 horas. Com isto, pode-se evidenciar a sobrecarga de horas de trabalho do profissional. Este fato pode ainda ser decorrente dos baixos salários que os profissionais de Serviço Social recebem na esfera pública, principalmente os que atuam em âmbito municipal.

Para Serra, “a precariedade observada na relação de trabalho, indica uma tendência à desqualificação do profissional, pois não são geradas condições necessárias para a realização efetiva do seu exercício profissional” (2001, p. 173). Em relação aos 50% dos profissionais que atuam em organizações da sociedade civil como outro campo de trabalho, 100% deles atuam na esfera municipal com carga horária de 4 horas/dia, confirmando a constatação da autora mencionada quando afirma que nesta esfera a carga horária predominante é de 20 horas semanais.

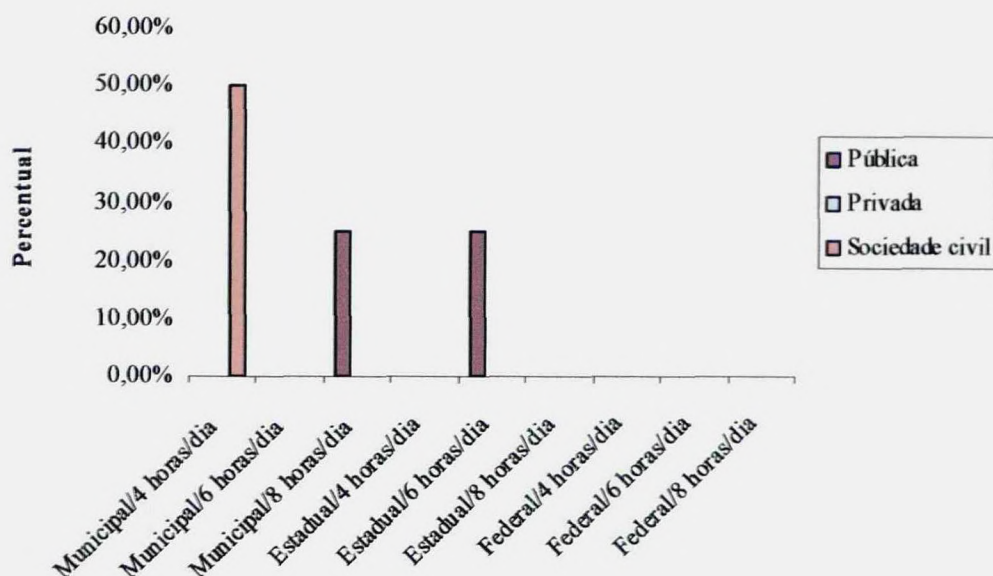


Gráfico 6: Esfera e Carga Horária que Realizadas em Outro Campo de Trabalho

Fonte: Elaboração própria a partir de dados obtidos na pesquisa realizada junto aos assistentes sociais da ABEPOM (2007)

Por fim, a análise destes gráficos evidenciou que as atividades realizadas na ABEPOM podem ser articuladas em três processos interventivos do Serviço Social, conforme desenvolvido por Mioto (2006), sendo eles: os processos político-organizativos, os processos de planejamento e gestão e os processos sócio-assistenciais. Nesta pesquisa, este último se sobrepôs em relação ao primeiro e segundo, demonstrando a centralidade das ações interventivas diretas junto aos usuários, seguidas daí, pelas atividades consideradas como gestão e planejamento.

Salienta-se ainda a questão da precarização dos espaços sócio-ocupacionais do assistente social, pois o tempo útil que estes profissionais têm para atender suas demandas em organizações da sociedade civil é escasso. Para Serra (2001), quanto mais flexível o vínculo empregatício, menor a carga horária realizada pelo assistente social, sendo menor o seu salário. Isto faz com que o assistente social necessite ter mais de um vínculo empregatício.

3.3.3 As considerações dos assistentes sociais da ABEPOM sobre a atuação do Serviço Social em organizações da sociedade civil

Este tema possui centralidade nesta pesquisa, já que nosso objetivo é analisar as considerações dos assistentes sociais da ABEPOM sobre a atuação do Serviço Social em organizações da sociedade civil. Para tanto, faz-se necessário evidenciar as considerações dos profissionais em relação à transferência de responsabilidade do Estado para a sociedade civil na prestação de serviços sociais, destacando os reflexos deste processo sobre o trabalho do assistente social e a apresentação de novas e/ou outras exigências profissionais aos mesmos. Além disso, objetiva-se verificar acerca da efetivação do projeto ético-político para os profissionais que atuam em organizações da sociedade civil, bem como as dificuldades encontradas por eles. Ainda, procura-se constatar a efetivação de direitos pelos assistentes sociais atuantes na ABEPOM. Por último, busca-se aferir as vantagens e desvantagens da atuação em organizações da sociedade civil para os assistentes sociais.

No gráfico 7 a seguir, constata-se que 75% dos assistentes sociais consideram que a transferência de responsabilidade do Estado para a sociedade civil trouxe novas exigências profissionais para o Serviço Social na ABEPOM, enquanto que os outros profissionais consideram que não.

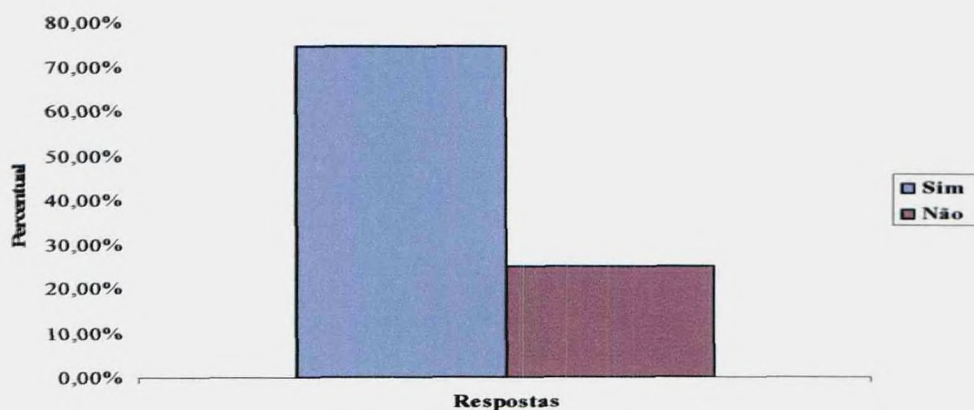


Gráfico 7: A Nova Relação entre Estado e Sociedade Civil tem Consequências para o Assistente Social na ABEPOM

Fonte: Elaboração própria a partir de dados obtidos na pesquisa realizada junto aos assistentes sociais da ABEPOM (2007)

Em relação às respostas colocadas pelos entrevistados, destaca-se o que segue. O profissional AS4 afirma que a transferência de responsabilidade do Estado para a sociedade civil trouxe novas exigências profissionais para o Serviço Social na ABEPOM, pois o Estado

cada vez mais está transferindo para a sociedade civil seus compromissos sociais. AS4 afirma que o surgimento das associações e entidades beneficentes é uma consequência disto. Ainda para AS4, a principal exigência profissional corresponde aos encaminhamentos dos usuários do Serviço Social, pois antes eles eram encaminhados para os serviços públicos e agora existe a busca por benefícios sociais existentes na sociedade civil. Este assistente social argumenta que o surgimento das organizações beneficentes ocorre com a transferência de responsabilidade do Estado para a sociedade civil. Aqui se verifica que as organizações beneficentes no Brasil, apesar de antigas, ganham diferentes características com a nova relação entre Estado e sociedade civil, pois passam a executar serviços sociais, antes executados pelo Estado.

Destacam-se as considerações da AS8, ao responder que a transferência de responsabilidade do Estado para a sociedade civil não trouxe novas exigências profissionais para o assistente social da ABEPOM: “Somos formados para atuar tanto em organizações públicas quanto privadas”. A AS8 nega que a transferência de responsabilidade do Estado para a sociedade civil trouxe novas exigências profissionais para o Serviço Social da ABEPOM, já que a formação acadêmica deve preparar os profissionais para atuarem em qualquer organização. Porém, é necessário salientar que não se trata somente de reconhecer a necessidade da formação acadêmica, mas sim reconhecer alterações na matéria do Serviço Social, quais sejam, as particularidades das expressões da questão social. Estas sofreram e sofrem profundas alterações com a minimização do Estado, impondo, conseqüentemente, novas exigências profissionais para o assistente social, passando este a necessitar de qualificação continuada permanente para atender as novas demandas que surgem.

Os profissionais que responderam que a transferência de responsabilidade do Estado para a sociedade civil trouxe novas exigências profissionais para o Serviço Social da ABEPOM, especificaram quais foram estas novas exigências profissionais, expostas no gráfico 8, a seguir. Neste, destaca-se que 75% dos pesquisados responderam que as novas exigências profissionais referem-se a conhecimentos teóricos e 62,5% aos conhecimentos operativos. Além disso, 50% concordaram que estas novas exigências profissionais referem-se a conhecimentos éticos, políticos, metodológicos e técnicos.

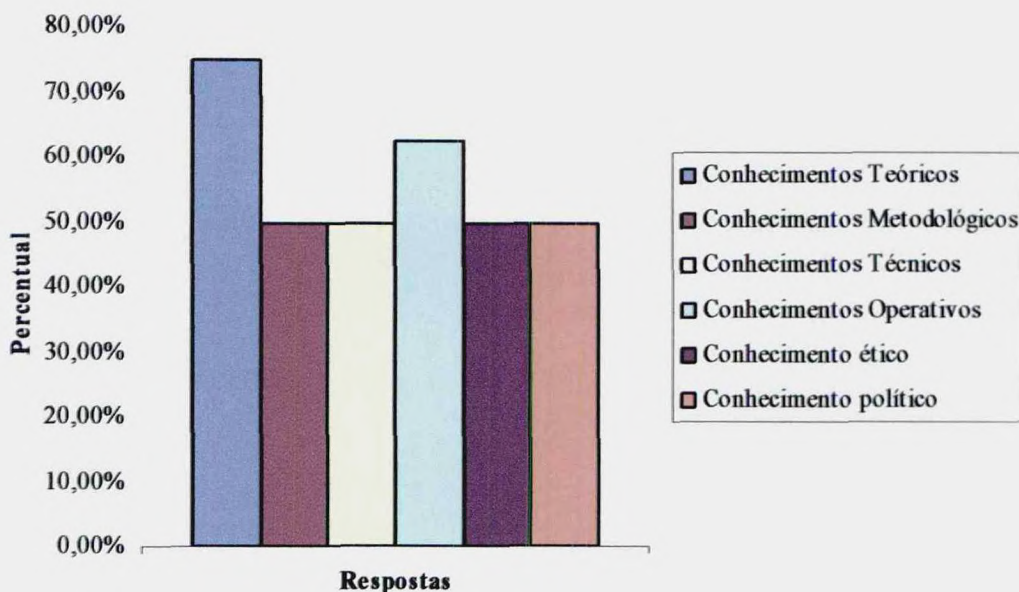


Gráfico 8: Novas Exigências Profissionais

Fonte: Elaboração própria a partir de dados obtidos na pesquisa realizada junto aos assistentes sociais da ABEPOM (2007)

Em relação a quais novas exigências foram necessárias, a AS4 cita os conhecimentos teóricos sobre as políticas sociais tanto públicas quanto privadas e o conhecimento sobre políticas do terceiro setor. Em relação aos conhecimentos metodológicos, AS7 afirma que o assistente social deve identificar as necessidades sociais e indicar as possibilidades cabíveis para tal situação. Ainda para AS7, os conhecimentos técnicos referem-se a planejamento, pesquisa, diagnóstico, entrevistas, visitas domiciliares, estudo social, reuniões, entre outros. No que tange aos conhecimentos operativos, AS6 cita a operacionalização de projetos e programas sociais. Tratando-se de conhecimentos éticos, AS7 diz que as novas exigências profissionais para o assistente social permeiam o compromisso com os valores e princípios norteadores do código de ética. Referindo-se a conhecimentos políticos, AS7 assegura se tratar de comprometimento com os valores democráticos.

A partir da diversidade de propostas de intervenção profissional acima expostas, pode-se considerar que o profissional de Serviço Social deve ter clareza de que esta profissão é voltada à intervenção na sociedade, sendo assim, necessita de fundamentos teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos que privilegiem a construção de estratégias que garantam aos seus usuários acesso aos direitos e os meios de exercê-los.

No gráfico 9 a seguir, é possível verificar que 75% dos pesquisados consideram que atuação em organizações da sociedade civil exige novas competências para o assistente social, enquanto 25% afirmam que não.

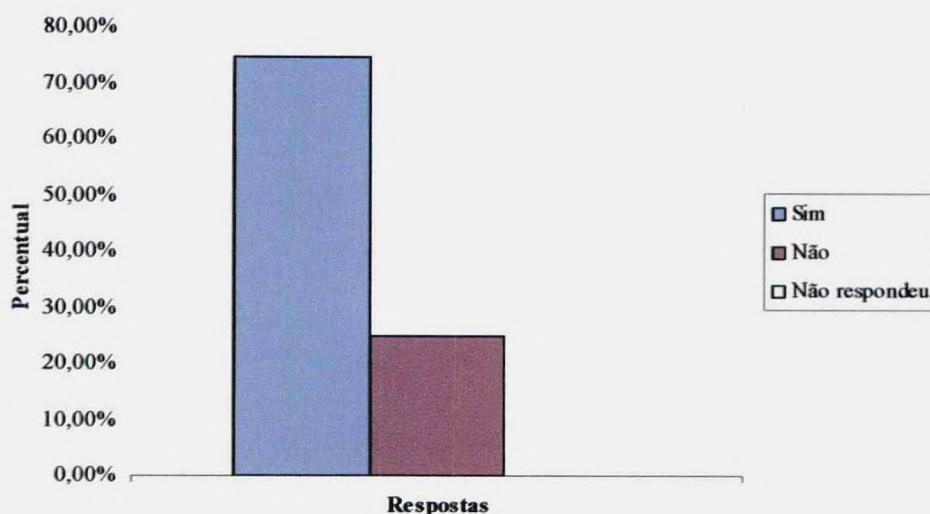


Gráfico 9: Atuação na Sociedade Civil Exige Novas Competências

Fonte: Elaboração própria a partir de dados obtidos na pesquisa realizada junto aos assistentes sociais da ABEPOM (2007)

Em relação às considerações realizadas pelos pesquisados, AS2 destaca que as novas competências estão relacionadas ao trabalho com equipes interdisciplinares e atendimentos psico-sociais. Ainda mencionando os profissionais que consideram que atuação em organizações da sociedade civil exige novas competências para o assistente social, AS7 diz que estas se referem à criatividade, dinamismo e empreendedorismo. Em relação aos profissionais que afirmaram que não consideram que atuação em organizações da sociedade civil exige novas competências para o assistente social, pode-se citar o AS8, pois este diz que o profissional é formado tanto para atuar em organizações públicas quanto privadas, sendo assim, a atuação em organizações da sociedade civil não exige competências específicas.

Em relação ao projeto ético-político, solicitou-se que os assistentes sociais pesquisados mencionassem as dificuldades encontradas para sua efetivação, sendo as respostas expostas no seguinte gráfico (10).

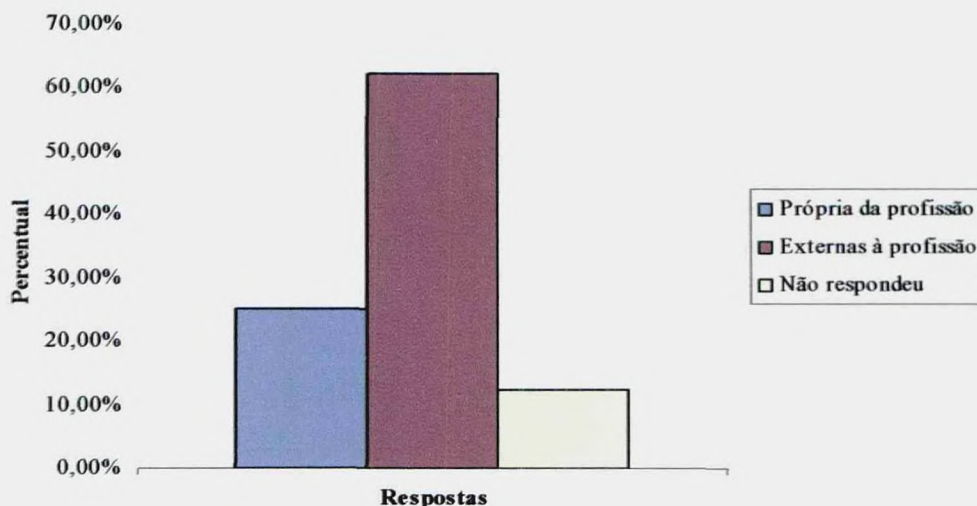


Gráfico 10: Dificuldades Encontradas para Efetivação do Projeto Ético-Político do Serviço Social

Fonte: Elaboração própria a partir de dados obtidos na pesquisa realizada junto aos assistentes sociais da ABEPOM (2007)

Do gráfico acima, destaca-se que 62,5% afirmaram serem as dificuldades encontradas externas à profissão, 25% disseram que são próprias da profissão e 12,5% não responderam. Para a efetivação do projeto ético-político foram mencionadas dificuldades internas e externas à profissão. AS1 diz que a falta de eficiência na concretização das políticas públicas dificulta a efetivação do projeto ético-político. A AS7 salienta que é a gestão inadequada de serviços públicos que dificulta esta efetivação. No que se refere às dificuldades próprias da profissão para efetivação do projeto ético-político, AS2 diz que a principal dificuldade é a efetivação dos direitos dos usuários do Serviço Social. Neste sentido, Netto (1999) considera que a hegemonia do projeto ético-político é ameaçada pela ofensiva neoliberal. O mesmo autor ainda salienta que a manutenção e o aprofundamento do projeto ético-político de 1993 em condições tão adversas depende da vontade da maioria dos profissionais desta categoria e do revigoramento do movimento democrático e popular.

Com o exposto, fica evidente que a efetivação do projeto ético-político depende tanto das dificuldades externas à profissão, quanto das dificuldades próprias da profissão, pois o assistente social atua para efetivar direitos dos cidadãos, enquanto estes passam a ser ameaçados pelas políticas neoliberais. A ação profissional do Serviço Social é diretamente atingida, pois ocorre a dificuldade na efetivação destes direitos.

No gráfico 11, evidenciam-se quais dos princípios fundamentais do código de ética do assistente social são passíveis de serem consolidados pelo profissional de Serviço Social atuantes na ABEPOM, conforme apresentado a seguir:

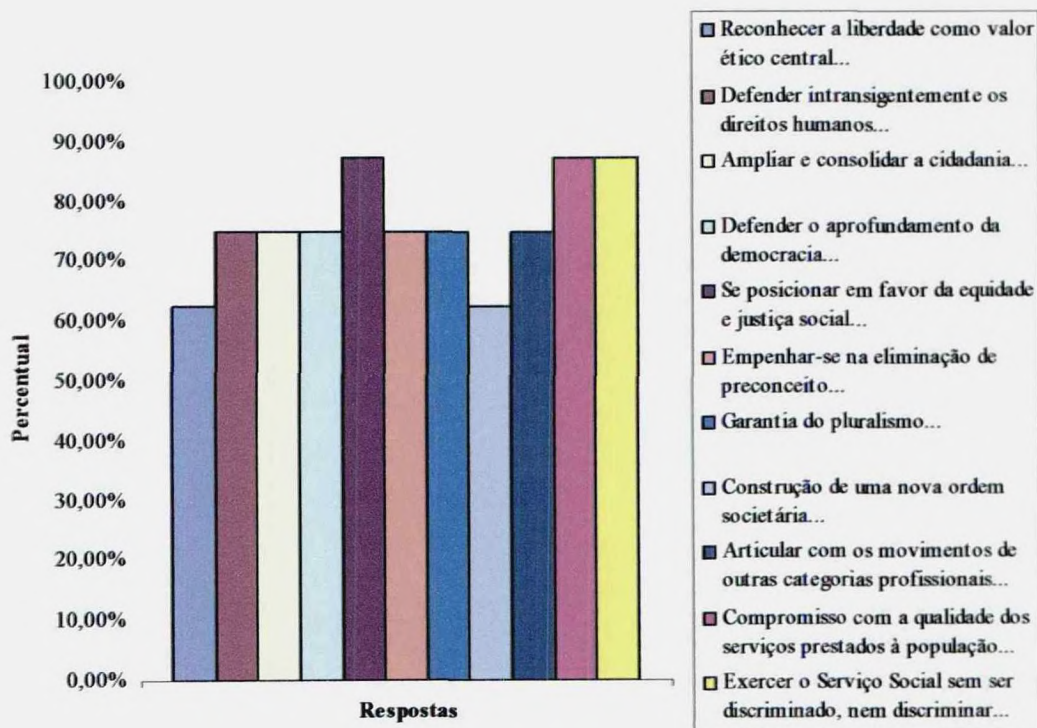


Gráfico 11: A Atuação na ABEPOM e os Princípios Fundamentais do Código de Ética

Fonte: Elaboração própria a partir de dados obtidos na pesquisa realizada junto aos assistentes sociais da ABEPOM (2007)

Conforme evidenciado acima, 87,5% dos pesquisados responderam ser possível se posicionar em favor da equidade e justiça social, assegurando universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática. É possível também ter comprometimento com a qualidade dos serviços prestados à população, com o aprimoramento intelectual na perspectiva da competência profissional, e agir sem ser discriminado, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, opção sexual, idade e condição física.

Em relação aos princípios referentes ao aprofundamento da democracia, ampliação e consolidação da cidadania, defesa intransigente dos direitos humanos, recusa do arbítrio e do autoritarismo, empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, garantia do pluralismo, e a articulação com os movimentos também comprometidos com estes

princípios, 75% disseram serem possíveis de consolidação pelo profissional de Serviço Social atuantes na ABEPOM.

Por fim, 62,5% dizem reconhecer a liberdade como valor ético central e as demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais e a construção de uma nova ordem societária sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero.

Entende-se que o profissional de Serviço Social deve acima de tudo buscar efetivar no seu cotidiano o código de ética do Assistente Social, o qual tem como fundamento central a liberdade e a autonomia dos cidadãos, independente das esferas em que o profissional atua. Sendo assim, considera-se que cabe ao assistente social buscar fazer frente às tendências neoliberais para preservar e efetivar os valores contidos no projeto ético-político do Serviço Social.

Um outro tema a ser destacado refere-se à preservação e efetivação de direitos na ABEPOM, sistematizados no gráfico 12, a seguir:

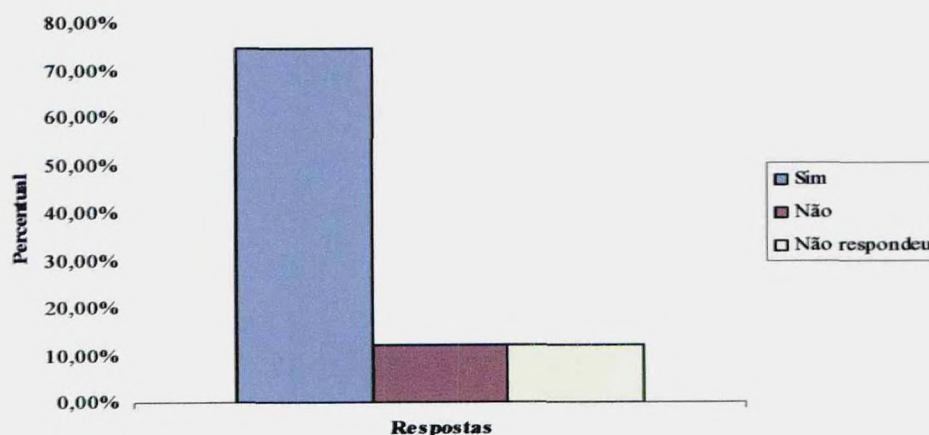


Gráfico 12: Preservação e Efetivação de Direitos na ABEPOM

Fonte: Elaboração própria a partir de dados obtidos na pesquisa realizada junto aos assistentes sociais da ABEPOM (2007)

Neste gráfico, consta que 75% dos pesquisados afirmaram ser possível preservar e efetivar direitos, enquanto 12,5% responderam que não e 12,5% não responderam.

O AS7 respondeu ser possível preservar e efetivar direitos na ABEPOM, pois o Serviço Social objetiva proporcionar os meios necessários para concretização da política de Assistência Social desenvolvida pela associação, cujo maior intuito é promover o bem estar social, articulando com os demais órgãos públicos e organizações não governamentais.

Já o profissional AS5 respondeu não ser possível preservar e efetivar direitos, pois a ABEPOM oferece benefícios aos seus associados, que devem pagá-los para utilizá-los. Por este motivo, o profissional afirma serem os direitos dos usuários não efetivados. Compreende-se que a importância do comprometimento dos assistentes sociais na defesa intransigente dos direitos sociais e no compromisso com a cidadania, deve ultrapassar os limites postos pelas organizações públicas, privadas ou da sociedade civil.

Dos 75% que informaram ser a ABEPOM efetivadora de direitos, conforme exposto no gráfico 12, abriu-se o dado para verificar quais são estes direitos. Evidenciou-se que 75% responderam corresponderem estes direitos à saúde, 75% disseram ser assistência, 37,5% afirmaram referir-se à habitação, 25% expuseram ser educação e lazer, 12,5% colocaram que o direito à cultura é passível de ser consolidado. Os que responderam “outros” somaram 12,5%, ficando com o mesmo percentual dos assistentes sociais que não responderam. Estes dados se apresentam visualmente no gráfico 13, como segue:

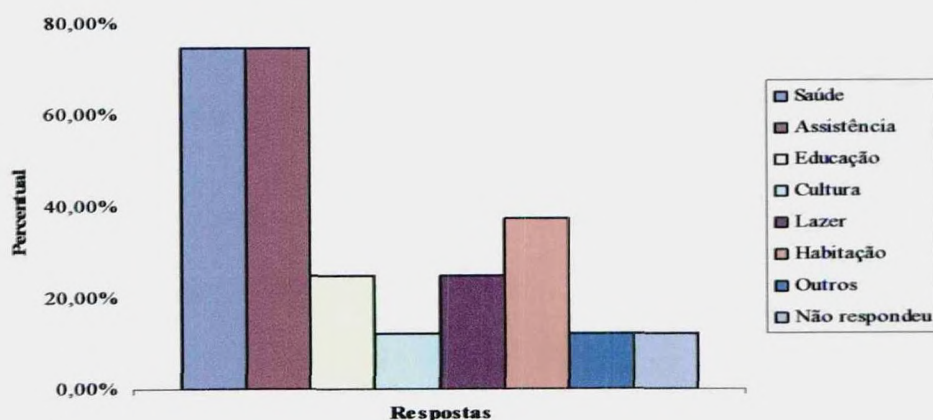


Gráfico 13: Direitos Passíveis de Serem Consolidados na ABEPOM

Fonte: Elaboração própria a partir de dados obtidos na pesquisa realizada junto aos assistentes sociais da ABEPOM (2007)

Em relação ao projeto ideo-político abordado no gráfico 14, perguntou-se se os assistentes sociais pesquisados pensam ser possível agir de acordo com ele mesmo atuando em organizações da sociedade civil. As respostas colocadas se apresentam como segue:

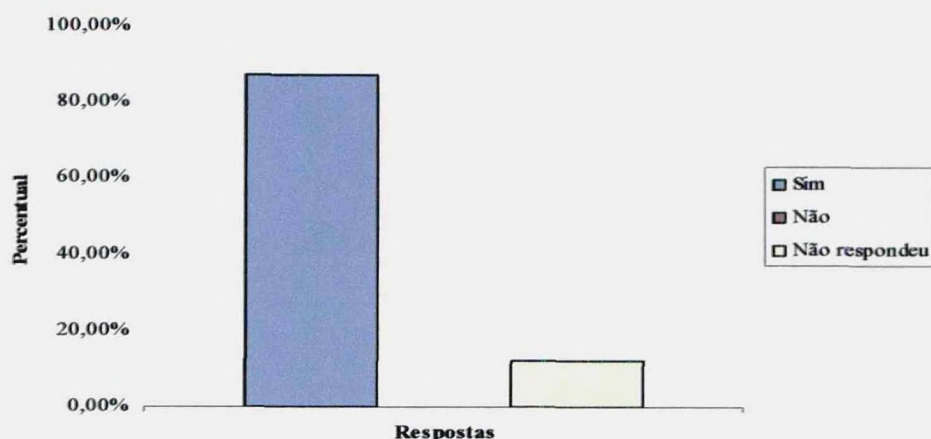


Gráfico 14 – O Projeto Ideo-Político e a Atuação do Assistente Social em Organizações da Sociedade Civil

Fonte: Elaboração própria a partir de dados obtidos na pesquisa realizada junto aos assistentes sociais da ABEPOM

Como evidenciado acima, 87,5% responderam afirmativamente ser possível atuar em conformidade com o projeto ideo-político do Serviço Social em organizações da sociedade civil, enquanto que 12,5% responderam negativamente a questão. Este é um dado relevante a ser ressaltado, qual seja, não houve respostas que negassem o agir profissional de acordo com o projeto ideo-político atuando em uma organização da sociedade civil.

O profissional AS5 diz que o assistente social ao atuar em uma organização da sociedade civil, não é apenas um executor de programas e projetos, mas um planejador e propositor de políticas sociais, indo estas ao encontro dos interesses dos usuários. Dessa forma, cabe ao assistente social planejar e executar as políticas sociais de acordo com o projeto ideo-político proposto para esta categoria profissional.

Outra questão abordada foi acerca da real consolidação do projeto ético-político em organizações da sociedade civil, expondo exemplos do cotidiano profissional. As respostas colocadas são expostas no gráfico 15, seguinte:

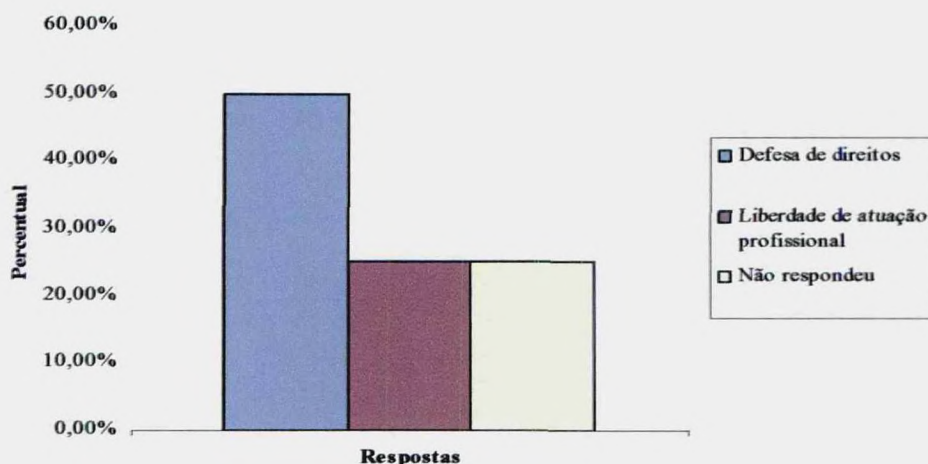


Gráfico 15: Consolidação do Projeto Ético-Político em Organizações da Sociedade Civil

Fonte: Elaboração própria a partir de dados obtidos na pesquisa realizada junto aos assistentes sociais da ABEPOM (2007)

Como é possível verificar no gráfico 15, constata-se que 50% afirmam que o projeto ético-político se consolida através da defesa dos direitos dos usuários do Serviço Social. Já 25% informaram que a consolidação do projeto ético-político está vinculada à liberdade de atuação profissional, enquanto 25% não responderam a questão.

Dos assistentes sociais que responderam que o projeto ético-político se consolida através da defesa dos direitos dos usuários do Serviço Social, destaca-se o seguinte exemplo: para o AS2, o projeto ético-político se consolida através da defesa de direitos como preconiza a LOAS e o Código de Ética do assistente social.

Em relação aos assistentes sociais que afirmaram que o projeto ético-político se consolida por meio da liberdade de atuação profissional, pode-se citar o AS4, ao afirmar ser o projeto ético-político consolidado quando o assistente social atua nos projetos inerentes à profissão de Serviço Social, ou seja, o profissional possui liberdade de desenvolver atribuições privativas desta profissão, não necessitando desenvolver atividades de outros profissionais.

A última questão abordada refere-se a vantagens e desvantagens do assistente social atuar em organizações da sociedade civil, expostas no gráfico 16. Destaca-se que dos assistentes sociais pesquisados, 75% responderam esta questão, sendo que destes, 100% citaram vantagens e 37,5% afirmaram haver desvantagens.

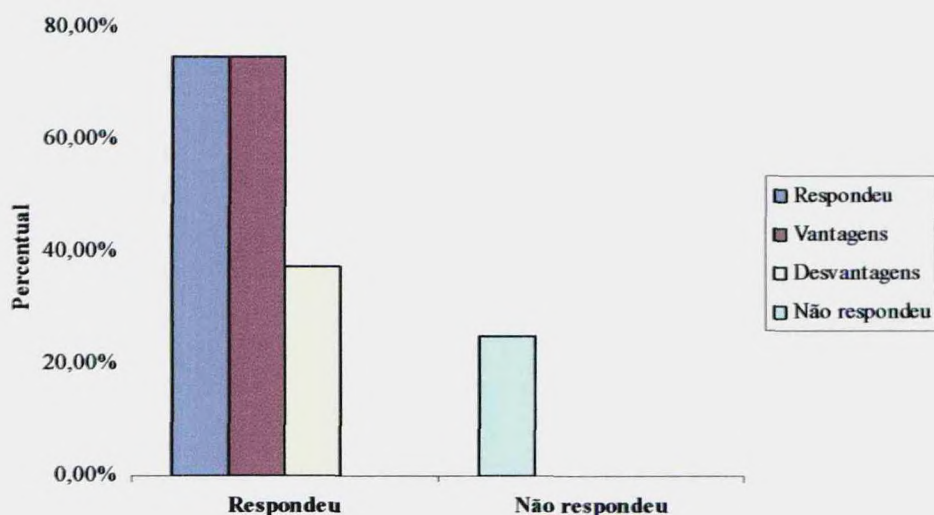


Gráfico 16 – Vantagens e Desvantagens da Atuação em Organização da Sociedade Civil

Fonte: Elaboração própria a partir de dados obtidos na pesquisa realizada junto aos assistentes sociais da ABEPOM (2007)

Dos profissionais que afirmaram haver vantagens, pode-se citar a AS1. Esta profissional afirma que a atuação em organizações da sociedade civil possibilita a implantação de novos projetos e que o assistente social nestas organizações possui liberdade de ação. A desvantagem citada por AS1 é que o assistente social precisa sempre estar conquistado seu espaço, pois não possui vínculo de trabalho estável. Segundo Serra (2001), a maior rotatividade de profissionais ocorre nas entidades sem fins lucrativos. Nestas organizações, há uma multiplicidade de vínculos contratuais com preponderância para contratos de trabalho com carteira assinada, porém um percentual equivalente entre contratações e demissões, ou seja, ao mesmo tempo em que aumenta o número de profissionais contratados por estas organizações, aumenta também o número de profissionais demitidos.

Na descrição de AS2, verificam-se somente vantagens. O assistente social salienta que atua tanto em uma organização da sociedade civil, quanto em uma organização pública e afirma que atuar em uma organização da sociedade civil é mais vantajoso. AS2 cita ainda que na ABEPOM os direitos sociais conseguem ser efetivados, pois existem recursos financeiros e comprometimento com os associados por parte da associação. Já na esfera governamental, a falta de recursos financeiros e a falta de comprometimento com a população, impedem a defesa de direitos. A análise de Serra (2001) vai em outra direção, ao afirmar que a precariedade das relações de trabalho é mais contundente em organizações da sociedade civil,

pois se configura como um espaço de maior absorção das demandas não respondidas pelos serviços sociais estatais.

Como já citado durante este trabalho, as visões sobre a atuação do assistente social em organizações da sociedade civil são bastante divergentes. Pois para autores como Montañó (1999), o terceiro setor ou as chamadas organizações da sociedade civil não compensam em nada enquanto campo de atuação para o assistente social. Já autores como Amaral (2007), consideram que o assistente social ao atuar em organizações da sociedade civil tem a possibilidade de ampliar seus conhecimentos, fazendo com que este campo de trabalho se torne espaços em potenciais para a ação do Assistente Social.

Ao longo deste terceiro capítulo, foi exposta a instituição ABEPOM, o Serviço Social desta organização, bem como as ações que os assistentes sociais desenvolvem no seu cotidiano profissional. Lembra-se que a existência da ABEPOM se deve à lacuna deixada pelo Estado no descumprimento de suas responsabilidades, principalmente na área social. Salienta-se que nos últimos anos vem crescendo o número de organizações da sociedade civil executoras de funções públicas, anteriormente atribuídas ao Estado.

Outro aspecto de relevância apresentado neste capítulo foi a pesquisa junto aos assistentes sociais da ABEPOM. Esta aponta que estes profissionais consideram ser possível efetivar e defender os direitos dos cidadãos atuando em uma organização da sociedade civil. Todavia, entende-se que deve haver resistência do assistente social em relação à política neoliberal e à minimização do Estado, não significando que o assistente social deve negar espaços profissionais decorrentes desta política, já que, pois como salienta Iamamoto (2006), em os assistentes sociais não se apropriando das novas possibilidades de trabalho que surgem, outros profissionais o farão, causando a perda paulatina do espaço profissional do Serviço Social.

Por fim, entende-se ser o objetivo principal do assistente social a consolidação e a ampliação de políticas públicas. Mesmo que o profissional de Serviço Social não esteja atuando na esfera pública, deve orientar os usuários de seus serviços para utilização deste espaço, pois as organizações da sociedade civil podem atuar na complementação das políticas oferecidas pelo Estado, porém não devem assumir as responsabilidades de planejamento, implementação, financiamento, execução e controle, como vêm ocorrendo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo realizado permitiu ampliar os conhecimentos acerca do Serviço Social em organizações da sociedade civil, campo de atuação recentemente em expansão, expressando a necessidade de investigação desta realidade por parte dos assistentes sociais e da universidade.

Este TCC teve como objeto de estudo o Serviço Social nas organizações da sociedade civil, e expôs a Reforma do Estado brasileiro a partir dos anos 1990 e seus impactos sociais e no Serviço Social.

A principal mudança decorrente do acima mencionado e evidenciada neste trabalho, foi à ocorrida nas organizações da sociedade civil, que até os anos 1990 reivindicavam por políticas públicas junto ao Estado. Após este período, passaram a atuar na cooperação e execução dessas políticas. Este contexto influenciou todos os trabalhadores brasileiros, em especial o assistente social, que passou a enfrentar novos desafios em sua atuação profissional.

É no contexto de fragmentação das políticas sociais públicas que se percebem as organizações da sociedade civil como mediadoras dos serviços sociais. Dessa forma, constatou-se ser este um espaço importante para a atuação dos assistentes sociais, pois as organizações da sociedade civil são na atualidade, responsáveis pela implementação de políticas sociais, acolhendo a demanda antes atendida pelas políticas sociais estatais.

As organizações da sociedade civil surgidas a partir dos anos 1990, são resultados das propostas neoliberais, principalmente em países como o Brasil. Por consequência deste contexto de surgimento de tais organizações, conclui-se serem estes espaços contraditórios para a atuação do assistente social, pois ao mesmo tempo em que afirmam o projeto neoliberal de minimização do Estado, possibilitam o acesso a serviços sociais.

Embora se reconheça que as organizações da sociedade civil são espaços contraditórios para a atuação do assistente social, como já citado, entende-se ser esta uma esfera em que não deve ser impedida ao profissional de Serviço Social a realização de suas atividades, tendo como fundamento e perspectiva o projeto ético-político desta categoria.

Conclui-se, com a pesquisa realizada neste trabalho, que em organizações da sociedade civil é possível ao assistente social viabilizar direitos para os sujeitos sociais, mas para tanto é necessário que os profissionais busquem desenvolver ações sócio-educativas que

levem os usuários de seus serviços a construir uma consciência crítica dos direitos que possuem.

As expressões da “questão social” neste início de século apresentam uma demanda por serviços anteriormente inexistentes. Estas precisam receber respostas eficientes, seja via ações públicas ou privadas. A atual realidade societária brasileira traz para o profissional de Serviço Social novas demandas, o que resulta em novas exigências profissionais, não possíveis de serem negadas pelo assistente social.

Para que este profissional possa desenvolver suas atividades com eficiência e eficácia, faz-se necessário buscar fundamentação teórica para compreender essa realidade contraditória onde se insere, produzindo conhecimento para dar respostas às demandas que surgem a partir das novas expressões da questão social, sem perder de vista a ética profissional.

A partir do estudo realizado neste trabalho, podem ser tecidas duas considerações em relação à atuação do assistente social em organizações da sociedade civil. A primeira é que tais organizações constituem-se como de suma importância no trato das múltiplas expressões da questão social, já que o Estado é ausente nestas ações. Em relação à segunda, pode-se afirmar acerca do significado dos profissionais assistentes sociais nestes espaços, pois caso não atuassem junto aos projetos sociais executados por organizações da sociedade civil, certamente outros profissionais ou profissões o fariam, podendo ocasionar perda do espaço ocupacional do assistente social.

Considera-se que o assistente social deve reivindicar e afirmar pelo seu espaço ocupacional no Estado, porém não deve ignorar que as organizações da sociedade civil também são espaços para sua atuação. Todavia, entende-se que deve haver oposição do assistente social em relação à efetivação de políticas neoliberais, o que não significa que o assistente social deve negar espaços profissionais decorrentes desta política, pois historicamente a profissão de Serviço Social tem seu surgimento marcado pela consolidação do sistema capitalista.

Salienta-se que o profissional de Serviço Social deve efetivar seu compromisso ético com os usuários dos seus serviços, independente de estar atuando em organizações públicas, privadas ou da sociedade civil, isto dependente do revigoramento dos movimentos democráticos e populares, mas também da vontade da maioria dos profissionais desta categoria.

Deste modo, a preocupação que guiou a elaboração deste estudo visou refletir algumas questões pertinentes ao debate contemporâneo que perpassa todos os campos de

atuação dos assistentes sociais e, conseqüentemente, evidenciam-se em sua prática profissional.

Percebe-se que a atuação do Serviço Social em organizações da sociedade civil, sob a ótica dos assistentes sociais da Associação Beneficente dos Militares Estaduais de Santa Catarina (ABEPOM), é positiva, pois a pesquisa demonstrou que uma parte significativa dos profissionais considera que as ações desenvolvidas nestas organizações buscam atender os usuários enquanto sujeitos de direito, visando à construção de sua autonomia.

Um outro ponto que chamou a atenção na pesquisa, foi que a maior parte dos assistentes sociais considera que a recente relação entre Estado e sociedade civil trouxe novas exigências profissionais para o assistente social e que estas se referem a conhecimentos teóricos, o que demonstra a preocupação dos profissionais em buscar informações para decifrar o movimento societário e em se capacitar continuamente para atender as novas exigências profissionais do mundo globalizado.

A pesquisa também apontou a questão da atuação dos assistentes sociais em outros espaços sócio-ocupacionais. A carga horária reduzida ocasiona a menor remuneração e leva o profissional de Serviço Social a buscar outros campos de trabalho. A carga horária de 20 horas semanais, além de prejudicar os profissionais, que acabam exercendo suas atividades sem as condições necessárias para a realização efetiva do seu exercício profissional, prejudica os usuários de seus serviços, pois o assistente social não possui um tempo útil para atender tais demandas, o que acaba por fazer aumentar a demanda reprimida.

Ainda em relação à pesquisa, salienta-se que os assistentes sociais da ABEPOM consideram que a atuar em organizações da sociedade civil possibilita agir de acordo com o projeto ético-político, pois em tais organizações, o assistente social possui maior autonomia profissional.

Entende-se, conforme já mencionado, que o Serviço Social em organizações da sociedade civil é um vasto campo de atuação profissional e necessita ser mais tematizado nas universidades. O estudo realizado neste trabalho visa fundamentalmente mostrar que é de extrema necessidade ampliar o debate acadêmico sobre a atuação do assistente social em organizações da sociedade civil. Para tanto, deve-se destacar nos debates, a nova relação entre Estado e sociedade civil e as conseqüências desta relação para todos os trabalhadores brasileiros, em especial para o assistente social. Para que o assistente social possa ocupar competentemente os espaços que surgem em organizações da sociedade civil, é necessário que tais espaços sejam reconhecidos, e para que isto seja possível é necessário que se aprofundem os estudos feitos sobre esta temática.

Por fim, faz-se necessário enfatizar que este trabalho traz uma visão da possibilidade do assistente social atuar embasado no projeto ético-político e garantir direitos para os cidadãos, atuando em organizações da sociedade civil ou em qualquer outra esfera, pois é parte fundante da profissão de Serviço Social.

REFERÊNCIAS

ABEPOM. **Diretrizes do Serviço Social**. Florianópolis, 2003.

_____. **Estatuto Social da Associação Beneficente dos Policiais Militares de Santa Catarina**. Florianópolis, 2003.

AMARAL, Wager Roberto. **A ousadia do Serviço Social no espaço das ONG's**. Disponível em: <http://www.ssrevista.uel.br> . Acesso em: 10 de maio de 2007.

APAE. Federação das APAE's do Estado de Santa Catarina. **Um pouco da história: o movimento Apaeano no Brasil**. Disponível em: <http://www.apaesantacatarina.org.br> . Acesso em: 23 de maio de 2007.

ARANHA, Lúcia & SANTOS, Débora Rodrigues. **Organizações Não-Governamentais e Serviço Social: um estudo sobre o exercício profissional no Município de Aracaju/SE (2001-2004)**. In: X Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, 2006, Recife.

BRASIL. **Resolução nº. 204 – CNAS de 4 de dezembro de 1997**. Norma Operacional Básica. Disponível em: <http://www.congemas.org.br/leisnob.html>. Acesso em: 30 de abril de 2007.

_____. **Resolução nº. 207 – CNAS de 16 de dezembro de 1998**. Norma Operacional Básica. Disponível em: <http://www.congemas.org.br/leisnob.html>. Acesso em: 30 de abril de 2007.

_____. **Resolução nº. 27 – CNAS de 24 de fevereiro de 2005**. Norma Operacional Básica. Disponível em: <http://www.congemas.org.br/leisnob.html>. Acesso em: 30 de abril de 2007. OK

BRASÍLIA. **Lei nº. 8.742 de 07 de dezembro de 1993**. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 20 de abril de 2007. OK

_____. **Lei nº. 9.608 de 18 de fevereiro de 1998**. Dispõe sobre o serviço voluntário e dá outras providências. Disponível em: www.planalto.gov.br . Acesso em: 02 de maio de 2007. OK

_____. **Decreto nº. 50.517, de 2 de maio de 1961**. Regulamentada a Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935, que dispõe sobre declaração de utilidade pública. Disponível em www.planalto.gov.br . Acesso em: 02 de maio de 2007. OK

_____. **Lei nº 9.790 de 23 de março de 1999**. Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br> . Acesso em: 02 de maio de 2007. OK

CAMPAGNAC, Vanessa. **As organizações não-governamentais (ONGs) e o mercado de trabalho**. Disponível em: <http://www.rits.org.br>. Acesso em: 30 de abril de 2007.

CARDOSO, Ruth. **O Terceiro Setor na ordem do dia**. Disponível em: <http://www.portaldovoluntario.org.br>. Acesso em: 25 de abril de 2007.

Centro de Informática e Automação do Estado de Santa Catarina (CIASC). **Mapa Interativo de Santa Catarina**. Disponível em: <http://www.mapainterativo.ciasc.gov.br/>. Acesso em: 26 de maio de 2007.

CISNE, Mila & BRETTAS, Tatiana. **A despolitização das lutas sociais: uma análise da “contribuição” das organizações não governamentais**. In: X Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, 2006, Recife.

Comissão Nacional de Classificação (CONCLA). **Serviço Social Autônomo**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 25 de maio de 2007

COSTA, Selma Frossard. **O Serviço Social e o Terceiro Setor**. Disponível em: <http://www.ssrevista.uel.br>. Acesso em: 10 de maio de 2007

DINIZ, Eli. **Reforma do Estado e Governança Democrática**: Em direção à democracia sustentada? Conferência Internacional sobre Democracia, 2003, Barcelona.

FERNANDES, Odete. **O surgimento dos conselhos gestores da assistência social no Brasil**: locus para o fortalecimento dessa política pública. 2003. Disponível em: <http://www.uepg.br>. Acesso em: 10 de abril de 2007.

FERNANDES, Rubens César. **Privado porém público**: o terceiro setor na América Latina. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

FERRAREZI, Elisabete; REZENDE, Valéria. **Organização da sociedade civil de interesse público - OSCIP**: a lei 9.790 como alternativa para o terceiro setor. Brasília, 2001. Disponível em: <http://www.cachoeiro.es.gov.br>. Acesso em: 02 de maio de 2007.

FERREIRA, Marli Alcântara. **Qualificação da força de trabalho em ONG's na atual reestruturação do capital**: desafios para o assistente social. In: X Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, 2006, Recife.

FIGUEIRÓ, Ana Lúcia. Redefinição política ou despolitização? As concepções de “Terceiro Setor” no Brasil. **Katálisis**, nº. 05. Florianópolis, UFSC, 2001.

GENTILLI, Raquel de Matos Lopes. **Representações e práticas**: identidade e processo de trabalho no Serviço Social. São Paulo: Veras, 1998.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 4.ed. São Paulo: Atlas, p. 43 – 51, 1995.

GOHN, Maria da Glória. **Educação Não Formal e Cultura Política**: impactos sobre o associativismo do terceiro setor. São Paulo: Cortez, 1999.

_____. **Os Sem-Terra, ONGs e Cidadania**: a sociedade civil brasileira na era da globalização. São Paulo: Cortez, 1997.

GOMES, Ana Lúcia. A nova regulamentação da filantropia e o marco do terceiro setor. In: **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo: Cortez, ano 20, nº.60, nov. 1999.

HOROCHOVSKI, Rodrigo Rossi. **Associativismo civil e Estado**: Um estudo sobre organizações não-governamentais (ONG's) e sua dependência de recursos públicos. Disponível em: www.emtese.ufsc.br . Acesso em: 15 de abril de 2007.

IAMAMOTO, Marilda. **O serviço social na contemporaneidade** – trabalho e formação profissional. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. O trabalho do assistente social frente às mudanças do padrão de acumulação e de regulação social. In: **Capacitação Continuada para assistentes sociais**, Módulo 1. Brasília: NED/CEAD, Universidade de Brasília, 1999.

KAMEYAMA, Nobuco. Filantropia empresarial e entidades da sociedade civil. In: **Conselho Federal de Serviço Social. O trabalho do assistente social e as políticas sociais**. Brasília, DF: CFESS, ABEPSS, UnB/CEAD, 2000. (Capacitação em Serviço Social e política social, módulo 4).

LANDIM, Leilah. **Para além do Mercado e do Estado?** Filantropia e Cidadania no Brasil. Textos de Pesquisa, Iser, Rio de Janeiro, 1993.

LAVALLE, Adrián Gurza. **Sem pena nem gloria**: o debate sobre a sociedade civil nos anos 1990. 2003. Disponível em: <http://www.cebrap.org.br> . Acesso em: 21 de abril de 2007.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de. A intervenção profissional do Serviço Social: propondo debate sobre ações sócio-educativas. In: **Anais do IX ENPESS**. Porto Alegre: ABEPSS, 2004.

LINS, Maria Alcina Terto. **O mercado de trabalho do Serviço Social em Alagoas no período 2001 a 2003**: inserção do Serviço Social nas instituições e a capacitação profissional. In: X Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, 2006, Recife.

LOPES, José Rogério. **Terceiro setor a organização das políticas sociais e a nova esfera pública**. São Paulo, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br>. Acesso em: 15 de abril de 2007.

MARTINELLI, Tiago. **Organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIP) do Município de Porto Alegre**: espaços sócio-ocupacionais do Serviço Social? In: X Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, 2006, Recife.

MARTINS, Gilberto de Andrade. **Estudo de Caso**. Disponível em: <http://www.focca.com.br>. Acesso em: 29 de maio de 2007.

MONTAÑO, Carlos. Das lógicas do Estado às lógicas da sociedade civil. Estado e terceiro setor em questão. In: **Serviço Social & Sociedade**, nº. 59. São Paulo: Cortez, 1999.

_____. O Serviço Social frente ao neoliberalismo. Mudanças na sua base de sustentação funcional-ocupacional. In: **Serviço Social & Sociedade**, nº. 53. São Paulo: Cortez, 1997.

_____. **Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MONTE, Cristiane. **A Amplitude de Papéis do Terceiro Setor**. T&C Amazônia, Ano V, Número 10, Fevereiro de 2007. Disponível em: <https://portal.fucapi.br> . Acesso em: 30 de abril de 2007.

MOTTA, Arnaldo Alves. **Terceiro Setor ou Setor Terceirizado**. Disponível em: <http://www.fonte.org.br> . Acesso em: 30 de abril de 2007.

MURARO, Piero & LIMA, José E. S. Terceiro Setor, qualidade ética e riqueza das organizações. In: **Revista FAE**, Curitiba, v.6, nº.1, p.79-88, 2003. Disponível em: <http://www.fae.edu> . Acesso em: 05 de maio de 2007.

NASCIMENTO, Mariangela Moreira. **O público na democracia brasileira**. Disponível em: <http://www.escoladecidadania.ufjf.br> . Acesso em: 30 de abril de 2007.

NETTO, José Paulo. A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea. In: **Capacitação em Serviço Social e política social**. Mod. 1. Brasília, Cead, 1999.

_____. Transformações Societárias e Serviço Social – notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. **Serviço Social e Sociedade**, nº. 50. São Paulo: Cortez, 1996.

OLIVEIRA, Daiany. **A importância da dinâmica de grupo como instrumento primordial no trabalho com grupos**: uma contribuição do grupo de adolescentes no SESC. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

OLIVEIRA, Mara de. **As reformas estruturais na América Latina a partir da década de 90**: resultados e propostas de “correção”. In: X Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, 2006, Recife.

PAZ, Rosângela D. O. **As Organizações Não-Governamentais e o Trabalho do Assistente Social**. In: Capacitação em serviço social e política social. Brasília, CEFESS/ABEPSS/CEAD/UnB, Módulo 2, 1999.

PEREIRA, Rodrigo Mendes. **Terceiro Setor**: identificando suas organizações e propondo um novo conceito. Disponível em: <http://www2.oabsp.org.br> . Acesso em: 30 de abril de 2007.

RAICHELIS, Raquel & PAZ, Rosangela. Fórum Nacional de Assistência Social: novo marco de interlocução entre sociedade civil e governo federal. **Serviço social & Sociedade**, nº. 61, São Paulo: Cortez, 1999.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1999.

ROTHGIESSER, TANIA Linda. **A Sociedade Civil Brasileira e o Terceiro Setor**. Disponível em: www.terceirosetor.adm.br . Acesso em: 25 de abril de 2007.

SANTOS, João Marcelo Pereira dos. **A celebração da esperança**. Porto Alegre, 2003. Disponível em: <http://www.camp.org.br/texto34.htm> . Acesso em: 17 de abril de 2007.

SCHERER-WARREN, Ilse. Associativismo civil e interculturalidade na sociedade global. In: **Revista de Educação Pública**, 1998, 6, 10.

SCHERER-WARREN, Ilse; CHAVES, Iara M. (orgs.). **Associativismo civil em Santa Catarina: trajetórias e tendências**. Florianópolis: Insular, 2004.

SERRA, Rose Mary. Alterações no Mundo do Trabalho e Repercussões no Mercado Profissional do Serviço Social. In: SERRA R. (Org). **Trabalho e Reprodução: enfoques e abordagens**. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: PETRES-FSS/UERJ, 2001

SESC. Serviço Social do Comércio de Santa Catarina. **História sobre o Sesc Santa Catarina**. Disponível em: <http://www.sesc-sc.com.br> . Acesso em: 24 de maio de 2007.

SESI. Serviço Social da Indústria de Santa Catarina. **Consultoria**. Disponível em: <http://www.sesisc.org.br> . Acesso em: 23 de maio de 2007.

SILVA, Maria das Graças Palitot da. **Assistência social**. Disponível em: <http://apae.tpnet.psi.br> . Acesso em: 20 de maio de 2007.

SIMIONATO, Ivete. Mercosul e Reforma do Estado: o retrocesso da Seguridade Social. In: **Katálysis**, nº. 05. Florianópolis, UFSC, 2001.

_____. A Influência do Pensamento de Gramsci no Serviço Social Brasileiro. Trilhas, Belém, v 2, n 1, p. 7-18, jul, 2001. Disponível em: <http://www.nead.unama.br> . Acesso em: 15 de junho de 2007.

VIEIRA, Juliana Mafacioli. **O Terceiro Personagem e sua Atuação em Rede: um olhar sobre as organizações que desenvolvem aprendizagem em Florianópolis/SC**. Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006/2.

WELLEN, Henrique André Ramos. **Neoliberalismo, reforma do estado e o público-não-estatal ou Bresser Pereira, o frankstein brasileiro**. In: X Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, 2006, Recife.

WIECZYNSKI, Marineide; RONCONI, Luciana. **Gestão e sustentabilidade para o terceiro setor: os novos rumos para o serviço social**. Disponível em: <http://www.portalsocial.ufsc.br> . Acesso em: 05 de maio de 2007

WILBERT, Fabiana Zanqueta. **Competências do assistente social no campo da consultoria: o caso do SESI/SC**. Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

YAZBEK, Maria Carmelita. O Serviço Social como especialização do trabalho coletivo. In: **Programa de capacitação em serviço social e política social: Módulo 2**. Brasília, CEAD, 1999.

APÊNDICE

APÊNDICE A - Questionário utilizado para a pesquisa junto as assistente sociais da Associação Beneficente dos Militares Estaduais do Estado de Santa Catarina

Estudo sobre a perspectiva dos assistentes sociais da ABEPOM sobre a atuação destes profissionais em organizações da sociedade civil

1) Ano em que se formou como assistente social e em qual universidade? _____

2) A ABEPOM foi o primeiro emprego?

() Não () Sim

3) Se a resposta da questão 2 for não, favor responder em quais locais já trabalhou como assistente social?

Local

Período

4) Favor escolher as ações que desenvolve na ABEPOM.

Enumere com: (1) aquelas que são muito importante e realizadas diariamente; (2) aquelas que são importantes, mas realizadas esporadicamente; e (3) aquelas que não são tão importantes e nem realizadas diariamente.

() Assessoria à diretoria ou equipe de direção da ABEPOM;

() Produzir informações e análises sobre o Serviço Social da ABEPOM e socializar com os associados;

() Mobilização de processo participativo dos associados em projetos oferecidos pela ABEPOM;

() Planejamento de projetos visando a melhoria dos serviços oferecidos para os associados;

() Planejamento das atividades realizadas;

() Elaboração do plano anual de atividades do Serviço Social;

- ☐ Gestão da equipe de assistentes sociais da ABEPOM;
 - ☐ Gestão de serviços sociais oferecidos pela ABEPOM;
 - ☐ Ações voltadas para a capacitação de recursos humanos visando ampliar a qualidade dos serviços;
 - ☐ Atendimento e acompanhamento às questões financeiras;
 - ☐ Atendimento e acompanhamento às situações de óbito de associados e familiares;
 - ☐ Atendimento e acompanhamento às questões de sinistro;
 - ☐ Atendimento e acompanhamento às questões de ordem familiar (conflitos e orientações relativas ao relacionamento familiar);
 - ☐ Atendimento e acompanhamento às questões de dependência química;
 - ☐ Atendimento e acompanhamento às questões de saúde;
 - ☐ Visita domiciliar a associados e familiares;
 - ☐ Visita hospitalar a associados e familiares;
 - ☐ Liberação de diárias de saúde para o Hotel de Trânsito;
 - ☐ Outros. Quais: _____
-

5) Atua como assistente social somente na ABEPOM?

- ☐ Não ☐ Sim

6) Se a resposta anterior for não, qual outro vínculo de trabalho possui, favor especificar a instituição a esfera, se é pública, privada ou organizações da sociedade civil e a carga horária desenvolvida.

Natureza jurídica da instituição
(pública, privada; associação,
empresa, fundação)

Esfera de governo
(municipal, estadual,
federal)

Carga horária

7) Ainda utilizando como base a questão número 5, se a resposta for não, favor escolher as ações que desenvolve em seu outro espaço sócio ocupacional.

Enumere com: (1) aquelas que são muito importante e realizadas diariamente; (2) aquelas que são importantes, mas realizadas esporadicamente; e (3) aquelas que não são tão importantes e nem realizadas diariamente.

- ☐ Assessoria aos usuários do Serviço Social;
- ☐ Produzir informações e análises sobre o Serviço Social e socializar;
- ☐ Mobilização de processo participativo;
- ☐ Planejamento de projetos visando a melhoria dos serviços oferecidos;
- ☐ Planejamento das atividades realizadas;
- ☐ Elaboração do plano anual de atividades do Serviço Social;
- ☐ Gestão da equipe de assistentes sociais;
- ☐ Gestão de serviços sociais;
- ☐ Ações voltadas para a capacitação de recursos humanos visando ampliar a qualidade dos serviços;
- ☐ Atendimento e acompanhamento às questões financeiras;
- ☐ Atendimento e acompanhamento às questões de sinistro;
- ☐ Atendimento e acompanhamento às questões de ordem familiar;
- ☐ Atendimento e acompanhamento às questões de dependência química;
- ☐ Atendimento e acompanhamento às questões de saúde;
- ☐ Visita domiciliar a associados e familiares;
- ☐ Visita hospitalar a associados e familiares.

8) Com a retração do Estado, ampliou-se a transferência de responsabilidades para a sociedade civil no campo de prestações de serviços sociais. Essa nova relação entre Estado e Sociedade Civil, trouxe novas exigências profissionais para o assistente social na ABEPOM:

☐ Não ☐ Sim. Quais? _____

9) Se a resposta 8 for sim, quais são essas novas exigências profissionais?

☐ Conhecimentos Teóricos. Quais? _____

() Conhecimentos Metodológicos. Quais? _____

() Conhecimentos Técnicos. Quais? _____

() Conhecimentos Operativos. Quais? _____

() Conhecimentos Éticos. Quais? _____

() Conhecimentos Políticos. Quais? _____

10) Para o assistente social, a atuação em organizações da sociedade civil exige novas competências?

Não () Sim (). De que tipo? _____

11) Tendo no horizonte o projeto ético-político, quais as dificuldades encontradas para a sua efetivação? _____

12) A atuação na ABEPOM, permite ao profissional de Serviço Social:

() Reconhecer a liberdade como valor ético central e as demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais;

() Defender intransigentemente os direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo;

() Ampliar e consolidar a cidadania, considerada tarefa primordial de toda a sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras;

() Defender o aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida;

- () Posicionar-se em favor da equidade e justiça social, assegurando universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática;
- () Empenhar-se na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças;
- () Garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual;
- () Optar por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero;
- () Articular com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos trabalhadores;
- () Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional;
- () Exercer o Serviço Social sem ser discriminado, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, opção sexual, idade e condição física.

13) O assistente social é capaz de preservar e efetivar direitos atuando na ABEPOM?

Não () Sim (). Por quê? _____

14) Se a resposta da questão 13 for sim, favor escolher a opção ou opções de direitos que são passíveis de ser consolidado na ABEPOM. Favor descrever quais programas e projetos que são oferecidos na ABEPOM que atendem as opções escolhidas.

- () Saúde _____
- () Assistência _____
- () Educação _____
- () Cultura _____
- () Lazer _____
- () Habitação _____
- () Outros _____

15) É possível para o assistente social agir de acordo com o projeto ideo-político, atuando em uma organização da sociedade civil?

Sim () Não (). Por quê? _____

16) Como se consolida o projeto ético político em organizações da sociedade civil? Dê exemplos de seu cotidiano. _____

17) Cite vantagens e desvantagens de atuar em uma organização da sociedade civil?

Vantagens

Desvantagens

18) Se tem mais alguma coisa que gostaria de colocar sobre seu trabalho em organizações da sociedade civil, este é o espaço _____

Muito obrigada!